

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOL. III FEVEREIRO, 1945 N.º 8

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação, publica-se sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para isso aspira a congregar os estudiosos dos fatos educacionais no país, e a refletir o pensamento de seu magistério. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS publica artigos de colaboração, sempre solicitada; registra, cada mês, resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e dos Departamentos Estaduais de Educação; mantém seção bibliográfica, dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros. Tanto quanto possa, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deseja contribuir para a renovação científica do trabalho educativo e para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação.

DIRETOR: *Professor Lourenço Filho, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.* COMISSÃO DE REDAÇÃO: *Dr. Abgar Renault, Diretor do Departamento Nacional de Educação; Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; Professor Armando Hildebrand, chefe de seção técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Dr. Álvaro Neiva, técnico do mesmo Instituto.*

Tôda correspondência relativa à REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deverá ser endereçada ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Caixa postal n.º 1.669, Rio de Janeiro, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. III

Fevereiro, 1945

N.º 8

SUMARIO

	Págs.
Editorial	145
<i>Idéias e debates:</i>	
HAHNEMANN GUIMARÃES, A educação e a biblioteca ..	147
IRENE LUSTOSA, A criança de 7 anos através dos, testes mentais aplicados em Belo Horizonte ..	157
OFÉLIA BOISSON CARDOSO, Alguns problemas de perturbação de caráter..	176
J. ORLANDI, As " Missões Culturais"	185
MARIA ALICE MOURA PESSOA, Aplicação dos "Testes ABC" em crianças índi genas, terenas e caiuás, de Mato Grosso	191
HORÁCIO SILVEIRA, O ensino industrial em São Paulo ..	208
<i>Documentação:</i>	
Uma investigação sôbre jornais e revistas infantis e juvenis (IV)	223
O ensino superior em 1944	242
Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas ...	254
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de novembro de 1944	258
Informação do país	265
Informação do estrangeiro	267
BIBLIOGRAFIA : Fernando de Azevedo, <i>A cultura brasileira</i>	269

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS : <i>Egon Shader</i> , Educação e magias nas cerimônias de iniciação; <i>Luis Aviador Sanches</i> , Cidades universitárias; <i>Nogueira de Matos</i> , Prof. Lúcio José dos Santos; F.M.A., Agruras e desprestígios dos canhotos; <i>Maria Wynn</i> , Técnica para leitura rápida; Depende da educação o futuro da democracia	271
---	-----

Atos Oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Portaria n.º 919, de 27-12-944, do Ministro da Agricultura, <i>que regula os concursos de habilitação nas Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária</i>	285
--	-----

LEGISLAÇÃO ESTADUAL: Portaria n.º 269, de 13-12-944 do Secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, <i>que aprova as instruções para o Curso de Professor de Educação Física</i> ; Decreto número 14.409, de 27-12-944, do Estado de S. Paulo, <i>que aprova o Regimento do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus</i> ; Decreto-lei n.º 736, de 30-12-944, do Estado do Rio Grande do Sul, <i>que confere autonomia administrativa e didática à Universidade de Pôrto Alegre</i>	285
--	-----

CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Entre as condições básicas da organização escolar, está a da existência de edifícios adequados ao funcionamento das escolas. Não basta criar instituições de ensino e prove-las de professores. Para que, realmente, tais instituições possam lograr a ação social, que lhes cabe, urge dotá-las de convenientes e condignas instalações. Força c confessar que, por dilatado prazo, no Império c na República, não cuidaram os administradores brasileiros de tão importante problema, ao menos de forma continuada e sistemática. Em recente inquérito, levantado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com referência ao ano de 1941, apurava-se que, dos 28.302 prédios para o ensino primário, então existentes, apenas 4.927 eram próprios estaduais, ou municipais, e que tão somente 1.781, ou 7% do total, haviam sido especialmente construídos para fins escolares. A situação, como se vê, bastante grave, havia sido, no entanto, atenuada a partir de 1934, quando maior atenção começou a ser despertada para o assunto. Devem ser salientados as esforços do Distrito Federal que, já nesse ano, estabelecia um "plano regulador" de construções escolares, desenvolvido depois, em administrações sucessivas; e também as realizações de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Paraíba e Piauí, e, ultimamente, as dos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Menção especial cumpre ser feita, porém, ao plano de construções escolares desenvolvido de 1939 a 1943, no Rio Grande do Sul, e cujos resultados tão objetivamente foram indí-cados em discurso do Dr. J. P. Coelho de Souza, Secretário da Educação e Cultura do Estado, c que esta REVISTA reproduziu em seu penúltimo número. Foram aí levantados c inaugurados, no referido período, meda menos que 116 edifícios escolares, dos quais 73 na zona rural, e 43, em cidades e vilas, aquêles com capacidade para 150 alunos, num só turno, e estes, com capacidade variável, de 200 a 900 alunos, também num só turno. No total, passou a dispor o parque escolar do Rio Grande de mais. cinqüenta mil lugares, em prédios confortáveis c higiênicos quase todos dispondo, além de salas de aula e outras dependências, de auditório,

ginásio, cantina escolar, acomodações para serviço médico, trabalhos manuais, museu didático e biblioteca; 41 dos prédios da zona rural possuem, ademais, confortável residência para professores. As despesas com as construções da zona urbana foram custeadas por conta de uma operação de crédito do Estado, no montante de 15 milhões de cruzeiros, e de que ainda há saldo; as decorrentes do plano de construções para escolas rurais foram atendidas por auxílio federal, à conta do Ministério da Educação, e por dotações dos municípios, completados pelo Estado. Novo, plano já se acha aprovado, e deverá atender à instalação de vários grupos escolares, de duas escolas normais e do Colégio Estadual de Pôrto Alegre. Para que se possa ter idéia da grande tarefa, deverá ser lembrado que, enquanto de 1939 a 1943 se construíram os 116 edifícios referidos, em todo o período republicano anterior, ou seja em cinquenta anos, apenas 31 escolas foram levantadas no Estado, e 11 das quais, entre 1930 e 1934. O exemplo que oferece o Rio Grande do Sul é, assim, dos mais expressivos em relação ao que pode ser obtido, quando haja conveniente planejamento e perfeita continuidade administrativa. Justo será salientar que esse espírito e essa continuidade tem aí, aliás, predominado na direção das coisas da educação, desde o ano de 1937, a partir do qual vem o Estado realizando excepcional movimento de renovação escolar. Pela visão da obra social da escola, e crescente eficiência do sistema de ensino, como os índices estatísticos o têm demonstrado, esse movimento se apresenta sem paralelo em toda a história da educação brasileira. Na verdade tem hoje o Rio Grande do Sul invejável situação quanto à proporção de alunos matriculados nas escolas primárias, a qual ultrapassa 12% da população total. Maior frequência e, com isso, melhor resultado do ensino, vêm sendo igualmente obtidos. Claro está que tais resultados provieram de um complexo de providências de boa organização, tais como as da criação de órgãos técnicos centrais, da instituição da carreira de professor, de cursos de aperfeiçoamento para o magistério, da elevação, enfim, do espírito dos mestres. A verdade, porém, é que tudo isso estava a exigir, para perfeita consolidação, a base física do sistema, representado por uma rede de modernos edifícios escolares. Isso foi feito, e nisso oferece o Rio Grande do Sul admirável exemplo.

A EDUCAÇÃO E A BIBLIOTECA

HAHNEMANN GUIMARÃES
Da Universidade do Brasil

A destreza adquirida em prolongado trabalho com a pedra permitiu ao homem criar, sucessivamente, a escultura e a pintura, para aprender, afinal, a escrever. Cada uma destas invenções fundamentais surgiu após desenvolvimento muito mais longo que o necessário para o aparecimento da invenção consecutiva. O homem aprendeu bem mais depressa a escrever que a pintar, e esta arte apareceu em muito menor tempo que o consumido na arte de talhar a pedra até a escultura. E' isto que, em meio de muita obscuridade, parece ensinar a arqueologia pré-histórica. Depois de haver existido por mais de uma centena de milênios a indústria paleolítica, praticada por espécie humana inferior, o denominado *homo sapiens* apenas chegara talvez no período aurigna-ciano, aos rudimentos da escultura, que atingiu, sete mil anos após, a maior perfeição, originando a gravura, e desta resultaram o desenho e a pintura, aproveitados cinco milênios mais tarde para a representação das idéias. A pintura foi a primeira forma de escrever. Os sinais constitutivos da escrita primitiva eram figurativos, pictográficos, como o evidenciam os hieroglifos egípcios, que são pinturas convencionais ligadas a certas idéias. Mal começara a ser usada a pictografia, os sumários transformaram-na nos sinais cuneiformes, de que logo se aproveitaram os semitas acadianos. A escrita Cuneiforme, ao mesmo tempo ideográfica e fonética, como são os caracteres chineses, concorreu para tão rápido e intenso desenvolvimento da inteligência humana que, já no terceiro milênio antes de nossa era, os grandes monarcas acadianos tinham a preocupação de constituir bibliotecas, se assim pudermos chamar as coleções de pequenos tijolos em que se escrevia a ciência da época. Os colégios de escribas foram incumbidos de copiar os documentos de argila, e a gravidade da

tarefa impunha às vezes ao escriba uma longa peregrinação para conferir ou completar os textos. Assurbanipal ergueu, entre os monumentos de seu Império, que constituiu o apogeu do Estado assírio, a Biblioteca de Nínive, em cujas estantes se empilhavam os milhares de pequenos tijolos que conservavam os textos religiosos, médicos, matemáticos e gramaticais.

Talvez se possa admitir que pouco menos de três milênios se passaram desde a invenção da arte de escrever até a Biblioteca de Ninive. Foi espantoso o progresso realizado pelo espírito humano neste lapso de tempo, sem dúvida, muito curto, se o compararmos ao tempo exigido para a invenção da escultura e da pintura. Este progresso se torna, porém, acanhado e lento diante do milagre grego. A arte de escrever começou a ser usada entre os gregos no VIII século e permitiu que elaborassem, até a morte de Alexandre, menos de cinco séculos depois, uma literatura tão vasta quanto fundamental para o desenvolvimento estético e teórico da Humanidade. Foi tão grande o milagre que aos antigos a ciência parecia impossível sem a língua grega, que apresentava, com efeito, em relação às outras línguas antigas, principalmente, indo-européias, três motivos de superioridade: primeiro, prestava-se especialmente à prosa, porque seu ritmo se tornara mais livre pela perda do caráter musical; segundo, seu vocabulário refletia as necessidades inteiramente profanas da civilização mediterrânea; terceiro, escrevia-se em sinais semitas, que não tinham a beleza da pictografia, mas eram pouco numerosos e permitiam coincidência mais completa entre a língua falada e a língua escrita que em qualquer outro sistema fonético, pois reproduziam os sons elementares de cada sílaba.

Uma das grandes conseqüências do milagre grego foi que o livro passou a ser a forma por excelência de os homens comunicarem seus melhores pensamentos. Os auditórios começaram a ceder lugar aos recintos silenciosos de leitura, mais favoráveis à meditação. As mais antigas obras literárias destinavam-se, pelo seu caráter poético, e especialmente lírico, a ser cantadas ou recitadas. A literatura dirigia-se aos sentimentos. Os filósofos jônios deram, porém, dignidade à prosa, ao chamado "discurso pedestre". Desenvolveu-se, assim, uma linguagem dos sábios, "simples e digna", precisa e clara, que, destituída da beleza poética, era mais adequada à leitura. A literatura em prosa do período jônio não bastou para que se formasse um público de leitores, e isto demonstra que Písis-trato não podia, como supunham os antigos, ter criado, em Atenas, o primeiro recinto de leitura de livros. Naquela época, pode-se dizer que

Atenas ainda não escrevia em prosa, não cuidava da filosofia e apenas explorava a elegia e o drama. Somente na primeira metade do século V, o ático tornou-se a língua própria da grande prosa grega e ofereceu ensejo a que se constituísse um público de leitores à procura de livros.

Surgiu então o hábito da leitura, ao mesmo tempo útil e perigoso para a meditação. Multiplicaram-se os livros. A princípio, os autores distribuíam gratuitamente cópias de suas obras aos amigos. Depois, passou a ser pago o trabalho dos copistas. Cada livro podia ser reproduzido em quantos exemplares o leitor quisesse. Demóstenes copiou oito vezes a obra de Tucídides. A leitura incluiu-se entre as necessidades capazes de proporcionar lucro ao comércio, e os navios transportavam livros, conforme o testemunho de Xenofonte, que os encontrou entre os restos das embarcações encalhadas nos baixios de Salmidesso, no mar Negro.

Os antigos gregos cantavam, recitavam, falavam e ouviam, mas liam pouco. Perguntaram a Sócrates porque não escrevia um livro, e respondeu que o papel valia muito mais que as coisas nele escritas. Um século mais tarde, Aristóteles tinha sobre o livro opinião inteiramente oposta, inaugurando a idade da ciência livresca. Foi ele um dos primeiros gregos que leram muito. Platão cognominou-o "anagnosta" para significar talvez o amor de seu discípulo pelos livros. Professor genial, Aristóteles estabeleceu as bases de uma educação racional, ligando intimamente a escola e a biblioteca. A escola que fundou, em 335, nos jardins consagrados a Apoio Liceio, era um centro de pesquisas. Os alunos dispunham da biblioteca e de abundante material didático para os estudos que mais correspondessem a suas aptidões, habilmente assinadas pelo mestre. Os investigadores, que se tratavam pelo nome de "amigos", ajudavam-se e, pela colaboração, chegavam a um conhecimento enciclopédico, subordinado à "filosofia primeira", que constituía o objeto das lições matinais dadas pelo escolarca. Tendo de fugir de Atenas em virtude da reação antimacedônia que se desencadeou após a morte de Alexandre. Aristóteles confiou a direção do Liceu a Teofrasto de Éreso, que se conservou fiel ao pensamento do mestre, legando à escola o *Perí-paton*, o lugar onde passeavam os alunos, com estas belas palavras: "Deixo o jardim e o lugar dos passeios, com os edifícios que aí se erguem, aos nossos amigos inscritos que, sucessivamente, queiram dedicar-se em comum ao ensino e à investigação científica, não podendo nenhum deles permanecer aí definitivamente; e isto sob a condição de que nada se possa alienar ou tornar propriedade de alguém, e de que, ao contrário,

tudo seja possuído como um santuário comum, de que se utilizem, mantendo as relações recíprocas de coleguismo e de amizade, segundo o que é conveniente e justo".

O Liceu serviu de modelo ao grande instituto que os Ptolomeus, inteligentes e ambiciosos, fundaram e desenvolveram em Alexandria. A biblioteca de Aristóteles, a primeira grande coleção de livros cuja existência pode ser demonstrada na Europa, foi adquirida por Ptolomeu Filadelfo e constituiu o núcleo em torno do qual cresceu, em Alexandria, a biblioteca unida à escola. O bibliotecário-chefe, vitalício, era sempre um sábio, Zenódoto de Éfeso, Calímaco e Eratóstenes de Cirene, Apo-lônio de Rodes, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia. Auxiliado por numerosos colaboradores, zelava pelas coleções e procurava torná-las proveitosas, sistematizando-as, elaborando catálogos e comentários, ou publicando novas edições. Ao tempo de Calímaco já se haviam reunido 400.000 volumes com mais de um livro e 900.000 simples. Para o aumento rápido das coleções concorreu o valor atribuído ao livro, que se procurava adquirir por qualquer preço e até de qualquer modo. Era duvidoso o exemplar dos trágicos existente na biblioteca de Alexandria. O texto exato se encontrava em Atenas. O terceiro Ptolomeu pediu-o emprestado a esta cidade mediante uma caução de 15 talentos, ou sejam, pouco mais ou menos, 45 quilos de ouro; mas preferiu perder a avultada garantia a restituir o exemplar, não obstante todos os esforços dos Atenienses, que apenas conseguiram receber uma cópia de seu precioso volume. Estreitamente ligado à biblioteca estava o Museu, estabelecimento de investigação científica e santuário. Sob a direção do grande sacerdote das Musas, literatos e sábios, mantidos pelo Rei, faziam livremente as indagações de seu agrado, conversavam, tinham em comum as refeições, e ensinavam. Êste ambiente permitiu, mais que qualquer outro dos grandes centros da civilização helenística, o florescimento do gênio grego no domínio das criações científicas.

Os hábitos helenísticos de ler e de escrever transferiram-se para Roma e, vencendo a resistência conservadora, criaram raízes, que eram profundas na época de Cícero. E' preciso forjar a vida lendo e escrevendo, dizia Varrão, a quem César confiou a tarefa de organizar as bibliotecas públicas. Os livros continuaram a multiplicar-se e seu comércio era sempre rendoso. Entre os negócios em que enriqueceu, Atticus explorou também a venda de livros por elevado preço, reproduzidos por um corpo numeroso de copistas. Cícero, seu grande amigo, era um de seus melhores clientes, porque, além de comprador, dava suas obras

abundantes e muito procuradas a Atticus para editar. Naquele tempo, muito mais que hoje, o negócio de livros somente proporcionava lucros pecuniários ao editor.

O vício da leitura estimulou a produção literária, que se tornou demasiada. Sêneca, cuja desolação diante dos progressos do mundo antigo lembra a de Pascal em face da ciência cartesiana, observava que sofreremos com o excesso de cultura, como de todos os excessos. *Ut omnium rerum sic litterarum intemperantia laboramus*. Pascal tomou nota deste pensamento, que o moralista romano desenvolve em seu livro *Sobre a tranqüilidade da alma*, onde expõe a Serenus as seguintes ponderações sobre os livros: "As mais liberais despesas de ordem literária somente se compreendem se forem razoáveis. Para que livros inúmeros e bibliotecas, se quem os possui apenas pode ler em tôda a sua vida os títulos ? Uma grande massa de obras sobrecarrega o espírito, não o instrui. E' preferível que nos dediquemos a poucos autores a andar vagando por muitos. Em Alexandria, incendiaram-se quarenta mil livros. Há quem louve êste bellissimo monumento da opulência real, como Tito Lívio, que o considerou obra notável do gosto e da solícitude dos reis. Mas não houve nisto nem gosto, nem solícitude, mas um excesso de cultura, ou nem mesmo de cultura, porque não construíram o monumento para a cultura, mas para ostentação. Muitas pessoas destituídas até da educação primária possuem livros, não como instrumento de cultura, mas como ornamentos da sala de jantar. Compremos os livros para satisfazer necessidades, e não para fausto" (IX, 4 e 5).

Estas palavras de perfeita atualidade foram proferidas, há quase dezenove séculos, por um filósofo que praticara, na época do favor, os mesmos excessos por êle criticados no tempo da desgraça. O excesso de cultura, *studiosa luxuria*, vício funesto para a meditação, já alarmava os espíritos, quando os livros eram manuscritos, o papel era a *charla Aegyptiaca*, o papiro, cujas folhas se colavam umas às outras pelas margens e constituíam rolos de vinte folhas, em média. O livro de aspecto semelhante ao moderno, o *codex*, com as folhas dobradas e reunidas em caderno, apenas começava então a ser usado para as obras literárias, ao mesmo tempo em que o pergaminho se tornava objeto de comércio.

A língua latina caracterizava-se, entretanto, por uma peculiaridade que ia facilitar os efeitos revolucionários conseqüentes ao emprego do papel fabricado de panos ou fibras vegetais e ao aparecimento da imprensa, efeitos quase tão revolucionários quanto os provocados pela invenção da linguagem escrita. Desde os fins do I século da Era Cristã,

os chineses conheciam a indústria do papel produzido com pedaços de pano, fios de cânhamo ou cascas de árvores; do século VI ao XI, descobriam a impressão em madeira, a litografia e os tipos móveis. Na Europa estas invenções apareceram mais tarde. As fábricas de papel instalaram-se, a princípio, na Espanha, pelos meados do século XII, havendo sido os árabes os portadores da indústria chinesa. Por seu próprio esforço, os europeus descobriram a imprensa com tipos móveis em 1454. Em pouco tempo, já no século XVI, o pergaminho e o manuscrito haviam, praticamente, desaparecido na Europa ante o emprego do papel feito de panos e a arte tipográfica. Estas duas invenções não tiveram, entretanto, na China os mesmos efeitos revolucionários que produziram na Europa, e isto se explica, entre outras causas, principalmente, por ser a escrita chinesa pouco adequada à difusão das obras literárias. Os caracteres são muito numerosos, e, reduzidos ao menor número possível pelos elementos gráficos comuns, ainda chegam a 214. A língua literária escrita distancia-se muito da língua falada e, segundo LIN YU-TANG, em *Minha terra e meu povo*, sua aquisição é difícil mesmo para uma inteligência média. Havia, além disto, um poderoso obstáculo estético para a preponderância da arte tipográfica. Os caracteres chineses são um cultivado motivo da pintura. Na China, a caligrafia e a pintura são artes irmãs. A língua latina possuía, ao contrário, a grande peculiaridade de ser escrita apenas com 24 sinais de origem grega, que permitiam a coincidência quase perfeita das línguas falada e escrita. A *latina língua*, literária, nunca se distanciou tanto da *romana língua*, popular, que se tornasse difícil seu conhecimento para uma inteligência mediana. Os dialetos da *romana língua* começaram cedo a escrever-se, adquirindo na Idade Média dignidade literária, e, assim, de novo, se conciliaram no mundo latino as línguas falada e escrita. Pela sua demasiada simplicidade, o alfabeto latino nunca se prestou a ser um grande motivo estético. Apesar de se ter desenvolvido muito nas escolas cali-gráficas medievais, a arte do manuscrito não chegou, na Europa, a emparelhar com a pintura, nem podia resistir às vantagens práticas da arte tipográfica. A peculiaridade apontada concorreu, mais do que qualquer outro fator, para se multiplicarem no Ocidente, com rapidez espantosa, as oficinas de impressão, que vieram dar à cultura uma intensidade inconcebível no tempo dos manuscritos, e auxiliaram, decisivamente, a vitória do humanismo.

Desde seu aparecimento até o começo do século XVI, a tipografia permitiu que fossem editadas cerca de 40.000 obras, que ainda usavam,

talvez em mais de dois terços, a língua latina. A produção dos livros tinha de ir muito além daquela cifra com o emprego cada vez maior das línguas modernas e, a partir do século XIX, com a impressão e a composição mecânicas. Conforme as estatísticas publicadas a respeito de 1935 no tomo XVIII da *Eucyclopédie Française*, o número de obras publicadas, inclusive as reedições, pela França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Rússia e pelos Estados Unidos ultrapassou, somente naquele ano, 100.000, quase três vezes a quantidade dos incunáveis.

Difundiou-se com intensidade que não poderia ser prevista o comércio do livro. A indústria das edições prosperou e, nos Estados Unidos, se ergueram os *book plants*, grandes fábricas de livros procuradas pelas casas editoras que não têm oficinas próprias. A fecundidade dos autores, outrora estimulada apenas pela vaidade, pela caça à fama imortal, como diria Erasmo, foi incitada pelas vantagens pecuniárias, que, apesar da resistência dos editores, se vêm tornando cada vez mais seguras e mais amplas em virtude de normas jurídicas constitutivas dos chamados direitos de autor. Para o humanista os escritores pertenciam ao partido da Loucura, pela qual uns são levados a produzir {utilidades e outros sofrem a tortura da perfeição em obras demoradas que nunca os satis-fazem, obtendo alguns a glória, fútil recompensa, paga "com a perda do sono, da mais doce de todas as coisas, com tanto suor, com tantos sofrimentos". Hoje, a publicação dos livros ainda é melhor negócio para os editores, mas, juntamente com a glória, também traz a alguns autores renda apreciável, e a figura moderna do autor-editor não se confunde com a dos grandes senhores que, desde o século XVI, imprimiam, por caprichos intelectuais, nas oficinas de seus castelos, suas próprias obras.

A extraordinária multiplicação dos livros tornou possível o que muitos denominam a democratização do livro, que ainda não se realizou, porém, efetivamente, nem mesmo nos Estados Unidos, onde a educação se popularizou como em nenhum outro país. Os nossos tempos caracterizam-se por terríveis incoerências que vêm terminando em refregas cada vez mais destruidoras. A Humanidade tem à sua disposição meios que permitem a realização perfeita de seu anseio multissecular, que é o de dar a todos os indivíduos a possibilidade de alcançar, pelos seus mere-

cimentos apenas, a plenitude material, moral e intelectual. No entanto, preconceitos ainda não dissipados continuam a impedir a difusão dos meios de aperfeiçoamento humano. Vários fatores opõem-se a que o livro possa constituir um instrumento eficaz de educação, e entre eles não pode ser esquecido o preço, fixado segundo interesses exclusiva-

mente mercantis, como o demonstram os entendimentos e providências opostos à sua baixa. As moradias tornam-se cada vez mais acanhadas e incompatíveis com as bibliotecas domésticas. A vida intensa não concede a tranqüilidade necessária para uma leitura proveitosa. Com humor e algum exagero, STEPHEN LEACOCK retratou esta situação em um tópico reproduzido pela revista *Reader's Digest* (setembro de 1938, pág. 33). "Os americanos", diz êle, "são um povo esquisito: não podem ler... Imprimem em um ano mais livros que os franceses em dez. Mas não podem ler. Compram avidamente milhares de novelas recentes. Mas lêem apenas a primeira página. O último americano que se sentou para ler morreu nos dias de Henry Clay", nos meados do século XIX.

Nenhum destes fatores, porém, constituiu mal tão grave para a educação quanto os excessos da vida intelectual, a verdadeira orgia literária, ao lado da qual a *studiosa luxúria*, que Sêneca deplorava, é apenas um tímido capricho. Em seu *Dicionário filosófico*, VOLTAIRE lamentava, sem prever a composição e a impressão mecânicas, que os livros se houvessem multiplicado "a tal ponto que não somente é impossível a leitura de todos, mas até saber quantos são e conhecer-lhes os títulos", e acrescentava: "O que multiplica os livros, apesar da lei de não se multiplicarem os seres sem necessidade, é que com livros se fazem outros: com vários volumes já impressos fabrica-se uma nova história da França ou da Espanha sem nenhum acréscimo novo". Escreve-se demais, muito mais do que admitem as possibilidades do espírito humano; escreve-se por mero profissionalismo, mercenariamente, para atender à clientela; escreve-se sobre tudo, mesmo sobre os assuntos menos adequados ao livro, que devia ser reservado à comunicação dos melhores pensamentos, os mais belos e os mais gerais. Entre as alarmantes manifestações dos excessos literários, distinguem-se as obras especializadas, cujo número cresce desnecessariamente em repetições que mal se disfarçam. A revista *Fortune* de julho deste ano (pg. 145) realça a biblioteca de 6.000 volumes sobre gerência, pertencentes a um cognominado "filósofo da gerência", célebre por seus estudos sobre a melhor estrutura das empresas e a organização de suas diretorias. Não é menos alarmante a literatura infantil, com que se perturba o desenvolvimento humano numa idade naturalmente mais interessada no canto, nas artes plásticas e no desenho do que na leitura.

As bibliotecas contam-nos a história destes excessos, que as desviaram de seus fins. Excetuadas as bibliotecas universitárias ou anexas aos estabelecimentos de ensino, privativas de seus professores e alunos,

as grandes bibliotecas públicas perderam a função educativa e constituíram depósitos onde se amontoou a imensa produção intelectual. O bibliotecário tornou-se um conservador e os problemas que mais o solicitaram diziam respeito à instalação mais própria para os livros e ao catálogo.

Os americanos reivindicam o mérito de haver posto as bibliotecas públicas a serviço da educação. Realmente, graças a uma iniciativa de Benjamim Franklin, levada à perfeição pelo *American Library Association*, os 100 milhões de volumes das 6.235 bibliotecas públicas foram, em 1934, objeto de 450 milhões de empréstimos.

Mais do que esta circulação intensa de livros, o papel atribuído ao bibliotecário nos Estados Unidos concorreu para que as bibliotecas públicas tornassem ao serviço da educação. Não basta ser, como no século XIX, um guarda, um conservador de livros. É preciso que o bibliotecário defenda o leitor contra os excessos literários, desempenhando papel semelhante ao de um professor. Nos Estados Unidos, o bibliotecário é um *readers adviser*, é um "conselheiro da leitura". A biblioteca continua, dêste modo, a função educativa da escola. GABRIEL NAUDÉ dizia, em 1677, em seus *Conselhos para organizar uma biblioteca*, que, sem a classificação, o maior acervo de livros "fosse mesmo de cinqüenta mil volumes, não mereceria o nome de biblioteca, como não mereceria o nome de exército uma reunião de trinta mil homens que não estivessem dispostos em diversos corpos sob a direção de seus chefes e capitães..." Hoje não basta a classificação, nem o rigor dos catálogos, nem a competência do bibliotecário como administrador. Para que os maiores acervos de livros, ainda mesmo os de várias centenas de milhares de volumes, possam merecer o nome de biblioteca, que não sejam apenas de "conservação", mas de "consumo", é preciso que o leitor seja conduzido às coleções por bibliotecários capazes de orientá-lo. Já se tirou daqui até um critério para distinguir uma biblioteca e um gabinete de leitura. Na primeira, lê-se com método, com orientação científica, e o bibliotecário evita, por conselhos oportunos, a dispersão das leituras; no segundo, o leitor fica entregue à sua fantasia ante um bibliotecário indiferente. Em um estudo sobre *A organização do trabalho intelectual e as bibliotecas (Encyclop. Française, 18, 52-16)*, o administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris, JULIEN CAIN, salienta quanto é indispensável o auxílio do bibliotecário para se desfazer a angustia que domina o estudioso ante a massa de livros acumulados até mesmo nas bibliotecas especializadas. Quando os homens de estudo conseguem vencer essa angustia, diz êle, "empregam apressadamente e mal

as referências que puderam reunir, abandonando-as, muitas vezes, em meio do caminho. Se encontrarem um guia, logo se tornarão confiantes. O bibliotecário deve ser este guia. É preciso que ele esteja preparado para atender a essa expectativa, com vistas largas, curiosidade ampla, memória segura. A missão do bibliotecário deve ser "exonerar de esforços inúteis os homens cuja triste missão é, e deve ser, ler muitos livros, o maior número de livros possível: o naturalista, o médico, o filósofo, o historiador". E, ilustrando estas palavras, JULIEN CAIN recorda que os administradores da Biblioteca do Congresso de Washington consideram nulo o valor de suas coleções, que talvez ultrapassem hoje cinco milhões de livros, se não contassem com um pessoal à altura desse tesouro. Estas verdades não são ignoradas entre nós. Em seu trabalho sobre *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*, a Sra. LÍDIA DE QUEIRÓZ SAMBAQUY acentua que o bom êxito da organização de uma biblioteca resulta de bibliotecários capazes de colaborar com as escolas e as instituições educativas. Essa colaboração se realizará "não por meio da leitura dirigida, mas da leitura orientada". A Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P. mantém cursos de formação e de preparação que habilitam os bibliotecários ao desempenho dessa missão orientadora.

A crença no aperfeiçoamento humano induz à esperança de que os excessos de nossa cultura desaparecerão, restituindo-se o livro a seu destino. Não se escreverá tanto, porque a preocupação com o bem estar humano sobrepujará os incitamentos do lucro e da vaidade. Corrigir-se-á o hábito da leitura para que não fique prejudicada a meditação, e a educação perfeita não exigirá talvez mais que cem volumes. Cessará o dilúvio de livros em que se têm perdido tantas inteligências. Até que seja atingido este ideal, as bibliotecas continuarão a crescer, desviando-se de qualquer finalidade útil, se não estiverem confiadas a bibliotecários que possam prestar aos leitores uma assistência educativa, amiga e esclarecida.

A CRIANÇA DE 7 ANOS ATRAVÉS DOS TESTES MENTAIS APLICADOS EM BELO HORIZONTE

IRENE LUSTOSA

Da Escola de Aperfeiçoamento de
Belo Horizonte.

Os estudo da criança de 7 anos tem sido feito, no Brasil, principalmente por meio de testes aplicados no início do ano escolar, (*Teste Prime, Teste Inicial e Teste de Novatos*, de Belo Horizonte, e *Testes ABC*) para a organização de classes homogêneas. Depois que passa a freqüentar a escola a criança tem sido também estudada por meio dos testes de Binet-Simon e Binet-Terman, dos de desenho "Goodenough", dos de Decroly-Buyse, dos de Pintner Cunningham, mas, isto em experiências mais ou menos restritas. (1)

Neste trabalho apresentaremos os resultados de aplicação de testes mentais, de 1929 a 1943, e empregados para a *homogeneização de classes*, em Belo Horizonte, visando especialmente a criança de 7 anos.

A APLICAÇÃO DE TESTES MENTAIS NAS ESCOLAS DE BELO HORIZONTE

Desde 1931, o *Teste de Novatos*, ou dos que se iniciam no curso primário, vem sendo aplicado em todos os grupos escolares de Belo Horizonte, e também em grupos do interior de Minas, onde trabalhem professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamento.

(1) Destacam-se, nessas experiências, as da Escola de Aperfeiçoamento, de Belo Horizonte; as do antigo Serviço de Psicologia Aplicada, da Diretoria Geral de Ensino, em São Paulo; as do Instituto de Educação e do Centro de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal; as da Divisão de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro; as da Diretoria de Pesquisas da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, entre outras. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos publicou, recentemente, um estudo sobre a linguagem do pré-escolar e tem, em conclusão, uma pesquisa realizada, em todo o país, sobre o vocabulário da criança de sete anos.

Antes dessa data, houve apenas uma tentativa em 1929, realizada pelo Dr. Theodulo Simon, nos três meses que esteve no Brasil, como professor de psicologia da Escola acima referida. Simon teve a auxiliá-lo a professora Zélia Rabelo, diretora do grupo escolar D. Pedro II, e D. Maria Luísa de Almeida Cunha, então inspetora escolar. O teste utilizado era uma adaptação do *Teste de Vocabulário* de Descoedres.

O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, dirigido pela Professora Helena Antipoff, fez nova revisão do teste de Simon, para uma segunda experiência, cujos resultados foram publicados ainda em 1931, e que resumia o estudo de 1.016 escolares. A publicação foi elaborada por Helena Paladini, então Assistente desse Laboratório. (2)

No mesmo ano de 1931, o Laboratório de Psicologia organizou o *Teste Prime*, nova adaptação do *Teste de Vocabulário e Inteligência*, e o aplicou em escolas de algumas cidades, além de fazê-lo em Belo Horizonte. Os resultados acham-se publicados no *Boletim n.º 10*, da Secretaria da Educação, em trabalho redigido por Helena Antipoff, em colaboração com Maria Luísa de Almeida Cunha.

Em 1932, a título de experiência, foi introduzido novo critério para seleção dos alunos, ideado por Helena Antipoff, e que era o do *coeficiente mental*; esse critério consistia no número de pontos obtidos no teste, multiplicado por mil, e dividido pela idade real do aluno, em meses.

Em 1934, novo teste foi elaborado, para substituir o *Teste Prime*, recebendo a denominação de *Teste do Limiar*. Os resultados acham-se publicados no *Boletim n.º 19*, da Secretaria da Educação, por Maria Angélica de Castro, então assistente do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento.

Em 1937, tornou-se necessário organizar outro teste, e o Laboratório de Psicologia elaborou, então, o que foi denominado — *Teste Inicial*. Aplicado, sucessivamente, em 1937, 38 e 39, esse teste tornou-se do domínio popular. Outro teste foi preparado para a homogeneização das classes de novatos, em 1940, e recebeu o nome de *Teste dos Principiantes*.

Finalmente, apareceu o *Teste dos Novatos*, aplicado em 1942 e 43.

RESULTADOS GERAIS DAS EXPERIÊNCIAS CITADAS

Nos trabalhos referidos, estão apresentados os resultados de distribuição e outros índices, pelos quais se pode avaliar do resultado das provas utilizadas.

(2) V. *Revista do Ensino*, do Estado de Minas Gerais, ns. 56, 57, 58.

Assim, o teste de 1931, ou dos *novatos*, apresentou distribuição de frequência bastante regular; sua validade foi comprovada pela correlação que mostrou com os resultados de um teste de escolaridade (*Teste E.A.*), aplicado para fins de promoção, ao cabo do ano escolar.

O teste de 1934, aplicado a 2.020 crianças, apresentou curva de distribuição ligeiramente assimétrica, com predominância dos valores altos. A correlação obtida com os resultados do teste de promoção, em geral, ao fim desse ano, mostrou-se, no entanto, com o valor de + 0,62, E.P. \pm 0,0013. As correlações entre os resultados do teste e diversas partes do teste de promoção foram também expressivas:

Teste do Limiar X Língua Pátria: + 0,57 \pm 0,016:
 Teste do Limiar X Aritmética: + 0,60 \pm 0,015.

Com o teste de 1937, chamado *Inicial*, aplicado em 1.468 crianças, obteve-se curva de distribuição satisfatória (Mediano = 335; Módulo = 400). A correlação obtida com os testes de promoção atingiu a + 0,71. Realmente, verificava-se que, crescendo os percentis obtidos no teste, para o conjunto de cada classe, crescia sempre também o resultado da promoção.

A distribuição obtida com o *Teste do Principiante*, aplicado em 590 crianças, em 1940, foi assimétrica, com predominância dos valores elevados: valor máximo de 60 pontos, módulo de 40.

Resultado idêntico mostrou o *Teste dos Novatos*, aplicado em 1942, a 400 crianças de sete anos; para valor máximo de 50 pontos, o valor mais freqüente ficou entre 36 e 40 pontos. Foi alta a correlação com o teste de promoção de aritmética, ($r = + 0,74$) e menor a obtida com língua pátria ($r = + 0,48$).

ANÁLISE CONJUNTA DO MATERIAL OBTIDO

Quaisquer que tenham sido os resultados para os fins práticos, especialmente visados pelos testes de Belo Horizonte, a verdade é que, com sua aplicação, desde 1929 a 1943, acumulou-se farto e interessantíssimo material para o estudo da criança de 7 anos.

O *Teste Prime*, de 1932, e o *Teste do Limiar*, organizado depois, representam testes de simples perguntas e de execução de ordens fáceis, apresentando-se quase como formas paralelas de uma mesma prova. O *Teste Inicial*, o *dos Principiantes*, e o *dos Novatos* apresentam, entre si, também, grande similaridade de material e de técnica.

Todos os testes referidos eram de algum modo equivalentes, pois obedeciam às mesmas diretrizes de organização. A elaboração de novos testes, e sua substituição de dois em dois anos, decorreu do fato de se tornarem conhecidos após a aplicação repetida por mais de um ano.

Todas as questões, ou itens dos testes, podem ser classificados do seguinte modo:

- c) informações, linguagem, conhecimentos gerais
- b) coordenação viso-motora e atenção;
- c) noções numéricas, cálculo mental;
- d) memória;
- e) raciocínio, compreensão, capacidade crítica.

Os testes foram aplicados, sempre, por professoras para isso preparadas, pela Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, o que leva a admitir que os resultados tivessem sido colhidos e anotados com os cuidados técnicos necessários.

O material utilizado se limitava, em qualquer dos testes, a uma folha impressa, ou mimeografada, e a alguns desenhos simples, a serem apresentados aos alunos.

Os testes tinham por fim determinar o grau de *inteligência global* das crianças, que procuravam a escola pela primeira vez, dando, também, é certo, indicações sobre aptidões especiais ou deficiências.

Tudo indica, portanto, que se torna possível estudo conjunto das questões de um mesmo tipo, usadas nas diferentes provas, aproveitando riquíssimo material para o conhecimento da criança de 7 anos.

LINGUAGEM E CONHECIMENTO USUAIS NAS CRIANÇAS DE 7 ANOS

Começamos pelo confronto dos resultados das questões de linguagem e conhecimentos usuais. Alguns desses itens, como se verá, pelo simples resumo que adiante apresentamos, consistiam em simples perguntas deste tipo: "De que cor é o leite?" ... "De que cor é o carvão?" ... Outras pediam a execução de ordens, também muito simples, "Mostre seus ombros" — "Mostre os patinhos dentro e fora da lagoa".

Damos, na tabela a seguir, a indicação das questões, com o resumo de seu enunciado, o número de crianças examinadas e a percentagem de boas respostas.

Depois de cada enunciado, é indicado o teste a que a questão pertence. Assim: I., *Teste Inicial*; L., *Teste do Limiar*; N., *Teste dos Novatos*; P., *Teste Prime*; e Pr., *Teste dos Principiantes*.

Os itens são apresentados na ordem decrescente da percentagem de boas respostas.

TABELA I — LINGUAGEM E CONHECIMENTOS USUAIS

Q U E S T Õ E S	N.º DE	% DE BOAS	
	CRIANÇAS	RESPOSTAS	
1. Mostrar patinhos dentro e fora do lago. N.....	400	94	
2. Que é que a costureira faz? L.....	1.180	94	
3. Qual é mais doce... sal, açúcar, farinha, feijão? L.....	1.180	89	
4. Quem é que ensina os meninos na escola? L.....	1.180	89	
5. Para que serve a enxada? L.....	1.180	88	
6. De que cor é o leite? P.....	1.087	88	
7. Esta pena é nova, esta é...? (velha) P.....	1.087	87	
8. Para que serve o relógio? L.....	1.180	84	
9. Você vai me dar o fósforo do meio. (Entre 5 enfileirados) L.....	1.180	84	
10. Mostrar a árvore maior e a menor (Gravura) N.....	400	83	
11. Que é que o padreiro faz? L.....	1.180	83	
12. De que cor é o sangue? P.....	1.087	83	
13. Qual a fruta mais azeda... banana, limão, laranja? N.....	400	83	
14. Estes meninos estão descendo ou subindo? Estas casas estão acima ou abaixo dos meninos? (Gravura) Pr.....	1.580	79	
15. Que é isto? (Gravura de um sapo) P.....	1.087	79	
16. Mostrar a casa maior; mostrar o último menino da fileira. (Gravura) Pr.....	580	76	
17. De que cor são as folhas da couve? L.....	1.180	76	
18. Que é isto? (Gravura de um papagaio) P.....	1.087	75	
19. Mostre sua mão direita? P.....	1.087	74	
20. Apontar o menino detrás e o da frente. (Gravura) Pr.....	580	74	
21. Mostrar o menino "mais longe" da casa e o que chegará primeiro a casa. (Gravura) Pr.....	580	72	
22. Quando um objeto não está quente diz-se que está... (frio) P.....	1.087	72	
23. Mostre a orelha esquerda. P.....	1.087	69	
24. Quando uma calça não é comprida, diz-se que ela é... (curta) P.....	1.087	67	
25. Que é que temos dentro do dedo? (batendo com o nó do dedo na mesa) (osso) L.....	1.468	64	
26. Conhecer cores: azul, verde e marrom. (Gravura) L.....	1.468	63	
27. Quando uma pessoa não está limpa, diz-se que ela está... (suja) L.....	1.180	62	
28. De que cor é a gema do ovo? L.....	1.180	58	
29. Qual o animal que nos dá o leite para bebermos? L.....	1.180	55	
30. Ponha cada níquel na sua caixinha. (3 caixinhas cada uma com 1 níquel) L.....	1.468	52	
31. Quando uma pessoa não está alegre, diz-se que ela está... (triste) P.....	1.087	52	
32. Estenda os braços para a frente. P.....	1.087	52	
33. Você vai me dar o último fósforo que está à direita de você. (Em 5 fósforos enfileirados) L.....	1.180	48	
34. Mostrar o patinho que nada para a direita e o que nada para a esquerda (Gravura) N.....	400	49	
35. Que é isto? (besouro) P.....	1.087	48	
36. Mostre os seus ombros. P.....	1.087	44	
37. Quem é que vende os remédios? P.....	1.087	43	
38. Quando uma coisa não é pesada diz-se que ela é... (leve) P.....	1.087	41	
39. De que é feito este pauzinho? (madeira, pau) P.....	1.087	24	
40. Mostre os seus dedos polegares. P.....	1.087	20	
41. Quando uma estrada não é estreita diz-se que ela é... (larga). L.....	1.468	18	
42. Este quadro é pequeno, este é... (maior gravura) P.....	1.087	15	
43. De que é feita esta agulha? (aço, metal) P.....	1.087		

Logo à primeira vista se percebe que o grau de dificuldade das questões variou grandemente, dependendo, antes de tudo, da complexidade com que são formuladas ou do vocabulário usado.

Algumas dessas questões já têm sido estudadas por vários psicólogos e podem servir de ponto de referência à nossa análise.

Alice Descoedres, em suas pesquisas, comprovou a dificuldade manifestada pelas crianças na compreensão e uso das palavras abstratas. Tomando algumas palavras, como *quente*, *seco*, *bonito*, *mau*, *próprio*, *grande*, *leve*, *alegre*, pedia aos pequenos indicar o contrário de cada uma, perguntando, por exemplo: "Quando uma coisa não está quente, ela está"... (fria). "Quando uma coisa não está seca, ela está?"... (molhada).

Observou que, nas primeiras idades (4, 5 anos), essas respostas eram muito raras; e também que o número dos que acertavam crescia com a idade.

Figuram em nossos testes algumas dessas questões mostrando que, aos 7 anos, as crianças ainda encontram dificuldades em compreendê-las e em dar a resposta exata. Assim, o contrário de *pesado* foi dado apenas por 41%; o contrário de *alegre* por 52%; o contrário de *quente*, porém, apareceu em 72%.

Quanto ao conhecimento de "lado direito e esquerdo", faz Piaget, em seu livro "Le jugement et le raisonnement chez l'enfant", o estudo de sua evolução na criança. Diz ser conhecido, já aos 5 anos, o "lado direito e o esquerdo", na própria criança; aos 7 anos a indicação é dada não só na própria criança, mas em relação a coisas que estejam a seu lado; grande trabalho de adaptação será necessário até a compreensão de "uma direita" para cada pessoa e de que cada objeto possa estar à direita, ou à esquerda, uns dos outros.

Pelos testes de Binet e Simon sabe-se que, só aos 6 anos, a criança mostrará sua "mão esquerda" e a sua orelha "direita".

Em nossa pesquisa a indicação da "mão direita" é feita aos 7 anos com 74%, e a da "orelha esquerda", com 69%. Transportando a noção para fora da criança, ainda em relação a ela, não chegamos a conclusão idêntica a de Piaget. Aos 7 anos, não atingia 50% o número dos que souberam apontar o "último fósforo à direita", e o "patinho que nada para o lado esquerdo".

Conhecimentos variados como os de "dentro e fora" "maior e menor", a utilidade de diversos objetos e muitas outras informações não ofereceram, porém, dificuldade para as nossas crianças.

NOÇÕES DE NÚMERO NAS CRIANÇAS DE 7 ANOS

Todos os testes incluíam questões que exigiam noções numéricas e, bem assim, pequeninos cálculos mentais.

Damos a seguir a tabela dos resultados.

TABELA II — NOÇÕES NUMÉRICAS

Q U E S T Õ E S	N.º DE	% DE BOAS
	CRIANÇAS	RESPOSTAS
1. Contar paus de fósforos (12 enfileirados) L	1 180	79
2. Contar bolinhas enfileiradas (onze) (desenho) P	1 087	70
3. Contar cruzinhas enfileiradas (quinze) (desenho) I	1 468	75
4. Por a mesma quantidade de fósforos nas caixas (três numa e três noutra) L	1 180	73
5. Contar os soldadinhos (15) e quantas vezes ouviu bater na mesa (10) Pr.	580	67
6. Contar os patinhos (1,5) o as pancadas de lápis na mesa (11) L...	1 180	63
7. Conhecimento de dinheiro (\$200, 1\$000, \$400) I	1 468	60
8. Quantos dedos você tem no pé direito? no esquerdo? e nos dois juntos? Pr	580	59
9. Eu tinha três fósforos; queimei 1; quantos ficaram? I	1 468	58
10. Tenho 3 fósforos nesta caixa. Si queimar 1; quantos ficam ? L	1 180	56
11. Eram 6 patinhos. Voou 1; quantos ficaram? N	400	54
12. Você ganhou 4 tostões. Comprou 2 tostões de balas. Com quantos ficou ? P	1 087	53
13. Eram 2 patinhos. Voaram 2. Quantos ficaram? N	400	53
14. Eram 5 meninos. Saiu um para tocar tambor. Quantos ficaram? Pr.	580	51
15. Aqui estão 3 cruzinhas. Aqui mais 3. Quantas são 3 mais 3 cruzinhas? (gravura) I	1 468	47
16. Esta caixa tem 2 fósforos; esta 2 também. Quantos fósforos têm as duas Juntas? L	1 180	43
17. Ganhei 3 laranjas. Depois mais duas. Quantas laranjas ganhei ao todo ? P	1 087	42
18. Aqui estão 3 patinhos nadando. Se entrarem mais dois, quantos ficam ? N	400	40
19. Eram 6 patinhos. Voaram 2. Quantos ficaram? N	400	38
20. Tenho 4 balas. Chupo 2 e o resto dou a você. Você vai ganhar 3 balas? (se diz não). Quantas ? I	1 468	35
21. Mostro-me o 3.º menino, começando daqui (direita). Agora, mostre o 4.º menino, começando de lá (gravura) P	580	33
22. Mostre-me a 3.ª cruzinha, começando daqui. (Gravura) I	1 468	32
23. A que horas nasce o sol todos os dias? Bem. A que horas se esconde? I.	1 468	19

Segundo os estudos do professor Stevaen, de Bruxelas, a noção da quantidade, em seu início, caminha paralelamente à idade, ampliando-se depois, mais rapidamente. Aos 3, 4 anos, diz o autor, é adquirida a idéia de *três*; aos 4, 5 anos a idéia de *cinco*. As conclusões a que chegou Decroly, observando suas próprias filhas, são semelhantes a estas; e, segundo a Escala Binet-Terman, é aos 4 anos que a criança sabe contar, apontando, até quatro. Aos 6 anos, segundo a mesma escala, fará essa contagem até 13.

Os resultados acima apresentados não levam a conclusões diferentes. Quase todas as nossas crianças (79%) fizeram uma contagem apontando, até 15 e fariam talvez até um pouco mais. Essa contagem, chamada por Decroly, *noção motora do número*, é posterior à *noção verbal*, porém, anterior à *noção auditiva*, diz o mesmo autor.

Também aqui, ao se apresentar a questão da contagem pelo ouvido, de 10 pancadinhas sobre a mesa, o número dos bem sucedidos desceu de 79% para 67%. Passando-se à verificação da capacidade do manejo do número, em seu sentido mais abstrato, problemas muito simples constituíram grande dificuldade para as crianças. Cálculos como $3 + 2$; 3×2 ; $4 - 2$; $5 - 1$, e outros, foram efetuados por metade, ou menos da metade das crianças examinadas.

Procurando *tia*. Escala Binet-Terman questões semelhantes às nossas para termo de comparação, notamos que somente aos 14 anos os raciocínios aritméticos são introduzidos. Até essa idade aparecem apenas simples contagens de objetos e, aos 7 anos, o conhecimento do número. de dedos das mãos.

Em gênero semelhante, temos, no Teste dos Principiantes, a pergunta : "Quantos dedos você tem no pé direito ? E no esquerdo ? Bem. Quantos dedos nos dois pés juntos ?"

O manejo talvez menos consciente, ou menos próximo, dos pés terá dificultado a questão; só 59% responderam acertadamente.

As variadas questões relativas ao número, já experimentadas entre nós corn. as crianças de 7 anos, mostram bem quanto essa noção caminha vagarosamente no espírito infantil. Adquirida, diz Alice Descoedres, inconscientemente, no brinqueado, no contato social, necessita exercício, concretização, graduação de dificuldade para, na escola, mostrar-se bem assimilada (3).

COORDENAÇÃO VISO-MOTORA E ATENÇÃO NAS
CRIANÇAS DE 7 ANOS

Certo número de questões, nos testes utilizados, procuravam verificar o nível de coordenação viso-motora e a capacidade de atenção, em geral.

(3) No estudo *A linguagem na idade pré-escolar*, de Heloísa Marinho (publ. do I.N.E.P., Boletim n.º 27), registram-se os vocábulos *um*, aos dois anos; *dois*, aos quatro anos; *três*, aos cinco anos; *quatro*, *cinco* e *seis*, aos seis anos completos.

Damos, na tabela a seguir, os resultados obtidos. TABELA III —

COORDENAÇÃO VISO-MOTORA E ATENÇÃO

Q U E S T Õ E S	N.º de	% DE BOAS
	CRIANÇAS	RESPOSTAS
1. Desenhar o que falta na gravura de ura menino (braços representados mesmo cora ura só traço) I.....	1 468	77
2. Brinquedo de bater as mãos (imitação): o) palmas; b) 2 mãos na mesa; c) palmas; d) bater raios cruzadas na mesa (fazer cora a criança e mandar reproduzir os movimentos) N.....	400	64
3. Fazer, com fósforos a figura de dois triângulos ligados pela base. L....	1 180	55
4. Dobrar uma folha de papel e pô-la num envelope. I.....	1 468	50
5. Desenho de um homem (cabeça, tronco e membros) L.....	1 180	46
6. Passar uma linha entre duas paralelas sinuosas sem tocar os lados. P.....	1 087	45
7. Passar uma linha entre duas paralelas (semelhante a anterior) L....	1 468	44
8. Copiar o desenho de cadeirinhas (era pé e deitada) N.....	400	41
9. Desenhar numa cruz o que falta para ficar igual a esta (desenho de cruz gamada) P.....	1 087	39
10. Continuar o desenho de uma cercadura com cruzinhas e bolinhas. I.....	1 468	38
11. Brinquedo de bater as mãos: a) palmas; b) bater na mesa com as mãos; c) palmas; d) bater na mão direita na mesa (fazer cora a criança e mandar reproduzir). Pr.....	580	36
12. Fazer uma rodinha no meio de uma linha. P.....	1 087	34
13. Coutinuar cercadura com 3 bolinhas e 2 pausinhos: 000 // 000 // 000 Pr.....	580	33
14. Desenhar o quo falta no menino (braços em linha dupla). I.....	1 468	32
15. Copiar a figura do um vaso simples. Pr.....	580	30
16. Desenhar (na gravura) bandeiras que faltam nos soldadinhos. Pr.....	580	30
17. Fazer um desenho igual a um X. N.....	400	23
18. Desenhar uma Janela em losango (cópia). I.....	1 468	19
19. Desenhar uma caixa de fósforos com um lápis atravessado (cópia do natural, sem transparência)N.....	400	17
20. Continuar uma cercadura com pausinhos em pé e deitados. N.....	400	14
21. Fazer o desenho do dois triângulos opostos pelo vértice, servindo-se de uma trama de pontinhos. L.....	1 180	5

O fato de grande número de crianças dos nossos grupos escolares tomarem o lápis, *pela primeira vez*, ao realizar o seu teste para a classificação inicial, haveria de trazer, certamente, acréscimo de dificuldade e atitude pouco favorável às questões propostas.

E' concepção geral que, aos 7 anos, a criança possui o organismo suficientemente amadurecido, os sentidos já preparados para a aprendizagem escolar. A observação mostra que muitas crianças desta idade não têm a necessária maturação e particularmente as coordenações viso motora e auditivo-motora da palavra, capitais no aprendizado da leitura e escrita (4).

A reprodução de traços com certa firmeza, e mesmo de gestos observados no momento, a cópia de figuras simples, conseguidas por número relativamente pequeno de crianças, como mostram os nossos dados, revelam a fragilidade de seu desenvolvimento psico-motor.

(4) Cf. LOURENÇO FILHO, *Testes ABC*,

Estando o progresso motor intimamente ligado à capacidade de observação, de atenção e resistência à fadiga, exercícios constantes e metódicos da mão e dos sentidos se tornam necessários para que a aprendizagem escolar se faça de modo eficiente.

MEMÓRIA VERBAL E DE MOVIMENTOS NAS
CRIANÇAS DE 7 ANOS

Duas dezenas de questões dos testes de Belo Horizonte visavam o conhecimento da memória verbal e de movimento das crianças, como se poderá ver na tabela a seguir.

TABELA IV — MEMÓRIA

Q U E S T Õ E S	N.º DE	% DE BOAS
	CRIANÇAS	RESPOSTAS
1. Repetir esta frase: "O Ralo preto correu atrás da bolinha e caiu no chão". P.....	1 087	50
2. Repetir cinco fatos de uma narrativa: "Um dia a mãe de Geraldo foi à loja. Antes de sair disse a ele: Fique bem quietinho em casa, arrumando seu quarto. Logo depois Geraldo pensou um pouco o saiu com eles. Pr.....	580	50
3. Repetir quatro fatos de uma narrativa: "Uma velhinha deixou cair a bolsa. Joãozinho, que ia atrás da velhinha, viu a bolsa cair, apaixonou-a, e pôs a correr depressa para casa, para entregar a bolsa à mãe dele". I.....	1 408	47
4. Repetir esta sentença: "Meu gatinho se chama Veludo. Ele brinca com a chinela do tio". I.....	1 268	46
5. Repetir narrativa com 5 fatos: "Um dia um patinho preto fugiu de casa e foi parar na casa de Rafael. Rafael achou o patinho muito bonito, pegou-o depressa e ficou com ele". N.....	400	43
6. (Memória retrospectiva). "Você se lembra do que falei do gatinho? Como so chamava? Com que é que ele brincou?" (baseado na questão). I.....	1 268	43
7. Tonar a 1.ª, a 5.ª e a 3.ª árvores. (Reprodução de movimento na gravura). I.....	1 268	42
8. Nesta Arvore fez um ninho o sabiá; nesta, um beija-flor; nesta, um tico-tico e nesta, o canário. Bem. Agora mostre a árvore do sabiá. E esta, de qual é? (tico-tico) (Gravura). N.....	400	37
9. Tocar a 1.ª a 4.ª a 3ª e 2ª árvores. (Gravura). N.....	400	34
10. Apontar 5 figurinhas vistas a pouco, entre várias. I.....	1 468	31
11. Repetir 4 algarismos alternados, ouvidos no momento. I.....	1 268	31
12. Repetir 4 algarismos alternados, ouvidos no momento. N.....	400	30
13. Memória retrospectiva: "De quem é esta casa? {3.ª} Mostre a casa de Roberto." (Baseado na questão 18). N.....		28
14. Repetir uma frase com 21 sílabas: "Um vento forte quebrou uma lanranjeira bonita no nosso quintal". L.....	1 180	26
15. Memória retrospectiva: "Mostre o ninho do sabiá. E esta de qual é?" (4.ª baseada na 8.ª questão). N.....	400	25
16. Repetir uma frase com 22 sílabas (ordem inversa). "Peralta, o cachorrinho brinca com a chin la vermelha do tio". I.....	1 468	22
17. Repetir 6 palavras, soltas ouvidas no momento: Cabeça, olhos, nariz, boca, braços, pernas". L.....	1 180	21
18. Esta casa é" de Roberto; esta é de Miguel, esta de Danilo e esta de Júlio. (Repetir). Bem. Mostre a casa de Roberto. E esta, de quem é? (Miguel). Pr.....	580	21
19. Tocar a 3.ª, a 2.ª, a 5.ª e a 1.ª caixas (Imitação). I.....	1 468	13
20. Repetir 5 algarismos ouvidos no momento. I.....	1 408	12
21. Você se lembra do que falei do cachorrinho? (Baseado na questão 16). Como so se chamava? Com que é que ele brincou? I.....	1 468	10
22. Tocar a 1.ª 3.ª, 2.ª, 4.ª, e 5.ª caixas. (Reprodução de movimentos). L.....	1 180	10

Por meio das questões apresentadas procuramos medir a memória, sob três aspectos diferentes: a) *Memória visual imediata*; b) *Memória auditiva imediata*; c) *Memória retrospectiva* (fazendo-se espaçar com questões intermediárias o fato a ser memorizado).

Quanto à extensão da memória auditiva, os nossos pequenos de 7 anos se mostraram em grande maioria incapazes de reter uma frase com 18 sílabas apenas: *O gato preto correu atrás da bolinha e caiu no chão*.

Sentenças com 21 e 22 sílabas, tais como *O vento forte quebrou uma laranjeira bonita no nosso quintal* e *Peralta, o cachorrinho, brinca com a chinela vermelha do tio*, foram repetidas na íntegra apenas por 25% das crianças.

A repetição imediata de uma narrativa com 4 a 5 fatos foi também difícil para os nossos néo-escolares.

Buscando resultados que servissem de base ao julgamento dessas conclusões encontramos em Alice Descoedres que, aos 7 anos, a memória pode reter, para repetir no momento, uma frase de 17 sílabas.

Na Escala de Binet-Terman, a repetição imediata de frases com 16 a 18 sílabas é fixada para os 6 anos de idade. A memória auditiva foi ainda medida através da repetição de números e palavras desconexas, de modo a não permitir o auxílio da compreensão. Então, a percentagem desce sensivelmente. A repetição de 6 palavras: *cabeça, olhos, naris, boca, braços, pernas* (a criança não percebe o nexos que as prende) foi feita por 21%; e os que repetiram cinco algarismos, ouvidos no momento, foram apenas 12%.

Na repetição de números, foi notada completa discordância com os resultados que Binet indica para os 7 anos (5 algarismos). Em nossa pesquisa, nem mesmo os 4 algarismos foram retidos pela maioria, pois apenas houve 31% de acertos.

A apresentação das 5 figurinhas, que deveriam ser em seguida apontadas entre várias outras, serviu para medida de um dos aspectos da memória visual. Não chegou a 40% o número dos que realizaram com sucesso a experiência.

Ligando a memória visual à coordenação motora foram dadas algumas questões como: *tocar em caixas de fósforos enfileiradas: na 1.^a, 3.^a, 2.^a, 4.^a, 3.^a, e 5.^o* (6 movimentos) reproduzindo os gestos do experimenter.

Tendo apenas uma décima parte conseguido reproduzir os 6 movimentos, uma segunda experiência foi feita posteriormente, com quatro

movimentos, apenas. Ainda aqui, não ultrapassou de 1/3 o número dos bem sucedidos.

Um terceiro aspecto da memória, a *memória retrospectiva*, foi também visado usando-se o seguinte processo: um fato era contado durante o teste, por exemplo, *Peralta, o cachorrinho, brinca com a chinela vermelha do titio*. Passadas algumas questões perguntava-se: *Você se lembra do que falei do cachorrinho ? com que é que ele brincou ? Como se chamava o cachorrinho ?*

A percentagem de boas respostas foi sempre inferior a 30%.

As várias questões apresentadas mostram bem claramente a fragilidade do poder mnemônico aos 7 anos, em qualquer dos seus aspectos: imediato visual, imediato auditivo e retrospectivo (5).

RACIOCÍNIO E JULGAMENTO MORAL NAS CRIANÇAS DE 7 ANOS

O resultado das pequenas questões referentes a perguntas que exigiam raciocínio, ou capacidade crítica, e, bem assim, julgamento moral, é apresentado na tabela V.

A inteligência foi aqui considerada como "poder de compreensão, invenção, direção e censura, ou — faculdade de conhecer e raciocinar".

Uma questão apenas, entre as apresentadas nesta parte, foi bastante fácil para as crianças de 7 anos, e teve 80% de boas respostas. Foi ela a indicação de um absurdo, expresso numa gravura: "um homem montado, às avessas".

Uma segunda questão afastou-se pouco desta: "A mãe de Pedro disse a êle: Deixe de brincar, vá buscar lenha para o fogão. Mas Pedro continuou a brincar. Que é que Pedro devia fazer ?" Das crianças, 69% souberam censurar o procedimento do menino que desobedeceu à sua mãe.

Uma compreensão ainda implícita das cousas há de ter trazido dificuldade em solucionar as questões. Atendendo a esse nível de compreensão, uma questão foi dada, tendo explícitas soluções diversas para

(5) Com a aplicação dos *Testes ABC*, de Lourenço Filho, tem-se verificado que a grande maioria das crianças de sete anos só repete de 4 a 6 palavras isoladas, num grupo de 7; e que, de uma pequena história, com três ações principais e três minúcias, só repete as 3 ações e 2 minúcias.

TABELA V — RACIOCÍNIO, JULGAMENTO MORAL

Q U E S T Õ E S	N.º DE CRIANÇAS	% DE BOAS RESPOSTAS
1. Absurdo em gravura (homem montado às avessas) Que está errado nesta gravura ? N.....	400	80
2. A mãe de Pedro disse a ele: "Deixe de brincar; vá buscar lenha para o fogão. Mas Pedro continuou a brincar. Que é que Pedro devia fazer ?" L.....	1 180	69
3. Absurdo em gravura (cavalo de asa) "Que está errado nesta gravura ?"N.....	400	68
4. Uma velhinha deixou cair a bolsa. Se você passasse perto que faria? Diria obrigado, ajudaria a apanhar a bolsa ou começaria a rir? P.....	1 087	66
5. Que devia fazer o dono das laranjas? (a Manoel que as roubou) Pr.....	580	63
6. Estes patinhos são iguais? Em que são iguais? (gravura) N.....	400	61
7. Lúcia foi à escola pela primeira vez... A professora perguntou-lhe: Como se chama ? Que respondeu a menina ? P.....	1 087	54
8. Você acha que M. fez bem em ficar com o patinho preto? (Que achou em seu quintal) Por que? N.....	400	51
9. Absurdo em gravura (meninos com os pés virados para trás) Que está errado neste desenho ? Por que ? Pr.....	580	49
10. Que é que M. devia fazer com o patinho preto ? (que achou) Por que ?N.....	400	46
11. Estas árvores são iguais ? Por que são diferentes ? (Gravura). N.....	400	38
12. Um menino chuta a bola em direção oposta às traves (gravura) Você acha que vai acertar ? Vai furar um goal ? Pr.....	580	38
13. (Joãozinho achou uma bolsa e levou à mãe) Você acha que J. fez bem em entregar a bolsa à mãe dele ? Por que ?I.....	1 468	35
14. Acha a diferença entre cavalo e automóvel? (Quaisquer diferenças) I.....	1 468	28
15. Acha a diferença entre uma menina e uma boneca? Pr.....	580	26
16. Brincavam 2 crianças, Pedro e Maria. Eram meninas que brincavam ?I.....	1 408	23
17. (Completar uma gravura) Que poderíamos desenhar aqui? (céu da gravura) e aqui ? (chão da gravura) N.....	400	23
18. Que deveria fazer o menino? (que roubou laranjas) Por que?.....	580	20
19. Que está fazendo o homem? (Idéia de ameaçar crianças faltosas, na gravura) I.....	1 468	19
20. Que está fazendo a menina? (que apara laranjas para pôr no balaio na gravura) I.....	1 468	19
21. Que devia fazer o menino (que atirou uma bola no velho: desculpa-me) L.....	1 180	18
22. Você já viu as nuvens no céu? Que faz as nuvens andarem no céu? (vento) N.....	400	17
23. Qual a diferença entre um cavalo e um automóvel? (diferenças essenciais) I.....	1 468	16
24. (Colocadas as mãos sobre a mesa) Em que são parecidas as suas mãos? I.....	1 468	14

uma escolha criteriosa: "Uma velhinha deixou cair a bolsa. Se você passasse perto que faria ? Diria obrigado, ajudaria a apanhar a bolsa ou começaria a rir ?" Escolheram sem dificuldade a sugestão acertada 66% das crianças.

Interessante foi a questão do julgamento do menino que havia roubado laranjas ao vizinho. A *justiça retributiva* se revela fortemente: 63,4% aconselham logo um castigo bem severo ao menino. Nem um teve a idéia de tentar a regeneração do pequeno larápio.

De fato, essa idéia bem sutil e altruísta só mais tarde costuma aparecer na criança. A adolescência parece ser época propícia ao seu florescimento.

Também a especificação da *semelhança entre objetos* não parece estar ao alcance de nossos pequenos. Binet indica para os 8 anos esse conhecimento que, segundo vários autores, é posterior ao da *diferença*.

Nosso estudo serve à comprovação deste fato. Uma questão de semelhança, como: "Veja estes dois patinhos (na gravura) eles são iguais ? Em que são iguais ?" foi respondida por 61,5%, enquanto outra, relativa à "diferença", como "Veja estas duas árvores (na gravura) elas são iguais ? Em que são diferentes ?" foi respondida apenas por 38,2%.

Por outro lado, 28% indicaram duas diferenças (quaisquer) entre um cavalo e um automóvel, e apenas 14% apontaram semelhanças entre as próprias mãos.

As questões empregadas, de modo geral, revelaram pouco amadurecimento da capacidade crítica.

E' nessa idade, ensina Piaget, que grande trabalho de "despersonalização" do pensamento se inicia até que se torne realmente socializado; então os "porquês" não serão apenas "verificações do mundo das percepções" mas a tomada de consciência" de uma realidade mais profunda que o mundo simplesmente nos dá.

INFLUÊNCIA DO MEIO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO MENTAL

O meio onde tenha vivido a criança é fator preponderante de seu desenvolvimento mental, como tantas investigações já têm provado. Portanto, medindo as crianças, *nossos testes mentais estariam também medindo o nível intelectual; ou cultural, de seu próprio ambiente familiar*. No entretanto, como a aplicação dos testes de Binet, adaptados a diferentes países, tem comprovado, também, há questões que, por assim dizer, resultam do desenvolvimento individual, de modo mais acentuado. Será possível, por isso, mesmo entre crianças de meios sociais diversos, dizer se eles se situam, ou se se afastam, dos *padrões normais* de cada idade.

As variações dos resultados obtidos com os testes de Belo Horizonte puderam evidenciar, de modo flagrante, ao menos para certas questões típicas, a poderosa influência do meio doméstico ou familiar.

TABELA VI — PERCENTAGEM DE BOAS RESPOSTAS SEGUNDO O AMBIENTE SOCIAL DA CRIANÇA (Testes dos Novatos, 1942)

QUESTÕES	GRUPOS SOCIAIS			DESFAVO- RECIDO	% Geral
	SUPERIORMÉDIO	INFERIOR			
<i>Linguagem</i>					
1. Mostrar os patinhos fora e dentro da lagoa (gravura)	98	96	97	86	94
2. Diferença entre duas árvores (gravura)	68	52	22	21	38
3. Semelhança entre patinhos	78	71	55	1»	61
4. Mostrar a árvore menor e maior	95	91	81	07	83
5. Posição dos olhos e das orelhas	92	89	80	62	81
<i>Noções numéricas</i>					
1. Contar pancadas na mesa (11) e patinhos na gravura (15)	74	80	58	39	63
2. Quantos pés tem os 3 patinhos?	65	56	43	19	46
3. Eram 6 patinhos; voou 1. Quantos ficaram?	70	72	46	30	54
4. Estilo 3 patinhos nadando; se entrarem mais 2 quantos ficam 7	67	51	26	17	40
5. Estavam 2 patinhos nadando; Toaram 2. Quantos ficaram?	73	66	47	27	53
<i>Coordenação motora</i>					
1. Cercadura a continuar	26	21	9	2	14
2. Desenho de cadeirinhas	67	51	32	14	41
3. Desenho de caixas de fósforos com um lápis atravessado	32	27	9	2	17
4. Desenho de um x	42	32	12	5	23
5. Brinquedo do bater com as mãos	69	77	67	43	64
<i>Memória</i>					
1. Nesta Arvore um sabiá fez seu ninho etc.	40	43	40	27	37
2. Tocar com o lápis na 1. ^a , 4. ^a , e 3. ^a árvores	47	41	33	15	34
3. Repetir quatro algarismos	47	27	29	16	30
4. Mostrar a árvore do sabiá etc	31	23	27	19	33
5. Repetir narrativa com cinco fatos	51	40	46	37	43
<i>Raciocínio</i>					
1. Você acha que fez bem em ficar com o patinho?	67	60	48	28	51
2. Que é que Você devia fazer com o patinho?	64	57	43	20	46
3. Absurdo (cavalo de asas)	83	81	68	39	68
4. Absurdo (homem montado às avessas)	93	90	82	54	80
5. Que faz as nuvens andar?	37	16	7	7	17

Para isso, tomamos ao acaso, os resultados de quatro grupos de cem crianças cada um, pertencentes a meios sociais bem diversos, todas submetidas ao *Teste de Novatos*, nos anos de 1942 e 1943.

Assim se caracterizavam esses grupos, segundo a posição social e recursos dos pais das crianças.

A) *Superior* — Profissões liberais, comerciantes e industriais abastados, capitalistas;

B) *Médio* — Funcionários graduados, comerciantes médios, professores, técnicos;

C) *Inferior* — Trabalhadores em geral, com renda pequena, mas certa ;

D) *Desfavorecido* — Trabalhadores sem remuneração certa, ambulantes, lavadeiras, camaradas.

Os resultados obtidos em 1943 foram similares aos do ano anterior.

Assim, a I questão de linguagem deu, respectivamente, para os 4 grupos, 98% — 100% — 91% — 87%; (a II questão foi modificada na aplicação de 1943, não servindo, assim, à comparação) ; a III questão deu 89 — 71 — 39 — 45; a IV deu 94 — 96 — 81 — 58; a V questão deu 92 — 96 — 70 — 56.

Nas noções numéricas, foram estes os resultados: I questão, 87 — 74 — 55 — 34; II questão 73 — 66 — 37 — 17; III questão (modificada) ; IV questão, 66 — 58 — 31 — 16; e V questão, 80 — 67 — 45 — 24.

Nas questões de coordenação motora assim se exprimiram os resultados: I) 24 — 25 — 2 — 0; II) 71 — 62 — 25 — 9; III) 5G — 29 — 6 — 1; IV) 48 — 21 — 17 — 8; V) 66 — 54 — 35 — 18.

Nas questões de memória, apurou-se: I questão 57 — 44 — 47 — 42; II questão 53 — 56 — 41 — 15; III questão 71 — 62 — 45 — 26; IV questão 40 — 45 — 31 — 16; V questão 50 — 51 — 37 — 26.

As três últimas questões de raciocínio foram modificadas em 1943; nas duas primeiras, mantidas na forma do ano anterior, os resultados foram: I) 74 — 59 — 44 — 30; e II) 77 — 60 — 38 — 31.

A simples observação destes números demonstra que tais resultados não foram colhidos por variação de amostra, mas que, ao contrário, caracterizam o comportamento médio das crianças de cada um dos quatro grupos. Isso se torna ainda mais flagrante quando se confrontam os resultados do grupo *desfavorecido* com os dois primeiros, *superior* o *médio*.

E' visível ainda que os resultados do grupo *desfavorecido* apresentam diferença muito significativa em relação à média de todos os resultados.

A diferença é impressionante nas questões III e IV de linguagem; em todas as noções numéricas; nas quatro primeiras de coordenação motora; na II e III de memória; e, ainda, no conjunto das questões de raciocínio.

De modo geral, observam-se diferenças significativas ao passar de um para outro grupo de crianças.

Pode-se atribuir essa variação, em parte, à natural timidez de certas crianças, ou ao uso de linguagem com as quais não estivessem muito habituadas?... Mais que isso, a influência do ambiente doméstico e social, em geral, parece ter influído, em todos os aspectos da prova.

Tanto assim que as questões mais difíceis para as crianças do grupo de meio social *superior*, também o foram para as crianças do meio *desfavorecido*. Notem-se os resultados da 1.^a questão de coordenação motora (*completar uma cercadura*), e da 3.^a questão (*desenhar uma caixa de fósforos com um lápis atravessado*).

Por igual, a questão de maior percentagem para o grupo *superior* (I de linguagem) foi também a de maior percentagem para o grupo *desfavorecido*.

VARIAÇÃO DE RESULTADOS ENTRE MENINOS E MENINAS

Entre os resultados gerais dos testes alcançados pelos meninos e pelas meninas de 7 anos, não se encontraram diferenças significativas.

Mostraram-se os meninos, no entanto, um pouco mais hábeis nas questões numéricas; e as meninas, nas questões que envolvessem desenho ou o reconhecimento de cores.

Nas demais questões houve sempre paralelismo quase perfeito.

CRIANÇAS QUE HAVIAM FREQUENTADO OU NÃO FREQUENTARAM JARDIM DA INFÂNCIA

Em 1937, depois de aplicado o *Teste Inicial* às crianças da 1.^a série, foram separados para estudo à parte os resultados de 129 crianças, que haviam frequentado jardim de infância, e de 175 que não o haviam frequentado, todas de 7 anos de idade.

A influência benéfica do contato com o jardim se fazia notar logo à primeira vista, observando-se que todas as questões, com exceção de uma, foram melhor respondidas em mais alta percentagem pelas crianças que haviam freqüentado o jardim.

Não queremos, contudo, tirar conclusões definitivas sôbre êste ponto, primeiro, porque a amostra estudada foi pequena; depois, porque as crianças que haviam freqüentado o jardim seriam, em seu maior número, de meio social favorecido.

CONCLUSÕES

Já pelo confronto dos resultados obtidos pelo *Teste de Novatos*, aplicado em 1942 e 1943, já também pelo confronto dos resultados de questões constantes de outros testes, aplicados em anos seguidos, pode-se afirmar pela coerência dêsses resultados e, assim, pela boa qualidade do material empregado.

Muitas das questões do teste referido, como do *Teste Inicial*, empregado em 1938, e, no ano seguinte, com pequena modificação, não apresentaram variação de percentagem de boas respostas, senão em 1%.

Por essa coerência de resultados, podem-se admitir, assim, algumas conclusões de ordem geral, quanto ao desenvolvimento das crianças de 7 anos, que, nos anos referidos, têm procurado as escolas de Belo Horizonte.

Essas conclusões são as seguintes:

a) os professôres primários, em geral, sôbre-estimam a capacidade de compreensão verbal das crianças de 1.º ano, pois, como se vê dos resultados dos testes, boa parte das crianças de 7 anos desconhece palavras e expressões de uso corrente para o adulto;

b) cálculos, embora muito simples, com o emprego de número de 1 a 6, oferecem dificuldade à grande percentagem das crianças de 7 anos, que procuram a escola pela primeira vez;

c) igualmente, revelaram essas crianças desenvolvimento rudimentar da coordenação viso-motora, a julgar pelos resultados das questões que envolvessem a cópia de desenho simples, ou mesmo o traçado de linhas;

d) o poder mnemônico para reter, por alguns instantes, ou para repetir, imediatamente, frases e números, mostrou-se reduzido;

e) no julgamento de ações alheias, a atitude predominante das crianças examinadas era natural egocentrismo e justiça retributiva; mais comumente, a criança demonstra "compreensão implícita" de certas situações, não sendo capaz, no entanto, de emitir cabal justificção de suas afirmações ;

f) não há, de modo geral, acentuada variação entre o desenvolvimento mental dos meninos e das meninas, pelo menos em relação aos aspectos visados pelos testes mentais empregados em Belo Horizonte;

g) as crianças que hajam passado pelo jardim de infância apresentaram, de modo geral, maior facilidade para a resolução dos testes;

h) acentuadas diferenças de desenvolvimento mental foram notadas entre as crianças de 7 anos, quando pertencentes a meio social mais elevado, e outras, da mesma idade, quando de meio social menos favorecido.

ALGUNS PROBLEMAS DE PERTURBAÇÃO DE CARÁTER

OFÉLIA BOISSON CARDOSO
Do Centro de Pesquisas Educacionais da
Secretaria Geral de Educação e Cultura.
do Distrito Federal.

Quando, pelo desajustamento de sua conduta, a criança chama a atenção daqueles que a cercam, já a perturbação existe, propondo ao psicólogo problemas, às vezes bastante complexos e de difícil solução.

As fichas que, constantemente, são enviadas ao Serviço que chefiamos, fichas essas onde professores, diretores e médicos registram seu parecer a respeito do comportamento dos alunos, apresentam-nos um panorama de efeitos, os mais contraditórios possível, cumprindo-nos pesquisar as causas que, por vezes, se encontram em fatos remotíssimos, perdidos na história do passado. Assim, um "caso" em que a criança é acusada de *furto*, fato devidamente comprovado, pode ter suas origens em diversas fontes que respondam por tal desajustamento, prendendo-se essas origens ora a manifestações epiléticas ou epiletiformes, ora a desejos de domínio, por um mecanismo bem marcado de compensação, ora a fatos outros de espécie diferente.

Assim, os casos de agressividade, fugas etc, encontram causas determinantes em vários fatores, às vezes de complicada localização, sobretudo quando se considera a deficiência que representam, como dados positivos, as *testemunhas*, das quais não pode o pesquisador prescindir.

A etiologia do caso prende-se, naturalmente, ao passado e as informações prestadas pelo *grupo familiar*, visto que é êle o único a conhecê-las, vêm com uma carga afetiva, maior ou menor, sempre, porém, bem significativa, tendente a deformar a situação real, modificando e até mesmo deturpando as *causas* responsáveis pela perturbação.

Os sintomas atuais, sobretudo quando se trata de crianças entre 61/2 e 8 anos de idade cronológica, não podem constituir material suficiente-

mente seguro para um diagnóstico digno de confiança. Impõe-se, sempre, a necessidade de pesquisar, de reunir dados para uma primeira triagem, que consiste, sobretudo, em separar o "joio do trigo", o que é trabalho sério, pelas dificuldades que encerra; uma análise demorada do material coligido é indispensável e, mesmo depois de uma separação primeira, é preciso obter dados secundários que venham comprovar ou destruir os primeiros, por meio de contra-provas bem elaboradas

Neste trabalho, é pensamento nosso, ressaltada a dificuldade que o diagnóstico de tais casos encerra, apresentar alguns problemas de perturbação do caráter, mais freqüentes em nossas escolas primárias, sobretudo na 1.^a série, quando são estabelecidos os primeiros contatos com o ambiente escolar, chamando a atenção, ainda, para a estreita correlação entre esses problemas e certas deficiências que, desde logo, impedem o andamento normal da aprendizagem.

A criança, nos jardins de infância, não propõe problemas tão sérios, nem tão numerosos quanto os que vão surgir, mais tarde, na escola primária; em muitos casos o indivíduo se manteve sem chamar atenção, relativamente ajustado ao grupo; logo, porém, depois dos primeiros meses de cursar a turma para iniciar uma aprendizagem sistemática, a perturbação aparece e se vai agravando de tal modo que nem a própria escola pode achar o remédio e todos os esforços, no sentido de conseguir uma solução, redundam em fracasso.

Tal fato pode ser atribuído à diferença do ponto de vista qualitativo, entre os grupos de jardins e os de escola primária: há, naqueles, mais liberdade; não se exige uma sistematização dos princípios, nem há margens a verificação de aprendizagens; de outro lado, a atitude de egocentrismo, ainda bem patente, não permite averiguar índices de ajustamento; não se apuram, com rigor, os hábitos sociais, visto que, nesses níveis, ainda não se estruturou uma consciência moral, nem é possível discernir, entre o *bem* e o *mal*; quando, no entanto, está a criança apta, pelo seu desenvolvimento psico-somático, a iniciar a aprendizagem da leitura e da escrita, esse fato marca também uma necessidade maior de conformar-se com as leis explícitas que, em determinadas civilizações, regem o movimento dos grupos sociais; de outra parte, há um rendimento do trabalho que é apurado e que se torna flagrante; exige-se do aluno uma conduta socializada, isto é, o *ser* vai passando de *individual* a *social*, respondendo, por meio de reações adequadas, aos estímulos do ambiente; êle se vai, enfim, integrando a um grupo diferente Saqueie

em que vivera até então, que era mais restrito e girava em torno de certos preconceitos e tabús — *a família*.

Por vezes, o problema surge, justamente, do contraste chocante que a criança estabelece entre a *família* e a *escola*: no seio da paineira, é ela mimada, suas vontades são logo atendidas; é um pequenino tirano, cujos desejos são leis; na segunda, seus desejos são muitas vezes contrariados; há, no mesmo pé de igualdade, outros indivíduos: suas palavras e gestos não são comentados como coisas prodigiosas, mas passam desapercibidos, sobretudo quando há outros alunos que "brilham" mais. Parece ao pequeno ser, que aquilo que lhe pertence está sendo furtado; sente-se como uma vítima a quem usurpam todos os direitos; seu mundo, aliás, fora sempre de *direitos* e nunca de *deveres*; quando os primeiros lhe são impostos, isso toma a feição de uma injustiça e a criança reage, de acordo com seu temperamento, na base de uma grande revolta. Essa revolta, no entanto, se manifesta por múltiplas formas, algumas das quais parecem não ter relação de qualquer espécie com o choque determinante.

Em outros casos, encontramos alguém que fora, até então, tido na família como prodígio e de cuja inteligência jamais se duvidara; a admiração dos parentes e amigos envolvera, sempre, o pequenino herói numa atmosfera propícia ao desenvolvimento da vaidade e do orgulho; um sentimento de superioridade se fora firmado e tornando-se cada vez mais consistente; um belo dia, porém, de maneira violenta, tomba e se despedaça tôda essa estrutura: na turma, ao invés de ser a primeira, atraindo sôbre sua pessoa a admiração e os louvores do mestre, a criança se vai distanciando dos *mais avançados*, passa ao nível dos *médios* e, por fim, lutando com obstáculos insuperáveis, obstáculos que ela nem chega a compreender, vê-se jogada à "cauda" do grupo, arrastando-se penosamente, sem apresentar o menor rendimento em seu trabalho.

As causas do fato não podem ser facilmente apreendidas e, na maioria das vezes, nem a família as conhece; julgando-se espoliada atingida pela má vontade dos mestres, ela se revolta e reage, ou pela agressão, ou pelo furto, ou, nos casos em que é profundamente tímida e introvertida, pela "evasão"; evade-se daquele cenário que a confrange e aborrece e começa a divagar; há como que um *desdobramento da personalidade* — uma parte presente, na classe; outra caminhando por lugares mais aprazíveis e que correspondem melhor às necessidades do momento; é então, que vários *complexos*, alguns dos quais já bem estudados pela escola de Freud, se instalam.

Há algum tempo, tivemos ocasião de defrontar um caso que pode ilustrar nitidamente nossas afirmativas; tratava-se de um pequeno aluno de uma escola particular, pertencente a família abastada, segundo filho, sendo que o primeiro, bem mais velho, tivera meningite infecciosa aos 6 anos e, como conseqüência, apresentava o comportamento de um retardado profundo; fora enviado pela família aos Estados Unidos, onde permanecia, ainda, em tratamento, ao tempo em que nos ocupamos do menor. Contava êste 8 anos de idade quando, com surpresa de todos, começou a manifestar-se insubmisso, rebelde na escola e, principalmente, hostil a todo e qualquer trabalho; o diretor procurou um entendimento com a família, mas esta atribuiu o mal à própria escola e transferiu o menino para outro estabelecimento, onde sua conduta tomou aspecto mais grave, ainda; ao lado de um rendimento nulo, do ponto de vista da aprendizagem, seu comportamento, extraordinariamente violento, chamava a atenção dos professores, desorganizando o grupo, por meio de uma indisciplina constante, que provocava reações inadequadas em todos os demais elementos da 1.^a série, à qual pertencia a criança.

Vendo que não encontrava meios de solucionar a questão e estando o menino sob ameaça de ser afastado da escola, fomos procurados particularmente pelo pai que nos pediu que tentássemos encontrar remédio para tão angustiante problema.

Realmente, o menino se apresentava com todas as manifestações de agressividade, reagindo por palavras e por atos a qualquer estímulo, vindo dos companheiros ou dos professores.

Procuramos, inicialmente, obter dados referentes ao passado da criança: condições do nascimento, saúde da mãe, durante a gravidez, aleitamento, moléstias da 1.^a e 2.^a infâncias; sono, tendências, companhias mais freqüentes, tudo enfim quanto nos pudesse elucidar a respeito das influências que agiram sobre êle, durante um largo período de sua evolução; depois, ouvimos professores, diretores e alguns companheiros e dêsses depoimentos duas coisas ficaram bem claras: o *rendimento nulo da aprendizagem* e a *agressividade*.

Ouvimos os pais, primeiramente juntos e, depois, um de cada vez; profundamente maguados, acordes em afirmar que o filho fora perseguido em ambos os estabelecimentos, que sua reação era natural, visto ser "criança de grande inteligência e que sempre se revelara muito esperta e dócil".

Vimos, por fim, o *herói*, um guri moreninho de expressão viva, na defensiva, porém. Foi logo declarando: "Não digo nada! Não quero

ficar aqui". Depois de algum tempo e de manobras habilmente feitas, conseguimos inspirar-lhe um pouco de confiança; nossas conversas prepararam o terreno para a aplicação de algumas provas; começamos pela escala de Binet-Simon, revisão de Terman, e nos pronunciamos por esta por ser um teste verbal e têrmos notado, desde o início, a aversão que a criança mostrava, por qualquer forma gráfica de trabalho. Submeteu-se bem à prova, numa atitude natural, embora, por vezes, bordando suas respostas com reflexões que revelavam uma certa tendência á fanfarronada: "Ura, é claro!" "E' lógico"... "Quem não sabe isso ?" etc.

Por essa prova, seu QI foi de 0,99, o que, realmente, não justificava, de furma alguma, o baixo rendimento da aprendizagem. Passamos, então, ao teste ABC, do Professor Lourenço Filho, no sentido não só de apreciar o Nivel de Maturidade, como, e principalmente, de obter algumas informações sôbre possíveis deficiências do ponto de vista *visual*, *auditivo* ou *motor* e, embora o Nivel de Maturidade fosse de 13, o que parecia permitir uma aprendizagem em boas condições, a análise dos diferentes itens do teste apontou desde logo, uma falha bem patente, na coordenação visual motora, faltando apurar se a falha seria predominantemente visual ou motora, ou, ainda, se ambas as capacidades teriam sido atingidas; para esse fim, lançamos mão das provas de *Gales* (percepção e fixação visual) e das de *Ozeretzki* (controle motor), as quais, por seus resultados, revelaram-nos tratar-se de uma deficiência na percepção visual: a criança era incapaz de apreender estruturas gráficas mais extensas; embora percebesse bem os detalhes, não os podia, no entanto, ligar de modo a constituírem um todo identificável, com esquemas mentais adquiridos por fixações anteriores. E' a deficiência estudada pelos americanos com o nome de "word-blindness" e pelos franceses sob a denominação de "cecité verbale"; entre nós é conhecida por *dislexia*.

Os testes de Dearborn, posteriormente aplicados, bem como os Labirintos de Porteus, confirmaram esse diagnóstico. O menino não podia adquirir as técnicas de leitura e escrita, não porque lhe faltasse o necessário nível mental, nem mesmo porque houvesse um processo retardado de maturidade, mas porque uma "trava", colocada em sua percepção visual, o impedia de fazê-lo.

Tendo sido, sempre, considerado como muito inteligente, mais mesmo do que o era, o que acontecia sobretudo devido ao paralelo feito entre êle e o irmão débil, traumatizou-se em contato com o ambiente escolar, ao compreender que não conseguia o que seus companheiros realizavam

sem dificuldades. Traumatizado, desintegrado portanto do grupo, reagiu, opondo-se a êle, pela agressão, o que correspondia bem a seu temperamento facilmente excitável e muito vivo.

Submetêmo-lo, então, aos processos corretivos indicados e, ao fim de três meses, conseguindo ler as primeiras frases e trabalhar com elas, numa atitude de grande interesse, as anomalias de sua conduta foram desaparecendo e hoje, ano e meio passado, encontra-se a criança perfeitamente ajustada à sua classe.

Um outro caso, bastante típico da perturbação do caráter relacionada com elementos inerentes à aprendizagem, foi o da menina M.L.G.S., a nós enviada por um médico da família; a diretora de um colégio de freiras por ela freqüentado e que fora também freqüentado por suas duas irmãs mais velhas, chamara a mãe, declarando que a menina, além de não estudar (tinha ela, então, 12 anos) apresentava um comportamento anormal, pois se mantinha afastada de todos, colegas e professôres, em permanente mutismo, obstinada em não tomar parte em qualquer atividade coletiva, mesmo as de recreio. Pensava a diretora tratar-se de um caso patológico, aconselhando que fosse ouvido um médico. Os pais levaram a filha a um psiquiatra e êste, depois de examiná-la, declarou tratar-se de uma pequena "exquisóide de baixo nível mental". No dia em que se veio entender conosco, estava a senhora muito perturbada, não se podendo conformar com a situação, sobretudo porque suas filhas mais velhas haviam cursado o mesmo colégio com brilhantismo, conseguindo, sempre, os primeiros lugares; quanto a M.L. só queria cuidar de "fazer bonecos de massa, afastando-se de todos, mesmo em casa para dedicar-se a esse trabalho".

Quando vimos a menina, que apresentava, aliás, bom desenvolvimento físico para sua idade, chamou-nos a atenção um nevoma que lhe deformava o lábio inferior e que, em seu rosto bonito, de feições regulares e finas, punha uma nota profundamente desarmônica e mesmo brutal, fazendo lembrar o lábio retorcido e grosso de um negro.

Difícilmente conseguimos estabelecer uma certa intimidade com essa menina; dava-nos a impressão de fugir e não estar nunca *presente* às nossas entrevistas; quando conseguíamos alguma resposta, era apenas um monossílabo mal articulado, quase imperceptível. Um dia, depois de têmos solicitado seu auxílio na organização de esquema para modelos de redação, ela, entregando-se interessada ao trabalho, começou a conversar com mais naturalidade. Mais tarde, perguntou: — "Quando a senhora me viu, pela primeira vez, não reparou nada em minha boca?"

— "Sim — disse eu — pensei que você usasse "baton" e me admirei muito de ver uma menina de sua idade, com "baton"...

— "Mas... parece mesmo "baton" ?!"

E sua exclamação foi tão espontânea e expressiva que nos revelou, claramente, a satisfação que isso lhe dava. Foi como se um grande peso lhe tivesse sido tirado, de repente, do coração. Um sorriso feliz iluminou-lhe o rosto e esse foi o elo que estabeleceu, entre nós, uma boa camaradagem. O resto não foi complicado e, depois de aplicar várias provas, às quais se submeteu de boa vontade, julgando, sempre, prestar-nos um auxílio, tocamos as causas determinantes da perturbação: temperamento artístico, dotada de intensa vida interior, mas com dificuldades de adaptação, por ser um tipo introvertido (o que o psicodiagnóstico de Rors-chach deixou bem claro), sentiu pesar, a todo momento, sobre seus ombros, as glórias passadas das irmãs, e o estribilho: "Suas irmãs faziam isto... suas irmãs faziam aquilo"... agia como um chicote, fustigando-a e afastando-a, cada vez mais de um convívio que se lhe ia tornando odioso. De outra parte, o nevoma, a deformar-lhe o lábio inferior, provocando, a todo o momento, a pergunta: "Que é isso no lábio?", vinha agravar a situação, dando-lhe um complexo de inferioridade. Sentindo-se inferior e incompreendida, refugiou-se na arte.

Mais tarde, vimos os "bonequinhos", alguns dos quais eram verdadeiras obras d'arte; foi ela mesma quem os trouxe, em uma caixinha, cheia de cuidado e meio receiosa, olhando-nos desconfiada, enquanto os examinávamos, como se quisesse decifrar-nos os pensamentos.

— "Mas você é uma grande artista, M.L. !" exclamamos diante de suas criações que não se apresentavam ingênuas e inexpressivas, como os trabalhos das crianças de níveis mais baixos e dos débeis; havia nelas vida, movimento, alma. A mão que as modelara manifestava, por forma eloqüente, os pensamentos que se agitavam encarcerados e sem chegarem a outras formas de comunicação social.

Lidamos, ainda bastante tempo, com essa menina, aconselhando a família a levá-la para outra escola, onde não houvesse vestígios do passado glorioso das irmãs e, sobretudo, onde houvesse maior liberdade, exercícios físicos e trabalhos manuais. Hoje, na 2.^a série ginásial, é uma das primeiras alunas do colégio que frequenta; seus trabalhos, mostrados a uma grande escultora brasileira, causaram-lhe profunda admiração, levando-a a interessar-se pela pequena artista que, neste momento, com um pouco de massa de plamar, ensaia seus primeiros estudos. O nevoma ficou relegado a um segundo plano: ela já sabe que não tem

grande importância porque pode, até, ser confundido com "baton"; sabe, também, que uma operação relativamente fácil pode removê-lo, sem deixar vestígios. Está mais presa às suas atividades e, pacientemente, espera ter mais idade para poder "emportar-se bem durante a operação".

Outro caso interessante, sobretudo pelo aspecto pouco freqüente que assumiu, foi o de um menino de 7 anos, que fora matriculado, pela 1.^a vez, em uma escola particular, sem haver tido jamais aprendizagem anterior. Era filho adotivo de um casal em boa situação econômica, julgando-se, entretanto, filho legítimo.

Sua ficha registrava *furto, mentira e perturbações na palavra*. Durante um ano de freqüência regular à escola, nada ou quase nada conseguiu aprender; a perturbação na palavra era uma forma de gagueira emotiva, que se agravava, sobretudo, quando o menino estava na escola. Afirmavam os pais, e tivemos ocasião de verificar, que em casa a atitude do menino era natural e a palavra normal.

Ocupamo-nos desta criança durante três meses, até que conseguíssemos chegar às causas determinantes do desajustamento, causas essas ainda bastante relacionadas com os processos da aprendizagem.

O problema se resumia, enfim, do modo seguinte: embora apresentando uma inteligência normal (QI = 1 pelo Dearborn e 0,98 pelo Terman) e mesmo um N.M. = 12, essa criança não apresentava, ainda, uma capacidade de análise, que permitisse ao professor levá-la à discriminação indispensável à aprendizagem de leitura e escrita. Além disso, muito mimada e vivendo num meio um tanto artificial, visto que nunca fora posta em contato com outras crianças e os pais, de temperamentos profundamente exisotímicos, pouco falavam com a criança, apresentando-lhe da vida somente o lado bom, ao se ver incluída em um grupo de elementos diversos pelo temperamento e caráter, refletindo mesmo influências as mais opostas, não se pudera equilibrar, ajustando-se; faltavam-lhe experiências anteriores sobre as quais pudesse estruturar novas experiências, de acordo com as solicitações do meio; ela, portanto, só tendo sido apresentado o *bem* estava incapaz de dar *valores*, separando o *bem* do *mal*. Quando, ao se apoderar pela primeira vez de um objeto do colega, o fizera sem ter a consciência moral do ato que praticara, fora severamente repreendido pela professora, emocionara-se e, então, debatendo-se, na dúvida, passou a tirar as coisas escondido, a mentir, para justificar-se e, como consequência, a gaguejar toda vez que precisava justificar-se mentindo. Condicionou essa atitude àquela determinada situação e o hábito logo se instalou. Como não apresentava progresso

algun na aprendizagem, aos poucos se foi sentindo inferior e procurava compensar essa inferioridade contando casos que nunca se tinham passado, chamando sôbre si a atenção dos companheiros.

Ainda, com êste menino, tivemos que começar o trabalho, ajustando-o do ponto de vista da aprendizagem, levando-o à análise por meio de massa plástica, de trabalhos manuais bem orientados; só quando foi capaz de aprender, integrando-se ao grupo, foi possível tentar a correção das outras deficiências, o que foi fácil, visto que a causa principal já fora atacada.

Poderíamos ilustrar êste artigo com inúmeros outros casos, todos êles estudados cuidadosamente no Serviço de Ortofrenia e Psicologia do Centro de Pesquisas Educacionais da Secretaria Geral de Educação e Cultura; entretanto, não é esse nosso pensamento; pretendemos, antes, em algumas linhas e em rápido esboço, apontar alguns dos mais freqüentes problemas de perturbação do caráter e sua íntima relação com os processos de aprendizagem.

Ao Serviço que chefiamos, chegam constantemente fichas individuais, propondo-nos o estudo de *casos* de desajustamento, variadíssimos nos efeitos que apresentam, sendo dos mais comuns os de agressividade e furto. Entretanto, contando com o inestimável apoio e inteligência, quer do Sr. Secretário Geral de Educação Coronel Jonas Morais Correia, quer do Diretor do Centro, Dr. Pernambuco Filho, temos conseguido, em alta percentagem, levar essas crianças a uma perfeita integração, o que é, em última análise, conduzi-la à conquista da felicidade.

AS "MISSÕES CULTURAIS"

J. ORLANDÍ

Do Departamento de Educação do Estado de
São Paulo.

NASCIMENTO DAS "MISSÕES CULTURAIS"

Foi Manoel Bartolomé Cossío, na Espanha, aos albores da segunda república, o idealizador das "Missões Culturais" a que denominou "Misiones Pedagógicas". O propósito que era de simplesmente beneficiar os professores e as escolas rurais ampliou-se com a criação do "Patronato de Misiones Pedagógicas". A Cossío, seu inspirador, o governo do novo regime deu a presidência. E as missões, daí por diante, tiveram o triplice objetivo de incrementar a cultura geral, animar a vida escolar e educar o cidadão, principalmente o das localidades onde o nível de civilização era baixo.

São palavras de Cossío: "El hombre del pueblo tiene derecho a gozar de los bienes espirituales de que disfrutaban los privilegiados... Es cuestión de justicia social".

O primeiro relatório do Patronato explicava: "Esta, a modo de escuela recreativa es para todos, chicos y grandes, hombres y mujeres, pero principalmente para los grandes, para los que se pasan la vida en el trabajo, para los que nunca fueron a la escuela y para los que no han podido volver a ella desde niños ni tenido ocasión de salir por el mundo a correr tierras aprendiendo y gozando..."

As Missões Culturais constituem o desenvolvimento virtual das missões religiosas. Há flagrante semelhança entre a natureza de uma e de outra. Ambas têm por objetivo precípua elevar o nível social e moral do indivíduo e da família a fim de colocá-los em condições de tirarem proveito do progresso técnico e cultural da civilização.

DISTINÇÃO DAS MISSÕES CULTURAIIS

As Missões Culturais devem ter, no aspecto, algo das missões religiosas e das aludidas missões pedagógicas. Mas no amontoado de instituições peri e post-escolares qual o seu objetivo ?

Precisamos distinguir as Missões Culturais no campo da educação entre as atividades que circundam a escola e a família.

Excursão escolar — Visa os alunos somente. E' uma atividade pertinente à escola.

Curso de férias — Na forma, série de palestras e de conferências e de atividades de cunho prático. No fundo, destinado a professores e pessoas de nível cultural mais elevado que o comum.

Intercâmbio e extensão cultural — Relação entre grupos do mesmo nível de civilização para ampliar-se o campo cultural de cada grupo.

Missões Culturais — Participam da natureza funcional da escola. Pressupõem um grupo de elevado nível de civilização em contato com elementos ou grupos de nível inferior ao dele.

CONTEXTURA DAS MISSÕES CULTURAIIS

As Missões Culturais são conjuntos volantes de pessoas — cada uma com especial atribuição — capazes de transformar, para melhor, a pauta de existência dos menos protegidos pelas condições geográficas e sociais. As atribuições particulares de cada membro coordenam-se dentro de um programa de ação geral e especial.

As Missões Culturais têm por objetivos:

- a) o soerguimento intelectual e moral;
- b) a fixação do indivíduo e da família no seu ambiente social;
- c) o intercâmbio de compreensões entre a gente do local e a de fora;
- d) fazer os indivíduos e os grupos sentirem o seu próprio valor dentro da coletividade.

Do ponto de vista filosófico, estabelecem diretrizes para uma civilização melhor, decorrente do nosso passado com as suas tradições. Incentiva e desenvolve o sentimento de solidariedade humana, ao lado, sem

diminuí-lo, do sentimento de pátria. Têm alcance educacional em extensão e volume.

Do ponto de vista psicológico elas, por meio de solicitações adequadas, permitem reações imediatas do indivíduo e dos grupos.

Do ponto de vista social produzem efeitos permanentes e conseguem educá-los nos princípios que os capacitem a aprimorar hábitos e costumes.

As Missões Culturais agem sobre o indivíduo, sobre a família e sobre a coletividade. De qualquer modo realizam trabalho de saudável influxo social e moral. Vão até onde não chega a escola e tem ação mais positiva do que esta.

Na sua função compreende-se a propaganda para obras de assistência aos enfermos, aos pobres, aos escolares. Aproxima a família e a escola, anima o esforço de cooperação nas iniciativas de benefício para a coletividade.

ELEMENTOS DAS MISSÕES CULTURAIS

As Missões Culturais possuem programa e material adequado para o seu exercício.

Realizam e promovem conferências, palestras, leituras, tudo muito dosado, entretanto, a fim de se não tornar prejudicial pelo excesso de palavras e pela natureza do assunto. Prejudicial no sentido de afugentar o ouvinte, mormente aqueles que não estão habituados a sessões literárias.

O teatro, da parte literária, coaduna-se bem com a natureza das Missões por estar ao alcance das inteligências pouco afeitas às abstrações e por ser, em si, menos subjetivo. Convém, pois, organizar séries de comédias com idéias educativas entremeadas de *qui-pró-quós*, nas situações das personagens, usando os recursos da arte teatral para obter resultados garantidos. As "dramatizações" podem ser utilizadas com real proveito.

Os orfeões constituem preciosos elementos de ação educativa. O teatrinho João-Minhoca (*polichinelos*, *marionettes*, *buratini*) oferece amplos recursos para se proporcionar aos assistentes momentos recreativos e educativos.

O cinema é hoje um dos grandes atrativos das massas e assim os filmes constituem valioso elemento colaborador na obra educativa e cultural das missões. São aconselháveis as fitas de desenhos animados e as instrutivas. As de comédias, quando cômicas. Como nem sempre

as missões dispõem de recursos pecuniários bastantes para um aparelhamento sonoro de cinema, é preferível que, no geral, se utilizem do cinema mudo. Uma vitrola elétrica ou mesmo de corda suprirá a sincronização.

Incluem-se, nos elementos de que podem dispor as Missões, o museu e a biblioteca ambulantes. Do primeiro devem fazer parte reproduções de quadros célebres dos nossos pintores, reproduções de obra de arte escultórica, cartazes artísticos de anúncios para desenvolver o gosto pelo desenho de figuras e letras e ambientar o museu com impressões de atualidade, fotografias de zonas e de regiões sempre diferentes daquela em que estão trabalhando as missões, e até de série de quadros para o ensino de história natural e de ciência. Tais quadros poderão igualmente ser exibidos por meio de projeção luminosa fixa, cujo material é de fácil acondicionamento e transporte. Do segundo, da biblioteca, devem fazer parte livros de gravuras, histórias mudas — os "cartoons" dos norte americanos — livros de poesias, de contos, álbuns de regiões e cidades etc.

Convém levar em conta o grande auxílio das competições esportivas entre elementos locais, principalmente se as Missões puderem oferecer prêmios aos vencedores.

COMPOSIÇÃO DAS MISSÕES

As Missões Culturais podem ser compostas, além dos membros natos, naturalmente dos que fazem parte dela como funcionários efetivos, dos seguintes:

- a) professores e alunos de ginásios, colégios e escolas normais;
- b) escoteiros;
- c) simpatizantes.

PROGRAMA E ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DAS MISSÕES

E' imprescindível às Missões ter em vista os problemas regionais onde vão agir. Conhecer o meio.

O sertanejo, o rurícola e o cidadão precisam de quem os tire da rotina, quem lhes mostre as belezas e as possibilidades de tudo o que os rodeia. As missões nem sempre oferecem resistência no seu exercício de propaganda, educação e cultura. Elas se tornam vulneráveis quando têm de tratar com hábitos arraigados, superstições e crendices. Não há

receita para orientar a sua atitude aí. Só a iniciativa dos missionários, a improvisação e o modo de agir e insinuar é que lhes pode valer.

Os programas das Missões devem admitir a contribuição e a colaboração dos habitantes das localidades onde elas estão agindo. Convém incluir certos números de manifestações regionais como reizados, con-gadas, desafios, festas religiosas etc. E' uma colaboração do povo e de alto valor para o trabalho e o êxito das Missões.

Os programas compreendem em linhas gerais: *a)* despertar ou acentuar o amor e a consideração ao meio; *b)* elevar e melhorar o teor alimentar; *c.)* criar hábitos de higiene e de conforto; *d)* reviver tradições históricas; *e)* conseguir a compreensão do regime político em vigor; *f)* procurar destruir, com habilidade adequada ao caso, credices e superstições; *g)* preparar o caminho para as obras de assistência social e desenvolvimento do espírito de solidariedade.

SUPERINTENDÊNCIA E DIREÇÃO DAS MISSÕES CULTURAIIS

O Ministério da Educação como supremo órgão da administração educacional do país deve dar a diretriz ao serviço das Missões Culturais. Traçará as linhas gerais da sua conduta. Todavia, é à administração estadual que cabe regulamentar as atividades das Missões, administrá-las e custeá-las. Tratando-se, porém, de Estados que não disponham de pessoal, verba de custeio, ou não estejam em condições culturais de dar às Missões capacidade educadora, o Ministério da Educação poderá incluí-los na zona de influência de outros melhores aparelhados.

As diretorias do ensino de cada Estado, como acontece com o Departamento de Educação de São Paulo que dispõe de serviços de bibliotecas, de museus escolares e de cinema educativo, terão a seu cargo a direção imediata das Missões Culturais.

CONCLUSÕES

As Missões Culturais procuram criar nova mentalidade coletiva, infundir características de vida melhor aproveitada; despertar nos grupos a compreensão de sua força e das possibilidades do meio onde vivem.

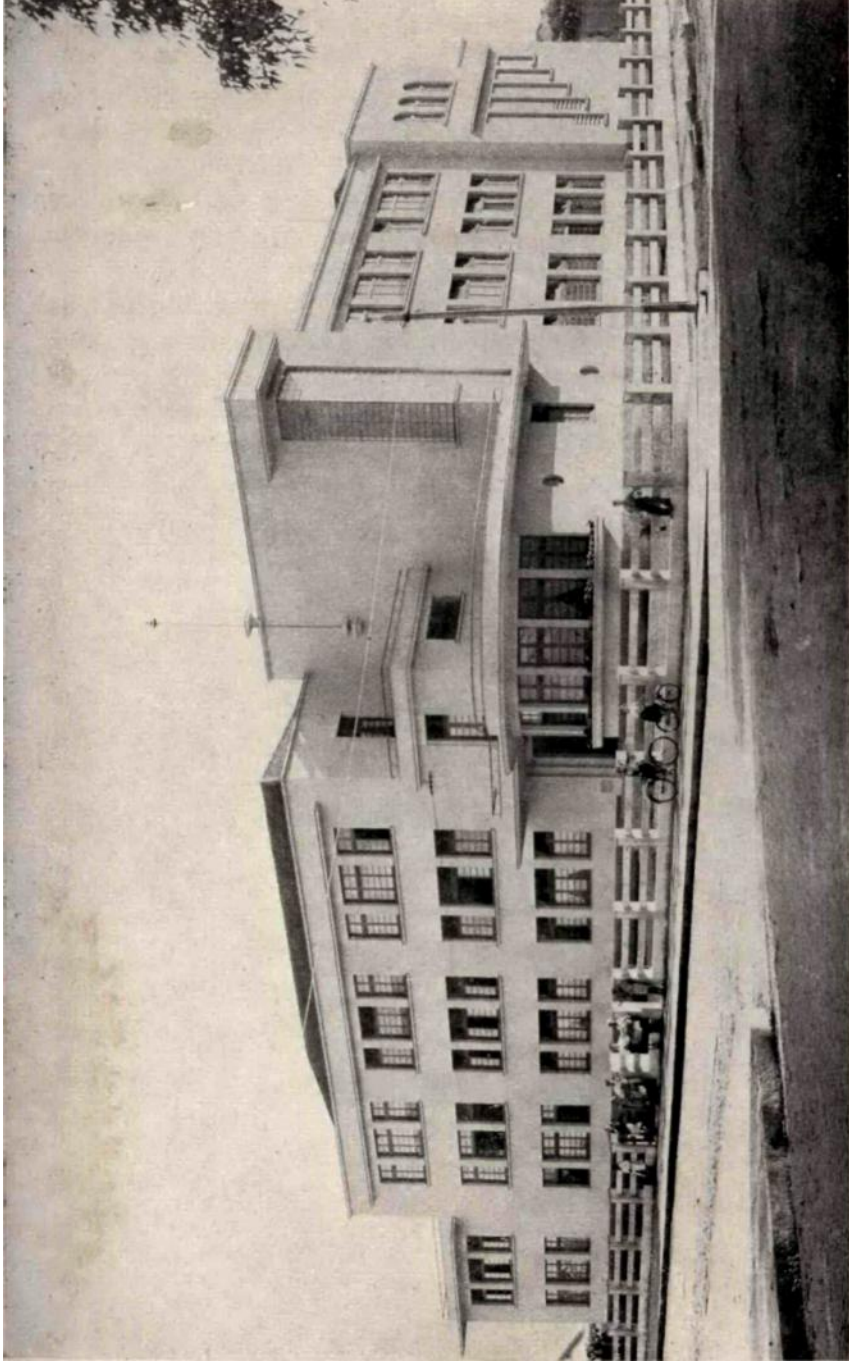
Fá-los participar de uma civilização melhor sem provocar o êxodo local. Estabelecem diretrizes de civilização.

Desenvolvem o espírito de solidariedade a fim de aproveitá-lo para iniciativas de assistência social.

As Missões devem dispor dos seguintes elementos: *o)* cinema; *b)* discos; *c)* museu; *d)* teatro; *e)* biblioteca; *f)* outros elementos de oportunidade.

Organização, "quantum satis", programas literários; competições esportivas; outras festas e divertimentos de que participem elementos locais.

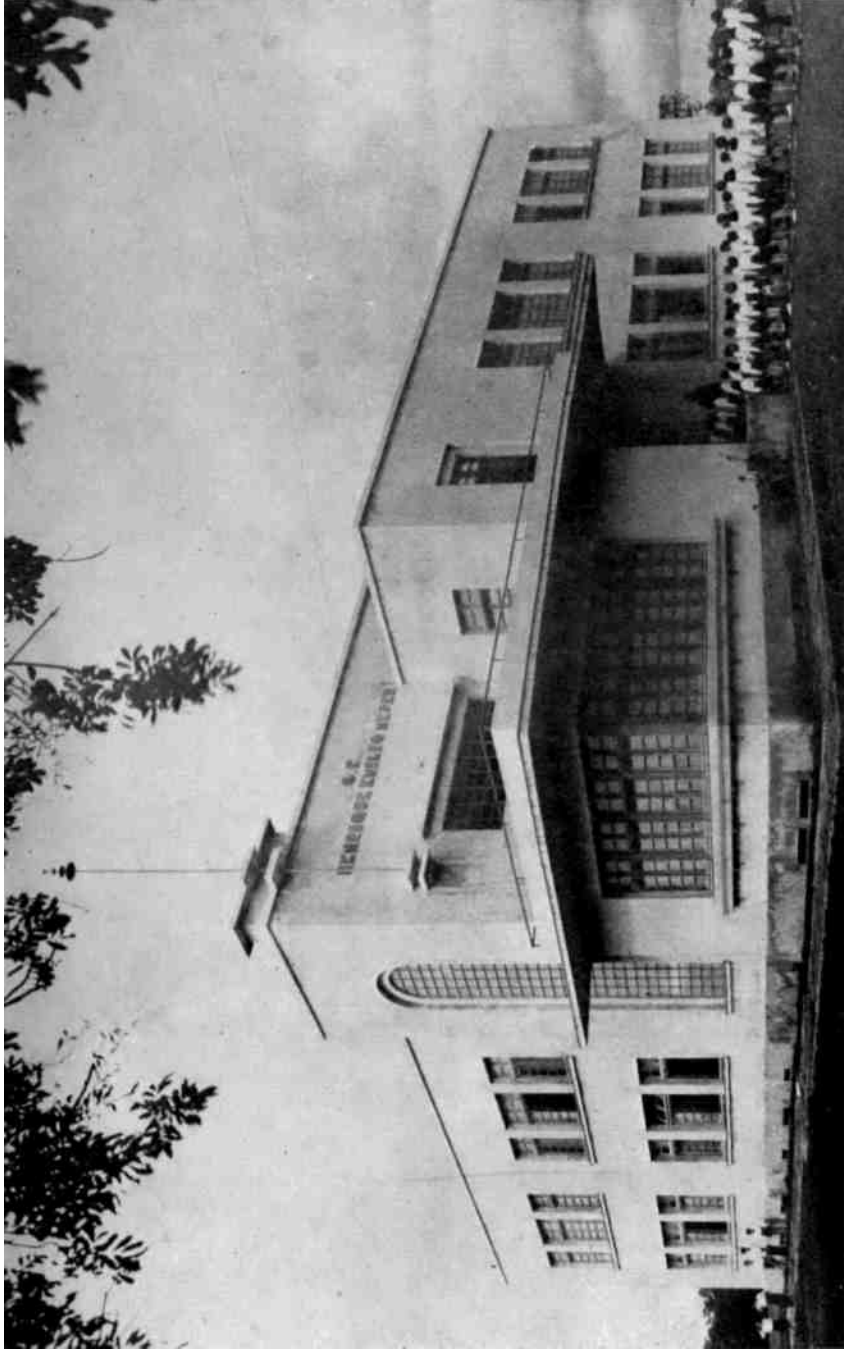
O seu objetivo nacional será a consolidação e a compreensão da estrutura política do Brasil que garante a prosperidade, a paz e o bem estar da família brasileira.



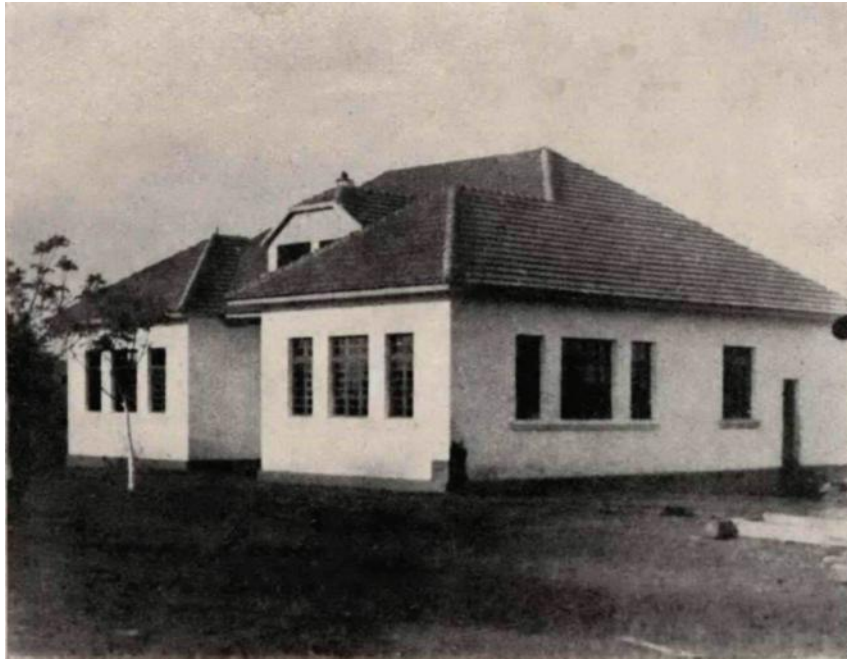
Construções escolares no Rio Grande do Sul — De 1939 a 1943, construíram-se no Estado 116 edifícios escolares, dos quais 43 em cidades e vilas e 73 na zona rural. Do tipo que se vê acima, para 900 alunos, construíram-se três edifícios



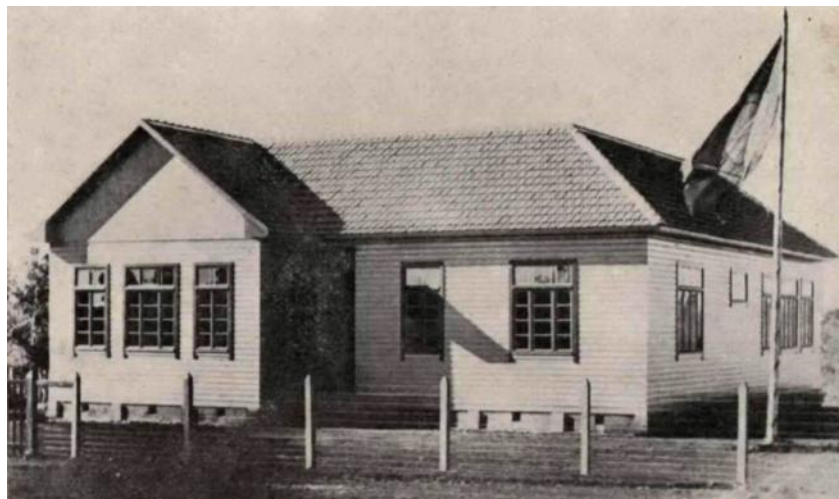
Construções escolares no Rio Grande do Sul. — Edifício para 500 alunos, em cada turno de ensino. De 1939 a 1944, foram construídos sete edifícios deste tipo



Construções escolares no Rio Grande do Sul — Edifício para 350 alunos, em cada turno de ensino. De 1939 a 1944, foram construídos treze edifícios deste tipo



Construções escolares no Rio Grande do Sul — Tipo para zona rural, em alvenaria. para 150 alunos de 1939 a 1944, foram construídos quarenta e quatro dêste tipo



Construções escolares no Rio Grande do Sul — Tipo para zona rural, em madeira, para 150 alunos; de 1939 a 1944, foram construídos vinte e nove dêste tipo

APLICAÇÃO DOS "TESTES ABC" EM CRIANÇAS INDÍGENAS, TERENAS E CAIUÁS, DE MATO GROSSO (*)

MARIA ALICE MOURA PESSOA
Do Colégio Bennett,
Rio de Janeiro

Tivemos oportunidade de aplicar, em crianças indígenas, Terenas e Caiuás, os conhecidos *Testes A B C*, organizados pelo Prof. Lourenço Filho.

Trabalho foi êsse a que dedicamos grande tempo de nossa viagem de três meses entre os índios de Mato Grosso. Fizêmo-lo com todo esmero e prudência, no propósito de anotar, durante a execução da tarefa, todas as observações e experiências sugeríveis pelas reações das crianças. pois tínhamos em mente a lembrança de que, sendo essa a primeira vez que se aplicavam os referidos testes entre os índios, poderíamos colher fatos inéditos e reações desconhecidas para a história do Teste ABC.

Aplicamos um total de 67 testes, mas somente 57 serão examinados nesta breve notícia. Aquêles que não usaremos, acham-se incompletos, ou foram aplicados em crianças mestiças (branco e índio). E o estado que faremos atentar para o resultado obtido com índios puros, que

vivam segregados do homem branco. Cuidadoso exame foi feito em cada teste. Não há, entanto, assentar conclusões definitivas sobre a maturidade dos índios para o aprendizado da leitura e da escrita, por isso que nosso trabalho representa pequeno ensaio, e seria perigoso quiséssemos chegar a conclusões definitivas do nível de maturidade do índio, se contamos apenas com 57 casos. O trabalho que apresentamos, apesar de feito dentro das maiores dificuldades de ambiente, não obstante muito esforço e consciência, tem

(*) Transcrito da revista "Formação", n.º 75, outubro de 1944, Rio de Janeiro.

apenas o sabor de uma curiosidade, por isso que é pequeno. Foi difícilimo conseguir-se crianças para a aplicação dos testes, e escasso nosso tempo, coisas que nos inibiram de uma aplicação em larga escala.

Entre os Caiuás aplicamos 16 testes, sendo 4 dêsses em índios mestiçados. Aproveitamos, portanto, para nossa análise, 12 casos. Já entre os Terenos, conseguimos 45 testes completos, em índios puros. O pequeno número dos aplicados aos Caiuás, em contraposição com os 45 dos Terenos, dificultou o trabalho de comparação dos resultados obtidos em uma e outra tribo.

Vivem as crianças Caiuás insuladas do convívio do branco, estado que se pode chamar de selvagem. Na sua quase totalidade, desconheciam tesoura, lápis e papel. — Encontramos dificuldade em aplicar o teste n.º 5 — porque precisávamos de intérprete, e porque os pequenos Caiuás jamais viram uma "boneca de louça de olhos azuis". — Se, por um lado, isso dificultou o trabalho, por outro nos forneceu dados interessantes sôbre a reação das crianças ante situações completamente novas e sôbre sua capacidade de reproduzir uma narrativa, sem conhecer a realidade de seu conteúdo. A reação das crianças terena a êste teste já foi mais fácil, visto que muitas conheciam bonecas. O referido teste até deu margem à imaginação dos pequenos índios, pois, por vezes adornaram a história com as seguintes frases: "Maria ganhou uma boneca muito bonita". "*O pai de Feliciana deu uma boneca*" etc.

Tanto os testes aplicados aos Caiuás como aos Terenos obrigaram-nos a recorrer, muita vez, a um intérprete, visto que as crianças e mulheres desconheciam o português, geralmente. — Mas, mesmo tradu-zindo-os para outra língua, como o caso das línguas indígenas, línguas de vocabulário reduzido, procuramos conservar-lhes a disposição dada pelo Prof. Lourenço Filho.

A reação aos testes, das meninas e meninos, foi mais ou menos idêntica, e os seus resultados finais foram equilibrados, como se pode constatar no fim dêste trabalho.

As crianças foram cativadas à custa de caramelos, se bem que muitos tipos houve obstinados, acanhados, a que nada acediam. Mas, submetiam-se as crianças, depois que nossa amizade fosse patenteada com uma bala, passivamente, com alguma curiosidade. Tudo lhes era novo: o papel, o lápis, a tesoura, as figuras, o aplicador.

Não se escondem, à vista de estranhos, os pequenos índios, pois ficam curiosos e quedam-se a examiná-los calmamente. Poucos foram os casos

de nervosismo ou timidez; muitos os casos de nos responderem: "Aicó" — que quer dizer: não sei, não gosto, não vi.

As crianças aceitaram serena e curiosamente a nova situação. Cremos isto devido ao fato de os pais darem, logo na mais tenra idade, plena independência aos filhos. A criança é dona de sua vontade, fazendo aquilo que determina.

São raros os castigos corporais e as reprimendas no seio das famílias indígenas. — "A mulher apanha com mais freqüência que os filhos..." — disse-nos um velho índio.

Algumas das crianças examinadas eram órfãos, abrigadas no "Nhanderoa", orfanato evangélico para crianças Caiuás, o qual, com mais recurso, poderá realizar bela obra de amparo à numerosa infância abandonada, pois os Caiuás não se apegam aos filhos: facilmente os abandonam pelas florestas.

Os pequenos do orfanato demonstravam conhecimento maior dos objetos e instrumentos a serem manejados, mas os resultados com tais crianças não foram flagrantemente superiores aos das demais.

Examinaremos, já agora, os testes que trouxemos, aplicados em 57 crianças. Atenderemos aos 10 pontos de análise objetivados nos testes A B C, conforme o indica o criador dos mesmos, Professor Lourenço Filho, em seu interessante e precioso livro "Testes A B C" (cap. 1, parág. 10, pág. 62):

1) *Coordenação visual motora*

Teste 1 (O teste n.º 1 consta da reprodução, por cópia, de três figuras: um quadrado, um losângulo e uma figura irregular).

REPRODUÇÃO DO QUADRADO

MANEIRAS DE REPRODUZIR	TERENOS	CAIUÁS
Nada reproduziu	1	3
Rep. Irreconhecível.....	7	4
Arredondado.....	1	0
4 ângulos imperfeitos.....	8	1
2 ângulos perfeitos.....	1	1
Reprodução perfeita.....	27	3

REPRODUÇÃO DO LOSÂNGULO

MANEIRAS DE REPRODUZIR	TERENOS	CAIUÁS
Nada reproduziu	2	3
Reprodução irreconhecível	21	4
Arredondado	0	0
4 ângulos imperfeitos	9	1
2 ângulos perfeitos	3	2
Reprodução perfeita	10	2

REPRODUÇÃO DE FIGURA IRREGULAR

MANEIRAS DE REPRODUZIR	TERENOS	CAIUÁS
Nada reproduziu	5	3
Reprodução irreconhecível	30	6
Reprodução reconhecível	4	2
Arredondado	6	1

TESTE III

MANEIRAS DE REPRODUZIR	TERENOS	CAIUÁS
Reprodução irreconhecível	12	7
Reprodução no ar	7	3
Reprodução invertida	10	1
Reprodução no ar e no papel	16	1

TESTE VII

NOTA	TERENOS	CAIUÁS
0	1	1
1	10	7
2	23	4
3	11	0

TESTE VII

- 2) *Resistência à inversão na cópia de figuras* (Análise feita acima).
- 3) *Memorização visual*

Teste II — A organização do cartaz de 7 figuras exigiu-nos cuidados especiais, visto que as crianças índias desconhecem por completo objetos familiares; assim é que, na confecção desse cartaz, colocamos objetos familiares aos indiozinhos, tais como: galinha, pato, frutas, gatinhos, passarinhos, sapo, onça. — Êste cartaz, por ter-se estragado com as chuvas que tomamos em viagens a cavalo, foi substituído, no fim, por outro, com figuras diferentes, sendo usado com os terenos.

Tentamos analisar êste teste, procurando o número de palavras inventadas, repetidas e corretamente evocadas. Assim, chegamos ao seguinte resultado:

INVENÇÃO DE PALAVRAS

TERENOS		CAIUÁS	
N.º de palavras inventadas	N.º de Crianças	N.º palavras inventadas	N.º de Crianças
1	9	1	2
2	7	2	2
3		3	6
1			
4		1	6

Entre os terenos constatamos que, de 45 crianças, 20 crianças inventaram um total de 36 palavras.

Já entre 12 Caiuás, 5 lançaram mão da imaginação, apresentando um total de 12 palavras inventadas.

REPETIÇÃO DE PALAVRAS

TERENOS		CAIUÁS	
N.º de palavras repetidas	N.º de Crianças	N.º palavras repetidas	N.º de Crianças
1		3	1
3			
2		2	3
1			

A repetição de palavras já ditas, certas ou erradas, é menos freqüente.

NOMES EVOCADOS CORRETAMENTE

TERENOS		CAIUÁS	
N.º de nomes evocados	N.º de Crianças	N.º de nomes evocados	N.º de Crianças
0.....	7	0.....	1
1.....	2	1.....	1
2.....	3	2.....	1
3.....	3	3.....	5
4.....	13	4.....	2
5.....	9	5.....	2
6		6	6
.....	0		
7.....		2.....	7
.....	0		

Enquanto os terenos repetem com maior freqüência 4 das palavras dadas, então diminuindo até a evocação de 7 por 2 crianças, os Caiuás conseguem concentrar valores na evocação de três palavras, decaindo rapidamente, não podendo evocar 6 ou 7 palavras do teste.

Entre as palavras evocadas certas, a que apresentou maior freqüência foi a palavra "pato"; geralmente era a primeira palavra a ser dita. Esta palavra aparece 21 vezes em 38 testes (1) aplicados em terenos, e 10 vezes em 12 testes aplicados em Caiuás. Êste mesmo teste 2, aplicado nas crianças do Colégio Bennett, com cartaz diferente, resultou ser "automóvel" o nome mais facilmente evocado. — Talvez o pato seja para os índios tão comum como o automóvel para nós...

De modo geral, a invenção é mais freqüente que a repetição. O total de palavras a serem evocadas exatamente seria de 399; dessas, elas evocaram 200; isto é, a metade das palavras a serem evocadas, o que atesta uma memorização visual média, correspondendo 3,5 palavras para cada criança.

Continuando no exame dos testes, segundo as sugestões do livro do Prof. Lourenço Filho (cap. I, parág. 10), analisaremos a coordenação auditivo-motora, a capacidade de prolação, a resistência à ecolalia, a memorização auditiva, ou seja, segundo os itens 4, 5, 6 e 7 do quadro da página 62.

(1) O total de testes aplicados em terenos foi de 45, porém para 7 deles usou-se, em caso de emergência, um cartaz diferente para o teste 2.

Vejamos o teste IV:

REPRODUÇÃO EXATA DAS PALAVRAS

CRIANÇAS TERENAS		CRIANÇAS CAIUÁS	
N.º de palavras	N.º de Crianças	N.º de palavras	N.º de Crianças
0		1	0
..... 1			
1		1	1
..... 0			
2		7	2
..... 2			
3		7	3
..... 1			
4	13	4	7
5		6	5
..... 1			
6		6	6
..... 0			
7	4	7	0

REPETIÇÃO

DE PALAVRAS

CRIANÇAS TERENAS		CRIANÇAS CAIUÁS	
N.º de palavras	N.º de Crianças	N.º de palavras	N.º de Crianças
1	0	1	4
2	1	2	0
3	1	3	1

INVENÇÃO DE PALAVRAS

CRIANÇAS TERENAS		CRIANÇAS CAIUÁS	
N.º de palavras	N.º de Crianças	N.º de palavras	N.º de Crianças
1	4	1	4
2	1	2	1
4	2	2	1

COMPARAÇÃO ENTRE OS TESTES II E

IV

	Teste II	Teste IV
Invenção de palavras	48	20
Repetição de palavras	13	12
Evocação ou reprodução exata de palavras	200	224

Na memorização auditiva e na coordenação auditivo-motora, os testes II e IV apresentam resultado ligeiramente superior ao da memorização visual. Aqui, no teste IV, a imaginação inventiva é menor — menos da metade — que no teste II, equilibrando-se necessidade de repetição de palavras, tanto em um como no outro teste. Já o resultado na reprodução exata de palavras é melhor no teste IV, como pode ver-se no quadro acima. Obtivemos, no teste II, a média de 3,5 para a evocação exata das palavras: a média de 3,9 no teste IV. Então, podemos concluir que é maior a capacidade de memorização auditiva do que a memorização visual.

Exame do teste VI:

As palavras de mais difícil reprodução para as crianças terenas foram: Pindamonhangaba, Constantinopla e Itapctininga; para os pequenos Caiuás: Pindamonhangaba, Nabucodonozor, Sardanápalo, Constantinopla e Cosmopolitismo. Êste teste realmente mediu a capacidade de prolação das crianças terenas e caiuás, visto serem as palavras usadas sons completamente novos para as crianças. Ademais, as palavras desse teste são estranhas à língua materna daquelas crianças.

Expomos, agora, um quadro demonstrativo das reações verificadas quando submetemos os pequenos índios a tal teste de repetição de palavras desconhecidas e de difícil enunciação:

CRIANÇAS TERENAS

<i>Fórmula verbal</i>	Reprodução		Nenhuma Reprodução
	Perfeita	Imperfeita	
Tombadouro	28	14	3
Pindamonhangaba	12	28	5
Nabucodonozor	16	20	9
Desengonçado	19	20	6
Sardanápalo	16	20	9
Constantinopla	16	28	1
Ingrediente	23	21	1
Cosmopolitismo	7	23	15
Familiaridade	18	21	6
Itapctininga	19	26	0

CRIANÇAS CAIUÁS

<i>Fórmula verbal</i>	Reprodução		Nenhuma Reprodução
	Perfeita	Imperfeita	
Tombadouro	5	3	4
Pindamonhangaba.....	1	10	1
Nabucodonozor	2	8	2
Desengonçado	6	6	0
Sardanápalo	3	8	1
Constantinopla	5	7	0
Ingrediente	4	4	4
Cosmopolitismo	3	5	4
Familiaridade	4	4	4
Itapctininga	5	4	3

Índice de fatigabilidade — Teste n.º VIII

Durante a aplicação desse teste pudemos observar que as crianças indígenas geralmente o apreciavam, porém levavam muito mais tempo para executá-lo, mais que o tempo estipulado, demorando, às vezes, 4 ou 5 segundos para fazer um pontinho. Não conservam o mesmo ritmo de velocidade no decorrer da prova, mas, geralmente, aumentam, progressivamente, a velocidade. Pudemos verificar que os terenos têm mais ligeireza que os caiuás. Aliás o quadro abaixo, demonstrativo da aplicação do referido teste, mostra-nos tal fato:

TERENOS		CAIUÁS	
N.º de pontos	Frequência	N.º de pontos	Frequência
11 — 15	5	6 — 10	1
6 — 20	4	11 — 15	3
21 — 25	4	16 — 20	4
26 — 30	11	21 — 25	2
31 — 35	7	26 — 30	2
36 — 40	4		
41 — 45	6		
46 — 50	4		

No cômputo geral foi o teste VII que apresentou melhor resultado. Nas crianças terenas, por exemplo, 23 conseguiram nota 2, isto é. cortaram mais da metade da figura, apesar de não seguirem exatamente o traço preto; ou cortaram menos da metade, mas respeitaram o traço.

E 11 (onze) conseguiram nota 3, ou seja, a nota máxima, coisa ainda não verificada no final dos demais testes. Raramente podíamos dar nota 3 quando julgávamos os outros testes. A criança geralmente aprecia a tesoura; o indiozinho, desconhecendo-a, tomava-a como se a um brinquedo. Entre os Caiuás, era quase total, para as crianças, o desconhecimento de tal objeto. Assim antes de aplicar esse teste, submetíamos a criança a um aprendizado do manejo da tesoura: recorte de uma figura, por exemplo.

ÍNDICE DE ATENÇÃO DIRIGIDA

Prosseguindo no exame que vimos fazendo, assinalaremos o *índice de atenção dirigida*, verificado nos testes II e V.

Pelos resultados finais do teste II, observamos que é *médio* o índice de atenção dirigida das crianças terenas e caiuás, pois os valores das notas obtidas são 1 ou 2. Na verdade, em 57 casos, 43 crianças receberam uma ou outra daquelas notas.

No teste V pudemos verificar reações interessantes: o conteúdo do teste oferecia novas situações às crianças, uma vez que desconheciam as particularidades descritivas da "boneca": de louça, com olhos azuis e cabelo louro. Percebia-se, em cada criança interrogada, um esforço de memorização, de atenção dirigida para um fato que não "experimentara"; um propósito de reter algo de "imaterial".

Este teste, nas mais das vezes, não podia ser aplicado em português, porque as crianças, tanto as caiuás como as terenas, não conhecem a nossa língua de forma a poderem compreender o "enredo" de uma história. Nessa conjuntura, foi traduzido para o Tereno e para o Guarani — naturalmente com as adaptações vocabulares necessárias, dada a grande diferença que há entre o idioma português e essas línguas indígenas. Contudo, mesmo traduzida a história, não poderiam as crianças reproduzi-la com a segurança com que se transmite uma coisa "vista" e "sentida". Repetiam-na automaticamente, demonstrando ótima memória auditiva.

Os testes em apreço, feitos em crianças terenas, têm suas notas geralmente concentradas no valor 1, pois que 17 crianças obtiveram tal nota, e somente 4 conseguiram a nota máxima. Já as crianças Caiuás, em mais da metade, obtêm a nota 0; o restante, a nota 1 ou 2, não havendo nem um caso de nota 3. E' o teste em que os Caiuás apresentam nota média mais baixa. Compreende-se: a tribo dos Caiuás vive inteira-

mente apartada da vida civilizada, vive selvagemmente, sem contatos com o "branco". Ora, não poderiam as crianças, pela razão mesma de sua vida selvagem, materializar os objetos da história. Os terenos, porque já se acham mais aculturados, mais próximos da civilização, e, portanto, com vocabulário mais amplo e experiências maiores dos objetos civilizados, puderam, ainda que muita vez em sua própria língua terena, repetir ou "fantasiar" uma história similar àquela que ouviram ou que lhes fora traduzida. Deu-nos ocasião êste teste de observar a capacidade inventiva dos terenos, capacidade aliás demonstrada em muitos outros setores espirituais e materiais. Ouvimos das crianças frases como estas: "Maria ganhou uma boneca muito bonita"; "o pai de Maria deu uma boneca"; ou ainda, um caso de mudança de nome "Feliciano", em vez do nome Maria.

Segundo o quadro demonstrativo, que expomos, logo a seguir, 4 crianças terenas conseguiram reter e transmitir as 3 ações principais e as 3 minúcias. Cremos, contudo, que repetiram automaticamente, pois, nenhuma vira ainda uma boneca de louça com olhos azuis. Isto demonstra excelente memória auditiva. As crianças terenas lembram-se, geralmente, de duas ações principais e de 3, 2, ou 1 minúcia, o que mostra notável superioridade sobre os caiuás.

Organizamos, a seguir, um quadro em que se poderá comparar o número de crianças terenas e caiuás que conseguiram repetir, dessa ou daquela forma, a historietta:

TESTE V

ações	minúcias	Terenos	Caiuás
3	3	4	0
3	2	4	2
3	1	2	1
2	0	2	3
2	3		
	" 2	"	3 0
2	1	7	0
2	0	6	0
1	3	1	2
1	2	1	0
1	1	3	0
1	0	3	1
0	3	4	2
0	2	0	0
0	1	0	0
	0	0	"
		0	1
		3	1

Apresentaremos, a seguir, um quadro demonstrativo do resultado final dos testes, mas já agora querendo destacar os diversos resultados obtidos nas idades diferentes. Examinamos crianças com 6, 7, 8 e 9 anos. No quadro referente às crianças caiuás, desta vez, além dos 12 testes de caiuás, que vimos estudando, incluímos mais 4 testes, aplicados em crianças "mestiças" ou cuja "raça", ou "tribo", era duvidosa. Mas, como nosso trabalho tem o objetivo de examinar testes aplicados em crianças "índios puros", abandonamos esses 4 casos, ao fazermos a análise particularizada de cada um dos testes.

RESULTADO FINAL DOS TESTES SEGUNDO AS IDADES

	Prova n.º	TERENOS				CAIUÁS			
		N.º DE PONTOS				N.º DE PONTOS			
		0	1	2	3	0	1	2	3
6 anos	1	1	3	4	—				
	2	—	1	7	—				
	3	4	4	—	—				
	4	—	1	7	—				
	5	3	3	2	—				
	6	1	2	5	—				
	7	—	3	5	—				
	8	—	1	7	—				
7 anos	1	2	6	10	6	7	—	3	2
	2	5	5	14	—	2	5	5	—
	3	7	5	11	1	7	3	2	—
	4	1	13	8	2	1	3	8	—
	5	7	7	7	3	6	3	2	1
	6	1	10	3	10	3	4	5	—
	7	—	4	12	8	1	5	3	2
	8	1	16	6	1	—	10	2	—
8 anos	1	2	1	4	1	1	—	—	1
	2	4	—	3	1	—	2	—	—
	3	6	1	1	—	1	—	1	—
	4	—	5	2	1	—	1	1	—
	5	3	3	1	1	2	—	—	—
	6	—	2	3	3	—	1	1	—
	7	—	2	3	3	—	1	1	—
	8	—	4	4	—	—	1	1	—
9 anos e mais	1	—	2	3	—	2	—	—	—
	2	2	2	1	—	1	—	—	—
	3	3	2	—	—	2	—	—	—
	4	1	2	2	—	—	1	1	—
	5	2	3	—	—	1	—	1	—
	6	—	3	2	—	1	—	1	—
	7	1	1	3	—	1	—	—	—
	8	1	1	3	—	—	2	—	—

VOCABULÁRIO E COMPREENSÃO GERAL

A vida rudimentar do índio, o pequeno número de objetos de que dispõe, a vida estreita e simples que vive, são motivos por que também

MENINAS TERENAS

NOTAS	Teste 1	Teste 2	Teste 3	Teste 4	Teste 5	Teste 6	Teste 7	Teste 8	TOTAL
0	0	2	8	0	3	0	1	0	14
1	5	1	4	4	8	7	4	4	87
2	9	11	3	11	Z	0	7	10	69
3	1	1	0	0	2	2	3	1	10

MENINOS TERENOS

NOTAS	Teste 1	Teste 2	Teste 3	Teste 4	Teste 5	Teste 6	resta 7	Teste 8	TOTAL
0	5	9	12	2	9	3	0	0	42
1	6	7	10	11	10	11	6	8	69
2	12	14	5	13	9	14	16	20	91
3	7	11	3	4	2	2	8	0	26

RESULTADO FINAL DOS TESTES

TERENOS

NOTAS	Teste 1	Teste 2	Teste 3		Teste 5	Teste 0	Teste 7	Teste 8	TOTAL
0	5	11	20	2	12	3	1	2	56
1	11	8	14	15	18	18	10	12	106
2	21	25	8	24	11	20	23	30	162
3	8	1	8	4	4	4	11	1	36

CAIUÁS

NOTAS	Testo 1	Teste 2	Teste 3	Teste 4	Tests 5	Teste 6	Teste 7	Teste 8	TOTAL
0	7	2	7	1	7	3	1	0	28
1	0	5	3	3	3	4	6	10	34
2	3	5	2	8	2	5	3	2	30
3	2	0	0	0	0	0	2	0	4

Nota: Comparação dos testes, quanto às tribos

Há, em regra, uma convergência de valores para as notas 1 e 2, em ambas as tribos. Os terenos, entretanto, apresentam relativa superioridade sobre os caiuás: enquanto 1/24 dos caiuás examinados apresenta a nota máxima 3, 1/10 dos terenos consegue a mesma nota. — Notemos, porém, que os terenos têm mais contato com os "brancos".

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS NO TESTE ABC

TERENOS E CAIUÁS

N.º de pontos		N.º de índios
0 — 1	—
2 — 3	2
4 — 5	2
6 — 7	6
8 — 9	10
10 — 11	7
12 — 13	13
14 — 15	12
16 — 17	3
18 — 19	1
20 — 21	1
Total	57
	Média.....	11,7
	Mediano	12,2
	Modo	13,4
	Desvio padrão	3,8
	Coef. de variação	32,8

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS NO TESTE ABC

TERENOS

N.º de pontos		N.º de índios
0 — 1	—
2 — 3	1
4 — 5	1
6 — 7	4
8 — 9	7
10 — 11	7
12 — 13	9
14 — 15	11
16 — 17	3
18 — 19	1
20 — 21	1
Total	45
	Média	12,2
	Mediano	12,6
	Modo	13,3
	Desvio Padrão	3,7
	Coef. de variação	30,2

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS NO TESTE ABC

CAIUÁS		N.º de índios
N.º de pontos		
2 — 3	1
4 — 5	1
6 — 7	2
8 — 9	3
10 — 11	0
12 — 13	4
14 — 15	1
Total	12
Média	9,7
Mediano	9,3
Modo	8,7
Desvio Padrão	3,6
Coef. de variação	37,2

CONCLUSÕES

Pelos resultados obtidos, verifica-se:

a) embora a observação tenha sido feita sobre apenas 57 casos (45 Terenos e 12 Caiuás), a média dos dois grupos difere, isto é, 12,2 para os Terenos e 9,7 para os Caiuás. Essa diferença pode ser considerada expressiva e permite supor, de fato, diferença entre os dois grupos;

b) a média de 11,7 encontrada para o grupo total dos 57 índios, mostrou-se mais elevada que a média de 9,1, encontrada na experiência do Distrito Federal, em 1934; essa diferença, como é claro, não indica estágio mais elevado da maturidade dos índios em relação aos civilizados. Leva a supor que o grupo dos índios tenha, em média, idade mais alta que o grupo observado no Distrito Federal;

c) o nível médio de maturidade dos índios observados se concentra entre os valores 8 e 15;

d) o mesmo nível, em relação aos Terenos, se concentra entre 8,5 e 16; em relação aos Caiuás, apenas entre 6 e 13;

e) esses resultados permitem, lícitamente, supor a possibilidade de aprendizagem da leitura e da escrita dos índios experimentados. O com-

portamento dos indígenas, ante os reativos, mostrou-se, pois, análogo ao dos civilizados.

E', assim, interessante verificar que, embora existam diferenças de meio e de constituição psíquica entre as crianças do meio civilizado — para quem têm sido usados tais testes — e as crianças indígenas, não foram encontrados dados que permitam assegurar a superioridade dos civilizados, quanto à maturidade para a leitura e a escrita.

E' verdade que trazem os índios, na alma, no espírito, na contextura psíquica, no físico mesmo, um sem conto de complexos, de neuroses, de inaptações, tudo isto fruto da desaculturação e aculturação por demais lentas, cheias de lutas, de sofrimentos. Mas, as crianças indígenas, se educadas, instruídas, conduzidas pelos recursos da pedagogia moderna, poderão ser integradas à nação, poderão criar, onde vivem atualmente, na floresta, uma cultura, uma comunidade, que não seja a negação da "raça" a que pertencem, e que seja, ao mesmo tempo, uma força produtiva para o país.

O ENSINO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO (*)

HORÁCIO SILVEIRA
Da Superintendência do Ensino
Profissional, São Paulo.

A história do ensino profissional em nossa terra, notadamente no Estado de São Paulo, não pode ser dissociada dos fatos que assinalam o progresso industrial do país e a constituição do soberbo parque de indústrias que aqui ostentamos com justificado e compreensível orgulho. Com efeito, tanto o desenvolvimento das atividades industriais tornou indispensável a formação de contingentes cada vez mais numerosos de técnicos e operários, quanto a preparação destes, nas escolas profissionais, constituiu poderoso estímulo à instalação de novos estabelecimentos fabris. Assim entrelaçados, os dois setores da atividade paulista se confundem praticamente num só serviço, que vem sendo executado a contento, graças ao perfeito entendimento que sempre reinou entre as partes interessadas. De um lado, os poderes públicos, conscientes de sua alta missão, dedicados à relevante tarefa de encaminhar para serviços úteis à coletividade todos os jovens, desempenhando função social das mais importantes; de outro, as indústrias, concorrendo para o enriquecimento do país, contribuindo também para que não falem ao Estado os recursos necessários para manter e ampliar seu aparelhamento de ensino técnico, influenciando mesmo, diretamente, para a difusão dos cursos profissionais. Esforços que se conjugam, vontades que se galvanizam, num mesmo sentido, com idêntica orientação, convergindo para igual objetivo, não poderiam deixar de produzir os belos resultados que hoje podemos alinhar em nossa terra, quer se trate dos centros da produção, que são as fábricas, quer cuidemos das casas de ensino, que são as escolas industriais.

E' bem certo que muito ainda está por fazer, em ambos os setores. Alongando a vista pelo caminho percorrido, porém, verificamos que já

(*) Conferência realizada por ocasião da "Semana do Ensino Profissional", organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em São Paulo.

vão distantes os primeiros dias da indústria e os primeiros passos do ensino técnico. Estamos caminhando por uma longa estrada, que levará o país a alturas que por ora apenas podemos sonhar e desejar. Chegaremos, no entanto, a essas alturas, pois que o progresso é incessante e a vitalidade dos organismos da indústria e do ensino profissional constitui plena garantia de que as forças não nos falecerão em meio da jornada.

Exemplo frisante do que acabamos de afirmar é a "Semana do Ensino Profissional", cuja comemoração hoje iniciamos. Mostra ela, mais uma vez, os líderes da indústria reunidos aos representantes do poder público, batalhando pela difusão das escolas e dos cursos, trabalhando juntos, esclarecida e patrioticamente, pela mesma causa; revela, sobretudo, que a iniciativa particular, que nos deu o parque fabril paulista, avalia em seu justo valor a importância da colaboração dos órgãos públicos e para-estatais de ensino técnico. E' assim que vemos esta "Semana" organizada por um grupo dos mais ilustres e destacados representantes da potência industrial brasileira, tendo à frente a figura impressionante do Dr. Roberto Simonsen, vigoroso e incansável lidador, que põe a serviço da causa do progresso industrial do país uma inteligência privilegiada, servida por sólidos fundamentos de cultura e de civismo.

Correspondendo ao gesto amável dos organizadores da "Semana do Ensino Profissional", aqui estamos, pois, na palestra inicial deste ciclo de conferências, para dizer alguma coisa sobre o desenvolvimento do sistema paulista de escolas profissionais. Em rápidas palavras, que o tempo urge, poderemos traçar o que foi a evolução de nossas escolas, nos trinta e poucos anos que nos separam da criação dos primeiros estabelecimentos estaduais de ensino profissional. Não nos será possível, por certo, entrar em terreno propriamente técnico, apresentar gráficos e apontar minúcias, que não caberiam nos limites desta exposição e a tornariam por demais pesada a árida.

A idéia da educação técnica de nossa juventude nasceu, como era natural, da verificação de que era necessário fornecer às fábricas, ao tempo pouco numerosas e pequenas, a mão de obra nacional de que tanto careciam. E, simultaneamente, do dever de ministrar preparação técnica à juventude, principalmente à das classes menos favorecidas, dando-lhe instrução suficiente para que enfrentasse com armas adequadas a luta pela vida.

Como aconteceu à indústria, porém, foi preciso insistir para que as escolas vencessem. O país mal saía da fase do trabalho agrícola, em-

pírico e mais ou menos nômade. Além disso, e para maior acúmulo de tropeços, a agricultura reservara durante séculos as suas tarefas manuais para o elemento escravo. Trabalhar com os braços era marca de escravidão, estigma de submissão. Tanto as fábricas, quanto as escolas, precisaram travar combate com os preconceitos populares. A persistência na luta, mercê de Deus, produziu ótimos resultados e nos trouxe até os dias de hoje, com os conceitos sobre o trabalho manual inteiramente revistos e modificados.

Inicialmente, foi árduo e áspero o embate. As autoridades de então, felizmente, compreenderam o alcance da tarefa que se iniciava entre as maiores dificuldades. Tivemos no Dr. Albuquerque Lins, Presidente do Estado; no Dr. Carlos Guimarães, então Secretário do Interior; no Professor Oscar Thompson, Diretor da Instrução Pública, seguros e firmes pontos de apoio. Lutadores que se destacaram nas primeiras linhas foram colegas nossos, como Aprígio Gonzaga e Miguel Carneiro. E assim se plantou o marco inicial, com a criação, em 1911, de quatro escolas profissionais estaduais, duas das quais na Capital — masculina e feminina — uma em Amparo e outra em Jacarei.

Mas, além das dificuldades decorrentes do ambiente hostil, deviam os novos estabelecimentos vencer ainda outro embaraço de vulto: não havia professores especializados para a delicada tarefa. Foi então preciso recorrer aos normalistas, que se lançaram ao trabalho, com uma capacidade de adaptação e um senso de responsabilidade que nunca poderemos exaltar suficientemente. As escolas iniciaram suas atividades, em meio à indiferença de uns e à hostilidade de outros. Paulatinamente, mas com segurança, firmaram-se no conceito público. As fábricas reclamavam braços capazes e remuneravam de maneira compensadora o trabalho dos egressos das escolas profissionais.

Aos poucos se desvaneceu assim a prevenção contra o trabalho manual. Começaram a afluir alunos aos estabelecimentos de ensino, compreendendo todos, afinal, que o País se encaminhava decididamente para a fase da industrialização e que não seria mais possível, nem mesmo à agricultura, elevada a um estágio superior, dispensar o concurso da indústria que lhe mecanizaria os trabalhos e lhe transformaria os produtos.

A indústria, por sua vez, necessitava com urgência de aperfeiçoar os seus métodos de produção. Máquinas cada vez mais complexas e precisas exigiam mão de obra altamente especializada. Os produtos deviam ser cada vez mais variados e perfeitos. A competição dos mercados impunha a racionalização das tarefas, o aproveitamento máximo do

esforço humano e da matéria prima, para apresentar produtos sempre melhores e a preços em constante redução.

Aliaram-se, pois, mais uma vez, a indústria e o Estado, para desenvolver o aparelhamento oficial de ensino técnico. Novas escolas foram instaladas. As indústrias ofereciam emprego imediato a quantos deixassem os estabelecimentos de ensino profissional. E surgiram as iniciativas complementares, como os primeiros cursos para a formação de mestres, especializados na tarefa de preparar novos trabalhadores. A iniciativa particular manifestou-se, na fundação de escolas não oficiais. Estabeleceu-se o regime de cooperação, cujos esplêndidos frutos ainda hoje podemos colher, no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, bem como em numerosas outras felizes iniciativas.

Conseqüência forçada dessa evolução, veio, finalmente, a 13 de agosto de 1934, o Decreto n.º 6.604, criando, a título experimental, a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, que passou a ter organização definitiva a 3 de janeiro de 1938, pelo Decreto n.º 8.896, com a denominação de Superintendência do Ensino Profissional. Instituiu-se assim o órgão central coordenador de todos os serviços do ensino profissional do Estado, proclamando-se a maioria dos mesmos e reco-nhecendo-se a necessidade de lhes conceder maior autonomia, subordinando-os diretamente à Secretaria da Educação e Saúde Pública, como até hoje.

Os resultados da criação da Superintendência do Ensino Profissional são evidentes. Não apenas no setor do ensino industrial a sua influência se fez sentir, de maneira decisiva. Também nas escolas profissionais agrícolas, que funcionam com excelentes resultados, bem como no terreno da educação feminina, propriamente dita, foi confortador o resultado a que se chegou. Além de cuidar da preparação de tecidos para o nosso parque industrial, garantia-se assim a formação de trabalhadores conscientes para os serviços do campo. E o que igualmente muito importa, a educação feminina, sem prejuízos de suas características rurais ou industriais, foi orientada sobretudo no sentido de preparar a mulher das fábricas ou dos campos para a sua mais relevante tarefa, que sempre foi e será a de ser dona de sua casa e mãe de seus filhos.

Ao mesmo tempo cumpriam os estabelecimentos de ensino profissional outra missão, igualmente da maior relevância e que precisa ser destacada, no conjunto de seus trabalhos: o ensino ministrado nas escolas nunca se limitou ao adestramento das mãos. Procuram as escolas, sempre, colocar braços adestrados a serviço de cérebros esclarecidos, dando

a seus alunos ensino de disciplinas de cultura geral, ao lado dos conhecimentos técnicos. Assim diplomam as escolas, não apenas profissionais competentes, mas ainda cidadãos conscientes, com conhecimentos de cultura geral suficientes para assegurar constante progresso no ramo de atividades escolhido. Não se produzem apenas máquinas humanas de trabalhar. Nunca foi autômato obediente e passivo o aluno que deixa os bancos e as bancadas das escolas profissionais. São cooperadores conscientes das indústrias, operários especializados capazes de pensar e refletir, preparados para trabalhar esclarecidamente, para abrir seu próprio caminho, para influir de maneira sensível no aperfeiçoamento e no progresso de nossas indústrias. Desempenham assim as escolas, até hoje, um papel duplamente importante, formando trabalhadores e elevando o nível cultural dos nossos operários.

O ano de 1942 veio encontrar os estabelecimentos de ensino industrial do Estado em situação perfeitamente consolidada, embora apresentassem ainda alguns estabelecimentos, como é natural, em se tratando de novos setores da instrução pública, algumas falhas e deficiências que seria possível corrigir materialmente, em pouco tempo. Nesse ano de 1942, porém, deveria registrar-se na história do ensino profissional em nosso País importantíssimo acontecimento: a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, consubstanciada no Decreto-lei federal n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

Em verdade, ao contrário do que vinha acontecendo com o ensino de outros ramos, seja o primário, secundário, normal ou superior, a preparação profissional dos futuros trabalhadores da indústria fazia-se, em todo o País, segundo os mais diversos métodos. Notava-se, no quadro geral do ensino em nossa terra, certa unidade, em todos os Estados da Federação. Pouco diferiam as escolas primárias, de um para outro Estado. As secundárias e superiores seguiam programas idênticos. Restava o ensino industrial, justamente o que tinha menor divulgação e, por isso mesmo, apresentava características as mais diversas, segundo as regiões do País em que se localizavam as escolas.

O fato acarretava inconvenientes vários, entre os quais dois seria preciso e oportuno salientar: as iniciativas estaduais ou particulares ficavam sujeitas a flutuações prejudiciais e a critérios que nem sempre se pautavam pela experiência alheia, mas procuravam novos rumos, por vezes pouco produtivos e satisfatórios. Em outras palavras, as escolas profissionais eram campo de tentativas e experiências. Em terreno desconhecido, caminhava-se às cegas. De outra parte, a preparação de ope-

rários, em escolas assim diversificadas, transformaria fatalmente a massa trabalhadora nacional em grupos estanques, de diferentes graus de cultura técnica, incapazes de livre e produtiva movimentação, no ambiente nacional. Não poderíamos lançar essas legiões de trabalhadores, procedentes de escolas dos mais variados tipos, num empreendimento nacional que reclamasse numerosos braços de obreiros com idênticas características de adestramento.

Felizmente, o Ministério da Educação e Saúde, confiado à clarividência desse ilustre educador que é o Ministro Gustavo Capanema, havia compreendido o problema e já procurava a sua solução, com os olhos postos nos supremos interesses do ensino em nossa terra. Iniciando os estudos a respeito, reuniu o Ministro Gustavo Capanema uma comissão de técnicos, procedentes de diversos pontos do País. Particularmente digna de relevo foi a insistência e o empenho com que o ilustre educador voltou suas vistas para as realizações de São Paulo, no setor da educação profissional. São Paulo possuía, em verdade, o mais completo e maior sistema de ensino industrial do País, criado por força de condições ambientes favoráveis, desenvolvido graças ao surto de progresso de suas indústrias. A experiência paulista, nesse setor, datava de trinta anos, quando as quatro primeiras escolas estaduais, a que já nos referimos, foram criadas.

Tivemos a satisfação de receber a honrosa incumbência de interpretar, no Rio de Janeiro, a opinião paulista, contribuindo com a nossa experiência para a elaboração da Carta de Leis do Ensino Industrial. Durante longos meses, reuniu-se no Ministério da Educação e Saúde a comissão que, invariavelmente, contava com a assistência direta e interessada do Ministro Gustavo Capanema, vivamente empenhado na discussão e elucidação de cada ponto, sempre pronto a receber sugestões e debater questões controversas procurando a direção justa e a solução exata para cada problema.

Assim, nesse clima de prudência, com a intenção explícita e claramente demonstrada de realizar trabalho objetivo, realmente capaz de atender às necessidades nacionais, sem entretanto colocar-se fora do raio de alcance de nossas possibilidades, a comissão traçou as bases da grande reforma do aparelhamento nacional de ensino técnico. Contamos, nessa ocasião, com o concurso de destacados técnicos, tais como o Prof. Lourenço Filho, o Dr. Leon Renault, o Dr. Francisco Montojos, o Dr. Rodolpho Fuchs, e por vezes recebemos auxílio de outros ilustres técnicos,

tais como o Dr. Roberto Mange e representantes dos Ministérios da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica.

Graças a esse grupo de altos especialistas, profundos conhecedores da matéria, foi possível à comissão da qual fizemos parte o assentamento das bases de um sistema de ensino realmente notável, cujos primeiros frutos começam apenas a surgir, mas já são promissores.

E' preciso que se note, aliás, que o ambiente estava preparado para a eclosão da reforma. O Presidente Getúlio Vargas, em reiteradas ocasiões, em todas as oportunidades que se lhe deparavam, de longa data vinha manifestando o seu iniludível interesse pela causa da preparação técnica de nossa juventude. Foi essa, sempre, uma tarefa de relevância, entre as preocupações de sua administração. A ela dedicou S. Exa. especiais cuidados, lançando, pela manifestação expressa de sua vontade e da orientação de seu governo, as bases do notável empreendimento do Ministério da Educação e Saúde. Seguindo, portanto, as diretrizes traçadas pelo eminente estadista, a comissão, seguramente orientada pelo Ministro Gustavo Capanema, pôde realizar trabalho que se considera, com inteira justiça, como obra na verdade capaz de corresponder às necessidades nacionais.

Promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, São Paulo, cuja contribuição fora solicitada e recebida com deferência que nos penhorou, teve à sua frente o problema de enquadrar as numerosas escolas existentes. Felizmente, não era de temer grande perturbação no ritmo do trabalho escolar. A contribuição paulista fora ponderável e os nossos estabelecimentos de ensino, em suas linhas gerais, já se adaptavam perfeitamente ao que prescrevia a nova Lei. Apenas questões de detalhe urgia modificar, introduzir ligeiras alterações que a prática já exigia, para que o nosso Estado pudesse ter as suas escolas profissionais perfeitamente adaptadas aos preceitos da Lei Orgânica.

Realizamos então os estudos necessários e levamos a cabo a elaboração de completo levantamento escolar. De posse desses dados, o Ministério da Educação e Saúde baixou, em 13 de janeiro de 1943, os decretos de números 11.298, 11.301 a 11.306, 11.310 e 11.311, 11.313 a 11.315 e 11.317 a 11.320, equiparando as escolas industriais paulistas localizadas em Lins, Mococa, Rio Claro, Jau, Campinas, Botucatu, Amparo, São Carlos, Sorocaba, Franca, Santos e Ribeirão Preto, além da Escola Industrial Carlos de Campos e Escola Industrial do Seminário de Educandas, e, finalmente, da Escola Técnica Getúlio Vargas, as três últimas localizadas nesta Capital.

Era o mais numeroso e o primeiro grupo de estabelecimentos de ensino, de caráter estadual, a. formar na rede nacional de ensino industrial, instituída pelo Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. São Paulo, como sempre sucede, comparecia como elemento de primeira plana, prestigiando com o seu contingente de escolas a notável e benemérita iniciativa do Ministro Gustavo Capanema. Mais uma vez, fomos dos primeiros que se colocaram a serviço do País.

Regidas pelas linhas da Lei Orgânica do Ensino Industrial, as nossas escolas se encontram perfeitamente situadas no quadro geral da instrução pública, em nossa terra. Graças à orientação feliz dada à legislação sobre a matéria, temos em todos os graus de ensino sistemas que não são estanques, mas peças bem entrosadas, de um único e grande sistema de educação popular.

Com efeito, do curso primário recebemos os alunos que tenham obtido suficiente instrução de primeiras letras, conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 4.073. Nas escolas artesanais, que são as do tipo mais simples, ainda a ser regulamentado mas cujo futuro em nossa terra se nos afigura promissor, ou nas escolas industriais, esses meninos são recebidos em casas de ensino que não se limitam a ministrar preparação técnica. Vão acima e além, dando a seus alunos extensão dos conhecimentos gerais, preparando moços esclarecidos, servidos por uma base de conhecimentos que a ninguém pode faltar, nos dias que vivemos. Das escolas artesanais, quando para elas se encaminharem, poderão os mais bem dotados e mais capazes ingressar nas escolas industriais. Nestas, os alunos adquirem ainda extensão de sua cultura geral e recebem ensinamentos técnicos que já lhes asseguram posição de certo destaque nas fábricas.

Não para aí, porém, a articulação dos cursos. Da escola industrial partem ramos que levam aos cursos de mestría e técnicos. E, ao mesmo tempo, nos cursos técnicos uma nova corrente se vem juntar às fontes de fornecimento de alunos: são os ginásios, dos quais elementos menos desfavorecidos, na escala das posições sociais, já derivam para o ensino profissional, confirmando a vitória da instrução técnica sobre preconceitos e prejuízos populares.

Os diplomados pelas escolas industriais podem encaminhar-se para os cursos de mestría, onde receberão preparação suficiente para destacadas tarefas das indústrias, ao mesmo tempo que se adestram para o exercício de funções docentes, nas disciplinas de cultura técnica, nos estabelecimentos de ensino profissional. Atende-se, dessa maneira, ao

importante problema da preparação de instrutores devidamente capacitados, aptos para a tarefa de formar novos trabalhadores.

Os mesmos jovens, egressos das escolas industriais, bem como os que procedem dos ginásios, conforme expusemos há pouco, encontram abertas, mediante provas de seleção que apurem a sua capacidade mental e seu pendor para a técnica, as portas do curso de segundo ciclo, que é o curso técnico.

Chega-se assim à cúpula do grande edifício do ensino profissional. O curso técnico, formando elementos altamente especializados, intermediários entre os engenheiros e os operários qualificados, destina-se a fornecer às nossas indústrias condutores de trabalho, orientadores de serviço, mestres gerais de oficinas, homens servidos por suficiente cultura geral e dotados de apurada habilidade manual.

Apesar de ter alcançado aí o seu ponto mais alto, ainda aí não se detém o aparelhamento de ensino. Ao lado do curso técnico, oferece aos estudantes os cursos pedagógicos, destinados à formação do pessoal docente e administrativo do ensino industrial. E, afinal, chegamos ao ponto em que o ensino profissional, depois de se articular a princípio com o primário, em meio do caminho com o ginásial, entra em entrosamento com o superior, dando acesso, dos cursos técnicos, aos alunos bem dotados, com invulgares qualidades de esforço e de inteligência, aos cursos de engenharia, mediante condições que serão em breve regulamentadas. Os técnicos formados em nossas escolas mais avançadas poderão ingressar assim nas universidades, formando-se uma cadeia contínua que permitirá aos elementos de valor o acesso, paulatinamente, à custa do próprio esforço, até as mais altas escolas que possuímos. E' esse um belo exemplo, que salientamos para evidenciar o espírito democrático da lei, que abre oportunidade para todos, selecionando-os apenas pelo valor individual, permitindo que o operário de tipo simples galgue degrau a degrau a escala do ensino, chegando à universidade e obtendo o seu diploma de engenheiro. E' democracia em ação, que se traduz em atos, não em palavras apenas.

Até o momento, nesta exposição necessariamente incompleta, por muito rápida, ocupamo-nos apenas da formação de trabalhadores qualificados. Constituirão eles o núcleo mais valioso, da indústria do futuro, a reserva de sangue novo para revitalização constante do nosso parque industrial. Urge não nos esquecermos, porém, das necessidades de especialização de elementos que — já em serviço nas indústrias ou não — devam ser preparados rapidamente para servir nas fábricas onde a pro-

dução em série é empregada. Nessas casas, precisa-se de trabalhadores adestrados somente em certas operações. Basta que o operário seja limador, presador, torneiro etc. O conhecimento de uma técnica, de uma parte de determinado ofício é suficiente.

A Lei Orgânica não se esqueceu desse detalhe. Abriu para tais trabalhadores de tipo especial os cursos de continuação e aperfeiçoamento junto às escolas industriais e técnicas, recebendo alunos que, já em serviço nas indústrias ou não, busquem apenas especializar-se, em curso rápido, em determinada operação manual. Não se encontra, aí, a preocupação de formar operários completos, nem a de preparar uma elite proletária, mas apenas a de fornecer, tão depressa quanto possível, braços para atender às necessidades atuais de nossas fábricas. Não há ensino de disciplinas de cultura geral, além de Matemática, Desenho e Tecnologia, indispensáveis em todos os ofícios. Adestra-se manualmente o educando, em regime de trabalho intensivo, para dar vazão às necessidades prementes da indústria.

Os estabelecimentos de ensino profissional do Estado mantêm cursos extraordinários de continuação e de especialização que são no momento freqüentados por 2.359 alunos. Trata-se de uma contribuição que já representa sensível esforço e não deve ser esquecida. Se a somarmos à capacidade de preparação de operários especializados, que oferecem as escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, teremos sem dúvida algarismos bastante expressivos e que mostrarão como enfrentamos o problema com decisão e procuramos resolvê-lo dentro das nossas possibilidades, pelos esforços conjuntos dos poderes públicos e das próprias indústrias.

E, desde que nos referimos ao SENAI, ao tratarmos da especialização de trabalhadores manuais, seria ainda oportuno que nos fosse permitido um parêntese, nesta exposição das realizações do Estado, no setor da educação técnica: desejamos intercalar aqui, não apenas como gesto amável, mas por dever elementar de justiça, uma referência à organização que se encontra em São Paulo sob a direção experimentada e segura de nosso velho amigo, Dr. Roberto Mange, técnico dos mais devotados que possuímos, com longa e excelente folha de valiosos serviços prestados à nossa terra em geral, particularmente à nossa juventude. Seja-nos permitido, pois, dizer que, caminhando por estradas paralelas, que se dirigem a idênticos destinos, a Superintendência do Ensino Profissional acompanha com a mais viva satisfação e interesse a marcha dos trabalhos do SENAI, verificando com júbilo o bom êxito de mais essa

iniciativa dos poderes públicos federais e dos dirigentes da indústria nacional.

Foi feliz e oportuna, com efeito, a criação do vasto aparelhamento de ensino industrial que é o SENAI. Os estudos a respeito, realizados de longa data, aos quais também tivemos o ensejo de dar a nossa contribuição, como se verifica pelo volume "O Ensino Profissional no Brasil", publicação n.º 23 da Superintendência do Ensino Profissional, representam esses estudos os primeiros passos e as primeiras manifestações de compreensão do problema, sob o ângulo por que o focalizou o SENAI. Formando um aparelhamento original, em que a colaboração do particular, possuidor de indústrias, foi levada a termos decisivos para a vida do organismo, houve com efeito não apenas a oportunidade de interessar ainda mais a indústria nos trabalhos de preparação de técnicos, como ainda foi possível fortalecer aqueles laços de amizade e simpatia que sempre uniram os dois campos, e hoje os confundem, no terreno da educação, onde trabalhamos juntos, para a mesma causa.

Como coroamento e complemento da magnífica estruturação dos cursos profissionais, consubstanciada na Lei Orgânica do Ensino Industrial, o Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, constitui bem o elo que faltava, de uma corrente ininterrupta, que canaliza do parque industrial para as escolas recursos e atenções, devolvendo destas para aquêles operários conscientes, preparados para garantir produção cada vez maior e melhor.

Não podemos, de outra parte, encenar esta nossa despretençiosa palestra sem uma referência especial aos serviços técnicos da Superintendência do Ensino Profissional. Que nos seja excusado o excesso de entusiasmo e de calor que porventura pusermos nestas palavras. E' que nos sentimos justamente satisfeitos com as nossas realizações, nesse setor. Não que elas sejam perfeitas ou completas. Longe disso, sentimos diariamente as suas falhas, lutamos contra dificuldades de tôda sorte, temos graves deficiências. Sentimos igualmente, porém, que ali reside o núcleo inicial, o germe de um trabalho que será paulatinamente executado, que crescerá e se transformará em planta exuberante. Compreende-se, pois, que tenhamos carinhos especiais com a semente de boa marca, que nos dará tão bons frutos.

O serviço técnico constitui, a nosso ver, a parte mais importante, senão a única importante, no que diz respeito à orientação do ensino. Com efeito, de nada nos adiantaria possuímos numeroso grupo de es-

colas, equipamento suficiente nas oficinas, mestres e professores dedicados, estruturação perfeita dos cursos, se a tudo isso não pudéssemos juntar uma orientação segura e uniforme, um sistema racional de ensino capaz de levar ao máximo de aproveitamento das lições, pelos educandos.

Foi o que se fez com os trabalhos do nosso Serviço Central de Orientação Profissional. Estudaram-se seriações metódicas de serviços práticos de oficinas, com peças a executar pelos alunos, graduadas nas dificuldades que apresentam, de maneira que em todos os estabelecimentos é o mesmo o processo de ensino, são postos em execução trabalhos idênticos, recebem os alunos exatamente os mesmos conhecimentos. Ao final da seriação, deve encontrar-se o educando perfeitamente capacitado para todas as operações do ofício escolhido, restando-lhe então, apenas, adquirir o traquejo indispensável, por meio de prática intensiva, que se realiza na última série do curso, quando deixam de ser empregadas as seriações metódicas de trabalhos práticos de oficinas.

Restava, assim organizados os ensinamentos a ministrar, com critério rigorosamente racional, sob bases longamente estudadas, controlar a sua exata aplicação e velar para que os alunos na realidade tivessem o grau de adestramento julgado indispensável. Para tanto, as folhas de medição de cada peça executada pelos educandos são rigorosamente anotadas pelos mestres e remetidas à repartição central, que avalia os resultados obtidos, controlando-os mediante medidas que não toleram desvios nem mesmo de um décimo de milímetro. Passados os resultados assim obtidos para as folhas de avaliação, temos, objetivamente, sem contestação possível, a exata medida do adestramento de cada aluno, organizando-se então os mapas gerais, que mostram a situação de cada classe, no que concerne à marcha do aprendizado em geral. O controle, dessa maneira executado, consideramo-lo tão perfeito quanto é possível ao homem desejar, não deixando margem a interpretações ou critérios subjetivos, sempre variáveis — são medidas, medições positivas, frias, que dizem do resultado do ensino por meio de algarismos não dependentes de interpretações. É a linguagem matemática que fala, expressivamente, mostrando o índice de aproveitamento de cada educando, sem erro, sem vacilações.

Para encerrar estas considerações, que já se alongam, desejamos apenas mais um minuto de atenção dos presentes. Queremos ressaltar dois pontos significativos, dois pontos altos nos panoramas do ensino profissional paulista, nos dias que correm, dois cumes que se alteiam, distanciados e diferenciados embora, mas ambos dignos do maior relevo.

Uma das questões a que nos referimos é a Escola Técnica Getúlio Vargas, da Capital. No quadro geral dos nossos estabelecimentos de ensino, onde não há nomes a destacar, onde todas as realizações são fruto de devotado entusiasmo de diretores, professores, mestres e do pessoal administrativo, onde todas as escolas trabalham com a exata compreensão de sua relevante tarefa social, não poderíamos deixar sem uma referência especial o grande e tradicional estabelecimento de ensino da rua Piratininga, onde há 34 anos se trabalha pela causa do ensino profissional. Constituindo hoje o nosso mais completo e alto estabelecimento de ensino, a Escola Técnica vinha sendo, de longa data, a aspiração máxima de quantos trabalham neste setor da educação pública. Com efeito, dado o desenvolvimento industrial de São Paulo, e à vista do que já se havia conseguido no então Instituto Profissional Masculino, surgiu entre nós a idéia de criar um novo tipo de estabelecimento, capaz de constituir o coroamento de todos os trabalhos, aparelhado para formar altos técnicos, de um quilate desconhecido entre nós, intermediários entre engenheiros e operários qualificados. Iniciaram-se há muitos anos os estudos a respeito. Em nossa publicação n.º 24, "A Escola Técnica em São Paulo", editada no ano de 1940, já propúnhamos a criação dessa escola, dando as bases de sua organização. Razões diversas impediram a criação da Escola, porém, a reforma Capanema, que nos deu a Lei Orgânica do Ensino Profissional, veio permitir a concretização de nosso sonho, instituindo os cursos técnicos, aproximadamente nos moldes que havíamos previsto e estudado 2 anos antes.

A Escola Técnica Getúlio Vargas, como todos os demais estabelecimentos de ensino, não pode ser esquecida: em nosso parque industrial conquistou ela, merecidamente, posição de grande destaque. O número de artífices que deu às nossas indústrias não se conta apenas pelos milhares de diplomas expedidos: é preciso, igualmente, contar os que, premiados pela necessidade de ganhar a vida, seduzidos pelo trabalho abundante e bem remunerado, ou por qualquer outra razão, deixam os bancos escolares antes da conclusão do curso, tendo entretanto uma preparação profissional que, se não completa, é pelo menos suficiente para transformá-los em elementos de produção. Essa a grande, a benemérita obra realizada pelo tradicional estabelecimento da Rua Piratininga, em mais de três décadas de trabalho incessante, que vai das primeiras horas da manhã até as primeiras horas da noite. Esse o trabalho realizado nas mesmas condições, com idêntico devotamento, por todos os estabelecimentos de ensino profissional do Estado.

O outro ponto, finalmente — senhores — é aquêlê que se refere ao apoio, decidido e decisivo, que todos os governos de São Paulo têm dispensado ao ensino profissional. Todos eles compreenderam o alto alcance dos trabalhos, todos deram mão forte às nossas realizações,, todos acompanharam com interesse e simpatia as nossas iniciativas e se mostraram dotados de capacidade de entendimento realmente confortadora. Prova eloqüente e frisante da verdade dessas afirmativas temos ainda hoje, quando vemos o Estado, seguindo fielmente as diretrizes traçadas pelo Senhor Presidente da República, empenhar-se na distribuição de créditos para melhoramentos nas escolas existentes, criar escolas novas, determinar se proceda ao estudo para localização de ainda outros estabelecimentos de ensino industrial, aguardando mais que chegue a hora oportuna para iniciar a difusão do ensino artesanal por todos os recantos do Estado. Prova do interesse do poder público encontramos igualmente no fato de que os alunos dos cursos técnicos percebem pequenas diárias, como auxílio para o prosseguimento de seus estudos. São, é bem certo, apenas alguns cruzeiros por dia. Revelam, no entanto, que o Estado não poupa esforços nem foge a compromissos, quando se trata de assegurar a maior freqüência possível aos cursos técnicos, certo de que mais interessa ao Estado, do que propriamente ao educando, a sua completa e perfeita preparação profissional. Essas diárias que não são graciosas, nem diminuem aos que' a recebem pois os alunos dos cursos mais adiantados já apresentam capacidade de produção utilizável, revelam que a orientação do Estado é francamente propícia ao desenvolvimento do ensino. Do que tem sido aliás a atuação do Dr. Fernando Costa, neste setor da educação pública, entregue à operosa e esclarecida competência do Dr. Sebastião Nogueira de Lima, falam as realizações mais recentes, o surto de desenvolvimento da educação técnica, a nova escola de Piracicaba, recém-criada, a de Casa Branca, cujo projeto ora se encontra no Conselho Administrativo, e outros estudos em andamento. E mais ainda: vemos no orçamento geral do Estado que as verbas consignadas ao ensino profissional vão em constante ascensão à medida que aumentam os recursos do operário e se desenvolvem as indústrias.

Em 1930, dispndia São Paulo com o ensino profissional dois milhões trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e setenta cruzeiros. Em 1940, dez anos depois, os gastos orçavam por oito milhões seiscentos e cinqüenta e oito mil cento e noventa cruzeiros. Decorridos mais cinco anos, vemos que o cálculo de despesas para 1945 atinge a vinte

e dois milhões trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta centavos.

Foi graças a esse interesse, a essa simpatia, a esse apoio lúcido e firme, que nunca faltou e hoje se manifesta com tanta intensidade, que conseguimos realizar quase tudo do pouco que nos foi possível fazer, para maior grandeza de São Paulo e do Brasil. E' justo, pois, que as nossas últimas palavras, além de serem de excusas e agradecimentos aos presentes, envolvam o reconhecimento dessa dívida de gratidão, que é de todos nós, para com os mais altos elementos oficiais do Estado, que nos prestigiam e honram com constantes e reiteradas provas de compreensão, às quais não faltam palavras que recebemos como estímulo para mais altos e difíceis cometimentos.

Ao Sr. Interventor Federal, a seus ilustres Secretários de Estado. sempre prontos a colaborar no desenvolvimento do ensino profissional, particularmente ao Sr. Secretário da Educação e Saúde Pública, nosso chefe, guia e amigo, e a todos vós, senhores, os nossos agradecimentos, em nome do ensino profissional paulista.

UMA INVESTIGAÇÃO SÔBRE JORNAIS E REVISTAS INFANTIS E JUVENIS (IV)

Em números anteriores, tem esta REVISTA divulgado os resultados gerais de ampla investigação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sôbre jornais e revistas infantis e juvenis, publicados no Rio de Janeiro. Esse trabalho compreendeu, essencialmente, duas partes: uma, constante da análise dos elementos da apresentação material e do conteúdo dessas publicações; outra, re-lativa às observações colhidas, em inquérito, entre leitores habituais das revistas e jornais, seus professores e mães desses mesmos leitores. O trabalho de análise foi conduzido pela Seção de Psicologia Aplicada, e o de inquérito, pela Seção de Inquéritos e Pesquisas, do I. N. E. P.. Apresentam-se agora rápido resumo dos dados colhidos, e, bem assim, as conclusões finais da investigação.

RESUMO E CONCLUSÕES

I. A INVESTIGAÇÃO E SUAS BASES

A investigação, realizada pelo I. N. E. P. sôbre as revistas e jornais infantis e juvenis, publicados no Rio de Janeiro, apurou elementos de duas ordens:

a) dados resultantes da análise da apresentação material e do conteúdo de cada uma das publicações, texto e ilustrações, examinados nos seus motivos e temas (*fundo*), e na linguagem, técnica de desenho e reprodução gráfica (*forma*) (1);

b) dados resultantes de um inquérito realizado entre escolares de 8 a 16 anos, seus professores, e mães dessas mesmas crianças e

(1) V. n. 5 e 6 desta REVISTA, vol. II, novembro e dezembro de 1944.

jovens, organizado para a verificação da extensão, modalidades e intensidade das influências que pudessem ser atribuídas às publicações em exame (2).

Os dados primeiramente referidos resultaram de cuidadosa análise de coleções dos jornais e revistas, em amostras de 7 a 12 números, uns, de edições seguidas, outros, tomados ao acaso. Na determinação desses elementos, procurava-se apenas descrever uma realidade, ou situação de fato, criada pela indústria jornalística do país. O método empregado foi o da caracterização dos elementos necessários ao estudo, por critério estatístico, mediante determinação dos índices de frequência, absoluta e relativa, de cada um. Por essa forma, chegava-se a apresentar descrição objetiva, sem maiores comentários; para o esclarecimento do critério de determinação de certos índices, juntavam-se alguns exemplos típicos constantes de pequenas transcrições do texto, e da reprodução de gravuras.

Os dados do inquérito visavam colher indicações de outro gênero, relativas à reação de três grupos distintos — crianças e jovens, mães, e professores — em face das possíveis influências dos jornais e revistas em estudo. Tinham em vista não mais a *realidade concreta* da apresentação material e do conteúdo das publicações, em si mesmo considerada; mas, sim, a de uma realidade de relação *social*, que a circulação das publicações havia criado. Deveriam esses dados definir agora as influências da leitura, tal como pudessem ser observadas pelos três grupos referidos; e serviriam também para verificação dos dados que a família e a escola estivessem dando à questão da leitura recreativa.

Afim de que ambos estes aspectos se revelassem de forma conveniente, teve-se especial cuidado no planejamento, na aplicação e apuração do inquérito. Partiu-se da preliminar de interrogar não só a muitos, mas a pessoas de grupos distintos, que por sua diversas condições, pudessem emitir apreciações de pontos de vista também diversos. Para que as amostras pudessem ser representativas, cuidou-se ainda de interrogar a escolares das mais diversas idades e situações, a alunos de escolas públicas e particulares, primárias e secundárias, situadas em diferentes zonas da cidade; a professores de uma e outras; e às mães dos mesmos alunos, o que permitiria enfim, a co-

(2) V. n.º 7, vol. III, janeiro do corrente ano.

leta de apreciações de pessoas em diferentes níveis de condição econômica e cultural.

A apuração dos resultados do inquérito obedeceu, tanto quanto o seu planejamento e aplicação, aos critérios estatísticos recomendados na espécie. Não só se procedeu à tabulação das respostas e ao cálculo de índices percentuais, como se faz o cotejo desses vários índices, quando se referissem a itens idênticos, ou afins, nos três questionários aplicados. Com isso, pode-se estimar a coerência do teor geral das respostas, dentro de cada grupo, e entre as respostas de um e dos demais grupos, em face de questões similares.

Na organização de cada um dos questionários, utilizaram-se, de preferência, perguntas cujas respostas pudessem ser documentadas com a indicação de fatos ou exemplos precisos; havia, assim, na própria maneira de pedir as respostas, uma condição de controle. Quer na coleta, quer na classificação e relacionamento dos dados, usaram-se, pois, dos recursos técnicos mais aconselháveis, para a obtenção de elementos de estudo com alto grau de fidedignidade.

II. ALGUNS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS JORNAIS E REVISTAS

Os dados mais expressivos, com referência à descrição objetiva do material analisado, podem ser assim resumidos:

A) Apresentação material:

a) O formato de sete, entre as nove publicações estudadas, media entre 27 x 18 cm. e 98 x 28 cm.; duas publicações apresentavam formato maior;

b) o número de páginas de cada exemplar variava de 2 a 32;

c) a composição do texto compreendia caracteres de corpo 6 a 14, com *nove por cento*, em corpo 6; *quarenta por cento*, em corpo 8; e *trinta por cento*, em corpo 10; no conjunto, portanto, 79% em caracteres de corpo 6, 8 e 10 ;

d) o comprimento das linhas impressas apresentava-se abaixo do limite de 6 cm., em nada menos de 72 % do total da composição; e, acima do limite de 10 cm., em 3,50% desse mesmo total;

e) a impressão do texto, em porção igual a 62%, apresentava-se *manchada, borrada ou apagada*, apresentando, assim, pouco mais de um terço com a nitidez a desejar-se;

f) a tinta utilizada para a impressão do texto era, na maior parte, de cor preta, sem brilho; uma das publicações empregava freqüentemente tinta de cor nessa impressão;

g) as ilustrações ocupavam, em média, no conjunto das publicações, 2/3 da superfície impressa.

B) *Conteúdo em geral;*

a) Apenas três das publicações analisadas apresentavam matéria mais ou menos ordenada, em seções permanentes; ainda assim, nenhum programa firmemente traçado podia ser observado para cada jornal ou revista, em relação à influência que pretendessem exercer sobre os leitores;

b) a matéria mais constante das publicações, (57%), era a de contos, histórias, e historietas ilustradas, com reduzido texto, ou sem texto algum; a matéria de intenção claramente educativa alcançava, no conjunto, 30%, variando de 12%, numa das publicações, a 42%, em outra;

c) o ambiente em que decorriam as narrativas, em 90% de todo o material analisado, era estranho ao nosso país, o que facilmente se explica por utilizarem os jornais e revistas, na maioria, material originalmente estampado em publicações de outros países, e para as crianças e jovens desses países preparado;

d) as ilustrações, como seria natural, referiam-se, na mesma alta percentagem, a cenários estranhos à vida brasileira;

e) era de notar que cinco das publicações apresentavam matéria relativa à história e à vida do país, em composições, por vezes de excelente qualidade; essa matéria não alcançava no entanto, mais que 3% do total analisado.

C) *Elementos mais constantes das narrativas:*

a) A descrição de cenas violentas (lutas, agressões, castigos físicos, roubos, raptos, assassinios, fuzilamentos, desastres catástrofes, incêndios), e ainda pilherias de mau gosto, ou cenas de vício, ocupavam, em média, um terço da matéria constante do conjunto das publicações; pouco mais de um terço compreendia histórias com cenas da vida comum; menos do terço restante continha aventuras de viagens e desportos; matéria de humorismo sadio não alcançava um décimo;

narrativas com personagens dignos de imitação, menos de um centésimo;

b) predominavam nas histórias e contos os *tipos humanos* (80%), na maioria personagens adultas, do sexo masculino; *animais* eram representados em 10%; *tipos mitológicos*, em proporção quase igual;

c) entre as personagens, alcançavam maior taxa tipos de criminosos, aventureiros e farçantes; cientistas, inventores, grandes artistas, ou tipos de alta perfeição moral eram apresentados pouquíssimas vezes, não figurando de todo na matéria de várias publicações;

d) entre os objetos mais constantemente representados nas ilustrações, figuravam armas de fogo, máquinas de guerra, e veículos, estes quase sempre utilizados por aventureiros e criminosos;

e) os contos de gênero policial e de aventuras grotescas ultrapassam metade de toda a matéria analisada; em três das publicações, era de proximadamente metade.

D) *Linguagem*

a) A linguagem, na maioria das publicações, não se apresentava com graves incorreção gramaticais; freqüentes eram, porém, os senões de revisão, e também freqüentes os barbarismos;

b) estrangeirismos desnecessários representavam cerca de metade do número dos vícios de linguagem assinalados, sem contar interjeições de todo estranhas ao nosso idioma, por aproveitamento de clichês, ou matrizes, originalmente preparados para publicações em língua inglesa;

c) formas de construção descuidada, de tradução imperfeita ou confusa, e de redação eivada de plebeísmos, apareciam também com freqüência, de par com trechos de redação em vocabulário pouco adequado às idades dos leitores;

d) no conjunto das publicações, a linguagem se apresentava pouco adequada à leitura da clientela a que normalmente se dirigiram, em porção igual a um terço de toda a matéria.

E) *Ilustrações*

a) Cerca de dois terços da matéria era ilustrada, com gravuras, que acompanhavam texto corrido, ou com historietas em quadrinhos, de reduzido texto, ou ainda sem texto;

- b) do total das gravuras, 93% eram clichês a traço; 7%, em retícula; sete publicações apresentavam ilustrações a cores;
- c) os desenhos reproduzidos eram, em 60 % do total, de tipo singelo ou rudimentar; em 10%, de melhor composição artística, ou de natureza técnica; em 30%, de tipo caricato;
- d) do ponto de vista estrito da técnica do desenho, eram as ilustrações, em mais de metade, de boa qualidade; em cerca de um décimo, de excelente composição;
- e) não obstante, os motivos dessas ilustrações, em virtude dos próprios temas a que deveriam servir, ou, ainda, agravados pelo desenho em seu sensacionalismo, apresentavam-se como pouco conveniente à equilibrada formação estética e moral das crianças e jovens;
- f) cenas de crueldade e violência, praticadas por tipos degenerados, eram às mais das vezes mostradas ao vivo; personagens femininas freqüentemente se apresentavam de forma pouco recomendável;
- g) raras eram as páginas, em cada número de várias das publicações, em que não se apresentavam armas de fogo, explosões, incêndios, conflitos ou acidentes, mais ou menos impressionantes. (3).

III. ALGUNS DADOS RESULTANTES DO INQUÉRITO ENTRE LEITORES MÃES E PROFESSORES

O inquérito, realizado entre escolares, mães e professores, demonstrou a larga difusão alcançada pelos jornais e revistas infantis e juvenis. Cerca de 80% das crianças e jovens interrogados declararam ler, habitualmente, tais publicações (4).

Documentou, igualmente, que são manifestas as influências da leitura, umas de caráter benéfico ou construtivo, outras, de caráter nocivo ou perturbador.

Entre as influências benéficas, apontaram-se as resultantes do exercício de toda e qualquer espécie de leitura: estímulo à imaginação e ao trabalho intelectual; aquisição de conhecimentos; interesse por certos assuntos específicos; desenvolvimento do hábito de lêr.

(3) Tabelas e quadros com os índices relativos a cada publicação foram publicados nos ns^o. 5 e 6 desta REVISTA.

(4) Dados obtidos junto às autoridades federais competentes revelaram que a circulação total das 9 publicações, no ano de 1942, atingia, em cada tiragem, a quase quatrocentos mil exemplares.

Entre as influências perturbadoras, assinalaram-se as de repercursão emotiva, decorrente da leitura de contos e histórias policiais e de aventuras, influência essa especialmente apurada entre crianças de 9 a 11 anos; maior turbulência, ou combatividade, em brinquedos, ou jogos, em virtude da imitação das personagens das aludidas composições; atitudes de rebeldia, ou desobediência, no lar ou na escola, diretamente motivadas pelo interesse na leitura das publicações, com prejuízo do estudo e do trabalho escolar; uso de expressões ou modismos de linguagem pouco recomendáveis; perda de interesse por leituras de melhor quilate, que a apresentada pelos jornais e revistas em estudo.

O cotejo da frequência das respostas, num e noutro sentido, obtidas entre os próprios leitores, mães e professores, não deixa dúvidas sobre a realidade de boas e más influências. Existem ambas. Exata ponderação, ou justo teor, de umas e outras, não se tornava possível, no entanto, pois como o próprio inquérito provou, as influências são muito variáveis de *leitor para leitor*, segundo seu nível mental, temperamento, cultura já adquirida, e regime educativo existente no lar e na escola.

Há a salientar que os professores, de modo geral, foram sempre mais severos que as mães em julgar os jornais e revistas, o que pode ser atribuído, tanto à menor capacidade destas para o julgamento que se pedia, como também à existência, na mente daqueles, de certos preconceitos com relação às funções gerais da leitura recreativa.

Fêz-se necessário ainda notar que existe uma influência conjugada, para o caso de muitas crianças e jovens, de parte da leitura, do cinema, e até mesmo do rádio. Tal influência em relação ao cinema pode ser facilmente compreendida à vista da alta taxa (80%) das crianças que freqüentam, com maior ou menor assiduidade, exibições cinematográficas.

O inquérito muito revelou do maior ou menor cuidado, da parte de mães e professores, no orientar o emprego das horas de lazer; e da compreensão que os brinquedos e a leitura possam ter sobre o comportamento geral das crianças.

Ficou patente que esse cuidado é sempre maior pelas crianças que pelos adolescentes; maior entre as famílias que matriculam seus filhos em escolas públicas que em estabelecimentos particulares de ensino. A julgar pela taxa das respostas, obtidas numas e outras dessas categorias de escolas, o que traduzia o interesse pelo assunto

do inquérito, parece certo que os estabelecimentos de ensino público, de modo geral, exercem maior ação social que os de ensino privado.

Não ficou provada qualquer marcada influência sobre os ideais profissionais, ou de trabalho, entre as crianças e jovens, que pudesse ser diretamente atribuída à leitura das publicações infantis e juvenis. Ficou claramente provado, no entanto, que estas têm concorrido para estimular o interesse pelo conhecimento de países estrangeiros, mais que pelo conhecimento das coisas e da vida brasileira.

Provada também ficou a intensidade das impressões recebidas, em cerca de 30% das crianças, de certas personagens de contos policiais, e outras do mesmo gênero, como se verificou por conhecerem as crianças e essas mesmas personagens, em mais alta percentagem que grandes figuras históricas como Rio Branco e Osvaldo Cruz.

IV. EFEITOS IMEDIATOS DA INVESTIGAÇÃO

No decurso da investigação, que haveria de demandar largo prazo, contou-se com a colaboração das empresas editoras diretamente interessadas no assunto. Forneceram elas próprias as coleções do material destinado à análise; representantes de várias das publicações tiveram freqüente contato com a direção do I. N. E. P. e com alguns de técnicos desse órgão, para o exame de possível aperfeiçoamento de suas edições.

Sobre três das publicações, que serviram à análise, evidenciaram-se logo alguns benéficos efeitos no encarar tais problemas: mudança de formato; alteração dos processos de publicidade com relação à algumas revistas infantis, que passaram a mencionar, claramente, em seus anúncios, objetivos educacionais; introdução em três das publicações de temas próprios à vida brasileira; maior espaço concedido a esses temas, em outras; maior atenção à colaboração dos leitores.

Ao material, que serviu à investigação, e que se acha cuidadosamente sistematizado e arquivado, juntou-se documentação relativa a essa influência do trabalho do I. N. E. P. É de destacar o empenho demonstrado pela direção de três das publicações, no atender aos pontos mais graves que a investigação ia revelando em suas marchas, e o da direção de uma delas em reorganizar o seu programa.

V. SITUAÇÃO ATUAL

Não foi esse espírito, porém, mantido de parte da direção da maioria das publicações. As amostras, que se têm recolhido, de edições recentes das publicações em estudo, revelam, na verdade, que a situação de conjunto não foi alterada. Pelo contrário, em relação a algumas das publicações (como a documentação já divulgada quanto a certos tipos de ilustrações claramente patenteia), foi ela sensivelmente agravada.

O aproveitamento constante de motivos estranhos à vida e as coisas do país persiste na maioria das publicações; a linguagem continua a ser descurada já no que diga à harmonia e bom gosto, já no que respeite à adequação à mentalidade infantil; as publicações juvenis, em especial, continuam a apresentar truculentas histórias de banditismo, com a exibição de tipos de degenerados e de desajustados sociais, por vezes dos mais repelentes. O aproveitamento de temas de guerra e espionagem como tem procurado justificar essa orientação de mórbido sensacionalismo.

Duas das publicações desapareceram; outras variaram o formato e a frequência das edições; surgiram também duas novas revistas, cujo conteúdo não difere, porém, das que vinham sendo editadas.

Nessas condições, é de supor que os elementos de estudo, agora sistematicamente apresentados, reavivem o interesse das empresas editoras, no sentido da correção e aperfeiçoamento de suas publicações destinadas à infância e à juventude.

Não será preciso salientar que a imprensa representa fator cultural da maior relevância; é elemento não só de divulgação de fatos, como de idéias e princípios; pesa, de modo considerável, na formação e no esclarecimento da mentalidade pública. Por isso, impõem deveres, que a classe jornalística do país sempre tem sabido respeitar, criando uma tradição, que é seu legítimo orgulho.

Se, quanto ao jornal comum, de leitura normal do adulto, esses deveres se impõem, maiores são ainda eles no caso de publicações destinadas à infância e à juventude. Para que as empresas editoras cumpram a sua missão, hão de considerar os aspectos de favorável e des-favorável influência que suas publicações possam estar exercendo na formação mental e moral das novas gerações.

CONCLUSÕES

I. CRITÉRIO PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A documentação reunida por esta investigação leva a conclusões muito claras.

Convirá fazer precedê-las, no entanto, do debate de alguns critérios de interpretação, resultantes de estudo sôbre a influência da leitura recreativa e, de modo especial, quanto à justa conceituação da *literatura infantil e juvenil*, de que, afinal a matéria dos jornais e revistas em exame não representam senão aspecto particular.

Com isso poderão ser afastados dois fatores que perturbariam uma justa interpretação: de um lado, certos preconceitos da parte de pais e educadores, que ainda não reconheçam o importante papel da leitura recreativa; de outro, a atitude indiferente de outros tantos pais e mestres, que muito erroneamente julgam que tôda e qualquer leitura possa convir a crianças e jovens, desde que estes a apreciem, argumento, aliás também alegado por algumas emprêsas editoras.

O primeiro ponto leva a examinar os aspectos *estético e ético* da literatura infantil e juvenil; o segundo, a considerar, mais de perto, o seu espeto *psicopedagógico*.

II. CONCEITUAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL

Desde logo se diga que a *literatura infantil e juvenil*, criada para o fim de entretenimento e recreação, não deverá ser confundida com a *literatura didática*, concebida para fins diversos. A literatura infantil tem origem própria, sua evolução, formas e funções definidas, (5) e tais caracteres podem ser verificados, não apenas na produção que apresentam alguns dos mais adiantados países, mas na maioria deles (6).

Como conceituá-la, de modo claro ?...

(5) Cf. LOLRENÇO FILHO, *Como aperfeiçoar a literatura infantil*, in "Revista Brasileira", pub. pela Academia Brasileira de Letras, ano III, n. 7. setemb. 1943, pág. 943, págs. 146 a 169.

(6) *Literature enfantine et Collaboration Internationale — Children's and Inter — National Goodwill*. (Rapport d'une enquete et liste de livres — Booklist and Report of an Inquiry) 1932, Genève, Bureau International d'Education, 2me. ed.

Por seus fins, a literatura infantil, para que mereça o título terá que visar os mesmos largos objetivos das *belas letras*, em geral; terá que comunicar emoção estética, e de ser menos interessada, portanto, em objetivos de pura informação, ou na pregação intencional de estreito e dogmático moralismo, especialmente caracterizado pela noção de uma justiça retributiva.

Com o assinalar êste *aspecto estático*, fundamental, não se há de querer negar, no entanto, o *aspecto ético*, daquele inseparável. "Não é possível que, tomando em mira ao que é belo, não se alcance o que é bom", escrevia Platão, num de seus diálogos. Ao que, Cícero, havia de acrescentar: "É privilégio do belo não poder divorciar-se do bem".

Mas, ainda que não seja admitida a tese por essa ampla feição filosófica forçoso será reconhecer que, se se torna possível comunicar a emoção estética pelo *horrível*, não será essa a estética de que hão de carecer crianças e jovens, para seu normal e equilibrado desenvolvimento. "O *horrível* poderá ser belo algumas vezes", lembrava Goethe; "mas o *belo* será sempre e ainda mais belo".

É precisamente essa peculiaridade da estética infantil e juvenil a da adequação de seus motivos e formas ao gradativo desenvolvimento mental, emocional e cultural, que impõe a consideração de uma ética, que lhe seja própria (7).

O aspecto psicopedagógico haveria portanto de empolgar aos demais emprestando-lhes nitidez e significação humana. Há uma literatura específica para crianças e jovens, justamente porque estes a podem consumir; mas, ao reconhecer o fato, teremos de admitir também a necessidade de investigar os níveis normais da gradativa evolução que os gostos e preferências da leitura apresentam e a função normal que deva ter no desenvolvimento do indivíduo.

Não é a imposição de estreitos preconceitos que deverá levar a vigiar pela leitura de crianças e jovens; mas, o reconhecimento objetivo das condições dessa evolução, a desejar se faça com perfeito equilíbrio. Assim como existe uma higiene alimentar para as crianças, baseada em conhecimentos de origem objetiva, assim também se

(7) BRAUNTSCHWIG, M., *El arte y el niño*, trad. Madrid, 1914. Tb. JESUALDO SOUZA, *Del mito primitivo a la sinfonia tonta*, in "Anales de Ins-trucion Primaria", Dezembro de 1943, Moatevideo.

torna necessário conhecer os princípios de uma higiene mental, necessária em qualquer idade, mas na infância e na adolescência, mais exigentes em suas condições.

A função da literatura infantil e juvenil não é, como já se viu, a de intruir ou moralizar, mas, sim, a de *recrear*. Não será, porém, a de recrear pela excitação de impulsos de violência, e com a exposição de temas, reais ou fantásticos, que levam a estados emotivos de perigosa intensidade, que facilitam o conflito íntimo e o desajusta-mento social.

Recrear, no seu mesmo sentido etimológico, é *criar de novo*, liberar no indivíduo as forças que possam levá-lo a atitudes construtivas de sua mente e de seu próprio caráter.

Tal será, enfim, o critério decisivo para julgar das boas e das más influências que a *recreação* possa exercer sobre crianças e jovens, sem excluir, necessariamente, as modalidades a que a leitura possa servir de instrumento.

III. OS INTERESSES DA LEITURA NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

A compreensão do aspecto artístico da literatura infantil e juvenil implica a acentuação de uma *estética evolutiva*, a ser estudada, ou, ao menos, compreendida como fato natural pelos que pretendam compor com proveito, para crianças e adolescentes. Como também, e necessariamente, esse desenvolvimento estético se relaciona com a evolução psicológica, em todos os seus demais aspectos, entre os quais avulta o da *formação ética* (tomada aqui a expressão no mais largo sentido de ajustamento e integração da personalidade) segue-se, queiramos ou não, que toda obra de literatura, preparada para crianças e jovens, deverá ter em consideração as suas possíveis repercussões no desenvolvimento psicológico da clientela» a que se destine.

Para isso, torna-se necessário, antes de tudo, a observação dos interesses reais de crianças e jovens. Para o caso dos *interesses na leitura*, numerosas investigações têm sido realizadas, no estrangeiro, e já algumas em nosso meio, com resultados sempre muito próximos, senão mesmo perfeitamente coincidentes.

Podem ser assim resumidos os resultados de tais investigações :

- a) *até os oito anos de idade* predominam os interesses por histórias de fadas, animais e crianças; desperta-se a curiosidade sobre os

fenômenos naturais e os fatos da vida diária; neste período, que inclui crescente desenvolvimento da "fabulação", cabem trechos de ficção, mesmo de todo inverossímil; nenhuma diferença essencial se observa entre os interesses dos meninos e das meninas;

- b) *de oito aos dez anos* subsistem os mesmos interesses do período anterior, com desenvolvimento do gosto pelo humorismo, narrativas de aventuras individuais e de travessuras; o inverossímil começa a perder o encanto primitivo. Nota-se, neste período, alguma diferença entre os interesses de um e os de outro sexo: as meninas continuam a apreciar contos de fadas, e outros do mesmo gênero, ao passo que os meninos já não encontram neles igual atração. As meninas se interessam por aventuras em que haja crianças e jovens, ao passo que os meninos apreciam aventuras movimentadas. De modo geral, as meninas começam a dar atenção a assuntos que tenham por fundo a vida doméstica, e os meninos os que apresentem problemas de aplicação mecânica;
- c) *de doze anos aos quinze anos*, nos indivíduos de normal desenvolvimento, desaparece totalmente o interesse pelo inverossímil. Crescem de valor as aventuras, narrativas reais, ou de ficção com base na realidade, ou em motivos e objetivos da vida comum. Atos de bravura e desprendimento, e grandes realizações empolgam nessa idade; o humorismo, os desportos, as viagens, as biografias, e vida de outros povos vivamente interessam também. Já aqui há clara - diferença entre os gostos de um e os de outro sexo. Narrativas sentimentais e poéticas, assim como as que versem sobre motivos da vida doméstica e vida social (modas, diversões, arte) atraem vivamente o espírito feminino. Os rapazes apreciam aventuras movimentadas, grandes feitos de todo o gênero, e, para os mais inteligentes, as de fundo científico, técnico ou de cunho real; há marcado interesse pelos desportos, como também pelos grandes feitos da história;
- d) *depois dos quinze anos*, os interesses puramente recreativos declinam em favor dos relativos ao conhecimento, ou de cultura geral. Começa a firmar-se interesse pelas leituras de fundo realista, psicológico, social, científico e filosófico; livros e revistas de caráter instrutivo ou didático, começam a ser procurados com maior fre-

quência. O romance e a poesia interessam mais as jovens; as narrativas de cunho social, histórico e de viagens, aos rapazes. (8)

A observação dos interesses da leitura, assim indicados, fornece elementos para a adequação geral dos assuntos ou temas, a ser feita, é claro, segundo indispensável orientação que vise aproveitar essa "motivação" natural para a leitura, no sentido de proporcionar a crianças e jovens material proveitoso à sua formação mental e emocional.

Explorar tais interesses, no sentido de fácil sensacionalismo, com perversão do bom gosto, inspiração de atos violentos e de crueldade. será, evidentemente, desvirtuar a função normal da leitura recreativa. O comportamento da leitura, como a de outro qualquer, não se justifica apenas pela razão mesma de sua possível *motivação*. Justifica-se

(8) Para o estudo dos interesses da leitura, podem ser consultados:

- CLEARY, F. D. *Why Children Read*, Wilson Library Bulletin. Vol. 14, n. 2, outubro, 1939, págs. 119-126.
- MALCHOW, E. C., *Reading Interests of High School Pupils in School Review*, XLV (março), 1937, págs. 178-85, apud W. S. Gray, *Journal of Educational Research*, fevereiro, 1938, pág. 412.
- BRINK, W. G., *Reading Interest*, "The School Review", The University of Chicago, outubro, 1939, pág. 613 e segs.
- WHIPPLE, G. M., editor, *Thirty Sixth Yearbook of the National Society for the Study of Education*, Public School Publishing Company, Bloomington, Illinois, 1937, págs. 185-205.
- TERMAN, L. M. and LIMA, M., *Children's Reading*, Appleton, Century Company, New York, 1931, págs. 3-92.
- STONE, C. R., *Better Advanced Reading*, Webster Publishing Company, St. Louis, 1937, págs. 181-4 e 189-91.
- JORDAN, A. M., *Reading Interests: Proceedings*, National Education Association, 1935, Washington, págs. 342-5; idem, 1937, págs. 281-3.
- LOURENÇO FILHO, *O que os moços leem*, in "Educação", Vol. I, São Paulo, n. 1 outubro, 1927.
- *Como aperfeiçoar a literatura infantil*, "Revista Brasileira", Rio, setembro, 1943.
- Inquérito de leituras infantis*, Boletim da Associação Brasileira de Educação, 11, maio-junho, 1927, ano III, págs. 8-23, Rio.
- ANTIPOFF, H., *Ideais e interesses das crianças de Belo Horizonte*, Public, da Inspeção Geral de Instrução. Boletim n. 6, 1930, Belo Horizonte.
- MEIRELES, Cecília, *Inquérito realizado nas escolas do Distrito Federal sobre literatura infantil*, Dep. de Educ, 1934.
- Literatura infantil*, Simposium dos membros da Comissão Nacional de Literatura Infantil, "O Jornal", Rio, ed. de 5-4-1936.

no sentido de que, por ela, se possam alcançar mais elevados níveis de desenvolvimento, ou de integração dos valores culturais, em que se apoie uma sábia formação humana.

IV. RESULTADOS DE ESTUDOS ESPECIAIS SÔBRE JORNAIS E REVISTA INFANTIL NOS ESTADOS UNIDOS

Argumento por vezes lembrado, para justificar a circulação de publicações do teor de algumas das compreendidas nesta investigação, é a de que a matéria, que divulgam, é a mesma editada em jornais e revistas dos Estados Unidos — país reconhecidamente dos mais ade-antados na educação, e, ainda daqueles em que grandes cuidados existem na formação e direção da juventude.

Seria válido esse argumento se todas as publicações norte-americanas do gênero e, em particular, aquelas, cuja matéria tem sido aqui reproduzida, fossem estimadas pelas autoridades educacionais de seu país de origem, ou que, ao menos, não viessem ai despertando quaisquer reservas. A verdade, porém, é muito outra. Em relação aos jornais e revistas infantis e juvenis referidos, há formal e crescente repulsa por parte de educadores, associações de pais, e institutos de investigação pedagógica. (9).

Nos "guias de leitura", organizados para as escolas norte-americanas, há já vários anos, vem sendo salientada a inconveniência da circulação dos "comics" entre crianças e jovens os quais, segundo pesquisas cuidadosamente realizadas, têm influído de modo grave na conduta de crianças e jovens estadunidenses.

TERMAN e LIMA (10), por exemplo salientam que a leitura freqüente de aventuras, contos policiais, ou composições de exaltada ficção, tem levado muitas crianças para um mundo de imaginação, sem maior controle do que o dos próprios impulsos, dificultando a sua adaptação às contingências da vida real.

TAYLOR FIELD, (11) depois de investigações cuidadosas, é ainda mais explícito, quando aponta a literatura desse tipo como respon-

(9) V. as publicações do *The Parents Institut*, Nova York. (10) TERMAN, M. and LIMA M., *Children's Reading*. 2.^a ed. Appleton Century New York, 1931, págs. 78 e seg. (11) W. T. FIELD, *A Guide to Literature for Children*, Ginn and Company, 1928, New York.

sável por muitos casos de criminalidade infantil. "A ação deletéria desse gênero de leituras, em nosso país, afirma esse autor — só é suplantada pela ação do mau cinema e pelo contacto direto de crianças e jovens com grupos de criminosos".

O mesmo especialista assinala também que à ação dos "comics" se deve o desenvolvimento, na massa do povo americano, de interesses literários de segunda ordem; que tais jornais e revistas põem a criança em estado de excitação emocional indesejável, nas vésperas da publicação das histórias em séries; e que, enfim, como verificou, em muitos casos, a elas se deve a modificação da conduta de escolares, que se tornam turbulentos e agressivos, denunciando, com isso, os conflitos emocionais de que são presa. (12).

Deante de tais observações, a que muitas outras podem ser juntadas, não há como tornar válido o argumento com que se tem pretendido justificar a reprodução, em nosso país, da matéria dos menos desejáveis "comics" norte-americanos.

Há a notar, ainda, que não há nos Estados Unidos, qualquer revista infantil, ou juvenil que utilize material preparado para publicações do gênero editadas em outros países.

V. SÃO PREJUDICIAIS AS NARRATIVAS DE FICÇÃO

Segundo a opinião de autoridades educacionais, deve ser evitada a leitura de narrativas do tipo mais comumente apresentada pelas nossas revistas infantis e juvenis. *Isso não implica, porém, a condenação de jornais e revistas infantis e juvenis.* Pelo contrário. A verificada alta influência, que revelam, leva a admitir que possam representar útil instrumento auxiliar na educação de crianças e jovens como veículo de boa literatura recreativa.

Nesse caráter, o periódico infantil ou juvenil não deverá ser confundido com o livro escolar pela preocupação de ensinar. Mas sua função não poderá ser a de difundir truculenta e malsã literatura, sem alegria e sem pureza, sem qualquer poesia e graça de imaginação.

Cabe-lhes, especialmente, recrear, servir de entretenimento, mas de entretenimento sadio. Cabe-lhes inculcar o gosto pela leitura, pelas manifestações de arte acessíveis a cada idade, pelo curioso e o inventivo, pelos desportos. Tudo isso dentro de uma filosofia de vida equi-

(12) *Ob. cit.*, pág. 12 e seg.

librada, que contribua para a formação (le personalidades ajustadas ao seu meio. Para atender a este princípio fundamental, terá que fazer viver, portanto, grande parte da matéria, que publique, ligadas a cenas, às coisas e à vida do próprio país dos leitores.

Atendida esta orientação, haverá ainda larga margem para as *narrativas de ficção*, que não são de modo algum prejudiciais a crianças e adolescentes, mas, ao contrário, nutrimento necessário ao seu espírito, desde que condicionadas a convenientes normas.

Quando assim adaptada aos interesses da idade, a literatura de ficção prestasse ao desenvolvimento de tendências e qualidades sentimentais necessárias; representa, por outro lado, pêndulo de equilíbrio aos recalques e limitações da atividade infantil e juvenil, impostos pela vida social. E' este ponto inteiramente pacífico nos estudos de psicologia infantil.

Mas, por que se há de tomar, como temas de ficção, a elementos malsãos da vida social, a criminosos e degenerados, quando tantas e belas coisas podem comportar o gosto e o interesse infantil e juvenil?... Pois no caso de nosso país, não mais conviria tomar os temas de devassamento dos sertões, da vida amazônica, do indígena, da epopéia dos imigrantes, da conquista das riquezas naturais, de entrecos que, tão lógica e naturalmente, permitem lances de imprevisto, situações dramáticas, representação de audácia e coragem, dirigidos às idéias de progresso, de civilização, ou legítima aplicação social?.. .

Por que, por outro lado, aproveitar episódios da história de outros" países, com exclusão dos fatos de história do Brasil?... Porque desprezar os motivos de nosso riquíssimo folclore?... Por que deixar de parte a descrição, ou apresentação gráfica das belezas e curiosidades naturais de nosso país, para ocupar espaço com gravuras, mais ou menos fantásticas, de uma vaga ilha da Oceania, ou de desconhecidas florestas da África?...

A única resposta será a de que tal matéria, tão pouco lembrada pelas nossas publicações infantis e juvenis, não é tratada pelas publicações estrangeiras de onde recebem o texto, clichês, ou matrizes de clichês já preparados.

Não nos faltam, no entanto, escritores e artistas de desenho capazes das realizações que convenha apresentar. A documentação do trabalho desses autores, existente, embora em diminuta percentagem, nas coleções de alguns jornais e revistas analisadas nesta investigação, dão idéia do que poderão ser as publicações do gênero, para crianças

e jovens brasileiros, desde que nova e conveniente orientação nelas se estabeleça.

CONCLUSÕES FINAIS

I. A ampla investigação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, sobre jornais e revistas infantis e juvenis, publicadas no Rio de Janeiro, mostra que a maioria dessas publicações têm apresentação gráfica deficiente, sobretudo no que respeita à impressão; e que mais de metade da matéria, comumente nelas inserta, quer quanto ao texto, quer quanto a ilustrações, deve ser julgada como pouco conveniente ao sadio entretenimento de crianças e jovens.

II O juízo acima formulado fundamenta-se em cuidadosa análise, realizada mediante critério estatístico, em coleções das referidas publicações, fornecidas pelas próprias empresas editoras; e, ainda, nos resultados de um inquérito, levantado entre crianças e jovens, mães e professores, tudo confrontado, para válida interpretação, com os princípios que devem reger a produção de boa literatura infantil e juvenil, de que as publicações referidas não representam senão aspecto particular, criado pela indústria jornalística de nosso tempo.

III. São as seguintes, em essência, as contra-indicações encontradas nos jornais e revistas infantis e juvenis publicadas no Rio de Janeiro; a) ausência de programa definido, para cada uma das publicações, tendo em vista as responsabilidades que cada uma deva assumir do ponto de vista educativo; b) utilização muito freqüente, e até exclusiva, nalgumas das publicações, de narrativas ilustradas do gênero policial e de aventuras fantásticas, com apresentação ao vivo, em profusas ilustrações, de cenas de crime, crueldade, situações de desajustamento social, e personagens colhidas entre tipos que não deveriam de maneira alguma, ser oferecidos à curiosidade natural do espírito infantil e juvenil; c) reprodução, em alta percentagem, senão até exclusiva, (a não ser em duas das publicações), de matéria publicada em jornais ilustrados de outros países, e nesses países de origem condenada por autoridades educacionais e associações que visam à defesa da infância e da juventude; d) em consequência, apresentação de matérias em ambiente estranho ao dos leitores, à sua vida natural e normais preocupações, quer pelos tipos sociais, nem sempre recomendáveis, que exhibe, quer pelos cenários e situações que descreve; e) lingua-

gem muitas vezes descuidada, por má tradução, redação obscura, emprego de vocabulário pouco adequado às idades, a que as publicações se destinam; emprego de barbarismos dispensáveis a expressões de plebeísmo grosseiro; f) reduzida matéria, senão mesmo ausência total de matéria que tenha por cenário, ou por motivo, a vida brasileira.

IV. A investigação, realizada em franco espírito de colaboração com as empresas editoras, e que demandou, como seria natural, largo prazo, não desconhece, antes gostosamente proclama, o esforço de algumas delas em retificar o programa de suas *publicações infantis* nos últimos tempos, e, de modo especial, quanto, a uma das publicações; não pode dizer o mesmo, no entanto, quanto às *publicações juvenis*, que formalmente tem de condenar, pelas razões já apontadas.

V. As publicações infantis e juvenis, que apresentem uma ou mais das contra-indicações expostas no n. III destas conclusões, de verão ser absolutamente rejeitadas pelas bibliotecas infantis e juvenis; deverão os diretores de escola e professores orientar os pais, e mesmo alunos, segundo a idade, em relação às leituras recreativas, muito especialmente no que respeite a publicações periódicas, para que assim se crie uma esclarecida consciência pública em face do problema.

VI. A rejeição do material de leitura, acima referido, e a orientação e desejar-se, não implica na condenação *in limine* da literatura de ficção, e, mesmo de narrativas de aventuras, a que naturalmente tende o espírito juvenil, desde que, porém, tais narrativas sejam concebidas e apresentadas de forma a não prejudicar a formação da mente e do caráter.

VII. O empenho já demonstrado, por algumas empresas, em corrigir o material, que editam, para crianças e jovens, pode ser coordenada, em espírito cooperativo, por essas mesmas empresas, e com auxílio de pessoas entendidas no assunto: jornalistas, educadores, e escritores, artistas e ilustradores; na falta dessa coordenação impor-se-á a ação dos educadores, associações culturais, e mesmo a do Estado, quer no sentido de estímulo à boa produção, quer no de reprimir a circulação das publicações infantis e juvenis pouco desejáveis.

O ENSINO SUPERIOR EM 1944

O ensino superior é ministrado, no país, em universidades e em faculdades isoladas.

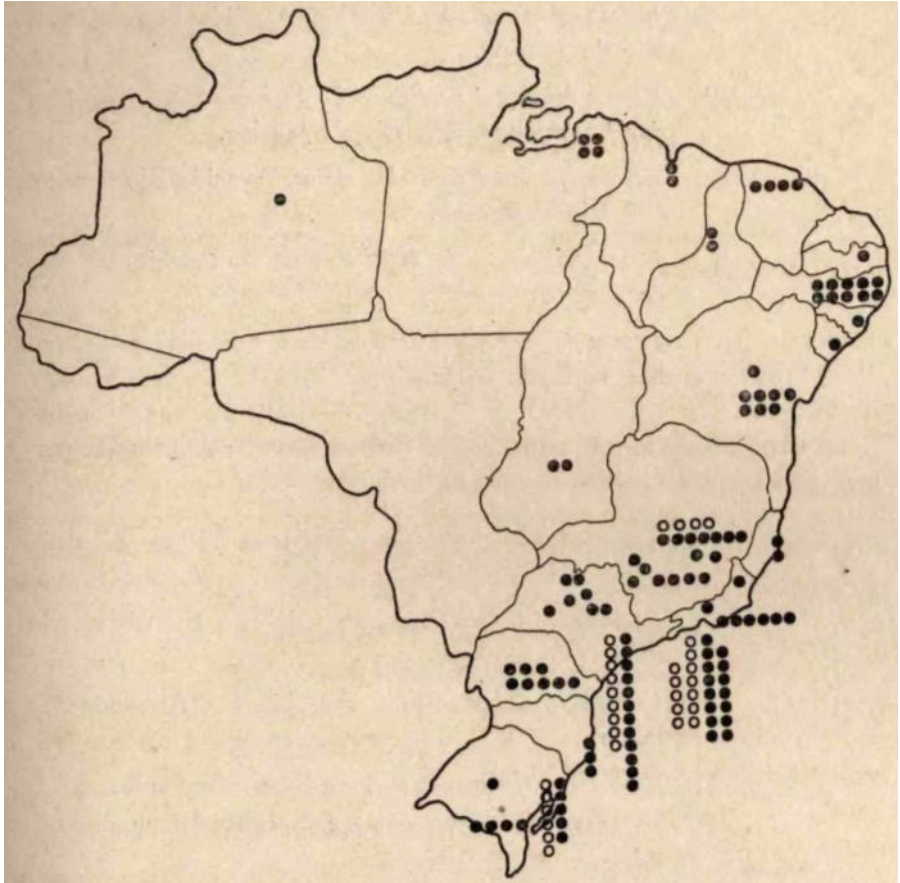
No ano de 1944, funcionaram quatro universidades com 31 escolas, e 117 faculdades isoladas.

As universidades eram as seguintes : UNIVERSIDADE DO BRASIL, mantida pela União, com sede no Distrito Federal; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, com sede na capital do Estado de São Paulo, mantida por esse Estado; UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE, com sede em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, mantida por esse Estado; e UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte, mantida por entidade particular.

I — UNIVERSIDADES

UNIVERSIDADE DO BRASIL — A Universidade do Brasil manteve os seguintes estabelecimentos :

- 1) *Faculdade Nacional de Filosofia*, Praça Duque de Caxias, Rio de Janeiro.
- 2) *Faculdade Nacional de Direito*, Rua Moncorvo Filho, 8, Rio de Janeiro.
- 3) *Faculdade Nacional de Medicina*, Avenida Pasteur, 458, Rio de Janeiro.
- 4) *Escola Nacional de Engenharia*, Largo de São Francisco, Rio de Janeiro.
- 5) *Escola Nacional de Minas e Metalurgia*, Praça Tiradentes, Ouro Preto, Minas Gerais.
- 6) *Faculdade Nacional de Farmácia*, anexa à Faculdade Nacional de Medicina, Avenida Pasteur, 458, Rio de Janeiro.



Escolas do ensino superior em dezembro de 1944 — Os círculos indicam escolas congregadas em universidades; os pontos cheios, faculdades isoladas. Ao fim do ano de 1944, havia no país, 31 faculdades, congregadas nas Universidades do Brasil (12), de São Paulo (9); de Porto Alegre (6) e de Minas Gerais (4); e 117 faculdades isoladas o que dava o total de 148 escolas de ensino superior. Dessas escolas, 16 eram de filosofia; 22, de direito; 12, de medicina; 12, de engenharia; 1, de arquitetura; 1, de minas e metalurgia; 1, de química; 11, de farmácia e odontologia; 3, de farmácia; 2, de odontologia; 2, de agronomia e medicina veterinária; 8, de agronomia; 4, de medicina veterinária; 1, de agronomia, veterinária e química industrial; 28, de administração e finanças; 8, de educação física; 4, de belas-artes; 5, de música; e 7 de enfermagem. Dezesete estabelecimentos eram mantidos pelo governo federal, 36 pelos Estados; 1, por prefeitura municipal, e 94, por entidades particulares.

- 7) *Faculdade Nacional de Odontologia*, Avenida Pasteur, 458, Rio de Janeiro.
- 8) *Escola Nacional de Química*, Avenida Pasteur, 404, Rio de Janeiro.
- 9) *Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, Rua das Laranjeiras, 323, Rio de Janeiro.
- 10) *Escola Nacional de Belas Artes*, Avenida Rio Branco, 199, Rio de Janeiro.
- 11) *Escola Nacional de Música*, Rua do Passeio, 98, Rio de Janeiro.
- 12) *Escola de Enfermeiras Ana Neri*, Rua Benedito Hipólito, 275, Rio de Janeiro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — A Universidade de São Paulo manteve os seguintes estabelecimentos :

- 1) *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*, Alameda Glete, 463, São Paulo.
- 2) *Faculdade de Direito*, Largo de São Francisco, São Paulo.
- 3) *Faculdade de Medicina*, Avenida Dr. Arnaldo, São Paulo.
- 4) *Escola Politécnica*, Rua Três Rios, São Paulo.
- 5) *Faculdade de Farmácia e Odontologia*, Rua Três Rios, 71, São Paulo.
- 6) *Escola de Obstetrícia e Enfermagem Obstétrica de São Paulo* (anexa à Faculdade de Medicina), Avenida Dr. Arnaldo, São Paulo.
- 7) *Faculdade de Medicina Veterinária*, Rua São Luiz, 79, São Paulo.
- 8) *Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz*, Piracicaba, Estado de São Paulo.
- 9) *Instituto de Higiene*, Rua Teodoro Sampaio, São Paulo.

UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE — A Universidade de Porto Alegre manteve os seguintes estabelecimentos :

- 1) *Faculdade de Filosofia de Porto Alegre*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- 2) *Faculdade de Direito*, Avenida João Pessoa, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- 3) *Faculdade de Medicina* (mantida pelo Govêrno Federal), Rua Sarmanho Leite, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- 4) *Escola de Engenharia*, Praça Argentina, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- 5) *Escola de Agronomia e Veterinária*, Avenida Bento Gonçalves, 7.712, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- 6) *Faculdade de Administração e Finanças*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS — A Universidade de Minas Gerais manteve os seguintes estabelecimentos :

- 1) *Faculdade de Direito*, Praça da República, 176, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 2) *Faculdade de Medicina*, Avenida Mantiqueira, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 3) *Escola de Engenharia*, Avenida Santos Dumont, 174, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 4) *Faculdade de Odontologia e Farmácia*, Praça da Liberdade, Belo Horizonte, Minas Gerais.

II — FACULDADES ISOLADAS

Além das 31 faculdades, compreendidas pelas Universidades do Brasil, São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais, funcionaram no país, em 1944, mais 117 institutos de ensino superior. Existiam, nesse ano, em universidade, ou isoladamente, 148 faculdades, das quais, 16 de filosofia, 22 de direito, 12 de medicina, 12 de engenharia, 1 de arquitetura, 1 de minas e metalurgia, 1 química, 3 de farmácia, 2 de odontologia, 10 de farmácia e odontologia, 8 de agro-

nomia, 4 de medicina veterinária, 2 de agronomia e medicina veterinária, 1 de agronomia, veterinária e química industrial, 28 de ciências políticas, administração e finanças, 8 de educação física, 4 de belas artes, 5 de música e 7 de enfermagem.

Dêsses estabelecimentos 94 eram mantidos por entidades privadas; 36, pelos Estados; 17 pelo Governo Federal; e 1, por prefeitura municipal .

Os estabelecimentos isolados de ensino superior assim se distribuíam pelas unidades federadas.

AMAZONAS .

- 1) *Faculdade de Direito do Amazonas*, Praça dos Remédios, 147, Manaus. (Est.) (1).

PARÁ

- 1) *Faculdade de Direito do Pará*, Praça Rio Branco, 93, Belém. (Est.)
- 2) *Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará*, Praça Dr. Camilo Salgado, 1, Belém. (Part.)
- 3) *Faculdade de Engenharia do Pará*, Belém. (Part.)
- 4) *Faculdade de Odontologia do Pará*, Praça Dr. Camilo Salgado, 1, Belém. (Est.)

MARANHÃO

- 1) *Faculdade de Direito da Fundação Paulo Ramos*, São Luís. (Part.)
- 2) *Faculdade de Farmácia e Odontologia da Fundação Paulo Ramos*, S. Luiz. (Part.)

PIAUI

- 1) *Faculdade de Direito do Piauí*, Rua Coelho Rodrigues, 1, Terezina. (Part.)
- 2) *Curso de Educação Física*, Terezina. (Est.)

(1) As abreviaturas (Fed.), (Est.), (Mun.) e (Part.) indicam, em cada caso, se o estabelecimento é mantido pelo Governo Federal, pelo Estado, Município ou entidade particular.

CEARÁ

- 1) *Faculdade de Direito do Ceará*, Praça da Bandeira, Fortaleza. (Est.)
- 2) *Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará*, Rua Barão do Rio Branco, 1.321, Fortaleza. (Part.)
- 3) *Escola de Agronomia do Ceará*, Fortaleza. (Est.)
- 4) *Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará*, Rua Liberato Barroso, 1.493, Fortaleza. (Part.)

PARAÍBA

- 1) *Escola de Agronomia do Nordeste*, Areia. (Est.)

PERNAMBUCO

- 1) *Faculdade de Filosofia, Ciências, e Letras "Manoel da Nóbrega"*, Recife. (Part.)
- 2) *Faculdade de Filosofia do Recife*, Rua Conde de Boa Vista, Recife. (Part.)
- 3) *Faculdade de Direito do Recife*, Praça do Derby, Recife. (Fed.)
- 4) *Faculdade de Medicina do Recife*, Praça Adolfo Cirne, Recife. (Part.)
- 5) *Escola Politécnica de Pernambuco*, Recife. (Part.)
- 6) *Escola de Engenharia de Pernambuco*, Rua do Hospício, 371, Recife. (Est.)
- 7) *Escola Superior de Agricultura de Pernambuco*, Recife. (Part.)
- 8) *Curso Normal de Educação Física*, Avenida Portugal, 84, Recife. (Est.)
- 9) *Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco*, Rua do Hospício, 265, Recife. (Part.)
- 10) *Faculdade de Comércio e Economia de Pernambuco*, Rua do Príncipe, 210, Recife. (Part.)

ALAGOAS

- 1) *Faculdade de Direito de Alagoas*, Praça Braulio Cavalcanti, 60, Maceió. (Part.)

SERGIPE

- 1) *Curso Superior de Administração e Finanças da Escola Técnica de Comércio "Conselheiro Orlando"*, Aracaju. (Part.)

BAHIA

- 1) *Faculdade de Filosofia da Bahia*, Avenida Joana Angélica, 183, Salvador. (Part.)
- 2) *Faculdade de Direito da Bahia*, Rua Teixeira de Freitas, Salvador. (Part.)
- 3) *Faculdade de Medicina da Bahia*, Praça 15 de Novembro, Salvador. (Fed.)
- 4) *Escola Politécnica da Bahia*, Avenida 7 de Setembro, 79, Salvador. (Est.)
- 5) *Escola de Agricultura e Medicina Veterinária*, Cruz das Almas. (Est.)
- 6) *Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia*, Salvador. (Part.)
- 7) *Escola de Música da Bahia*, Salvador. (Part.)
- 8) *Escola de Belas Artes da Bahia*, Salvador. (Part.)

ESPÍRITO SANTO

- 1) *Faculdade de Direito do Espírito Santo*, Avenida Capichaba, Vitória. (Est.)
- 2) *Escola Superior de Educação Física*, Vitória. (Est.)

RIO DE JANEIRO

- 1) *Faculdade de Direito de Niterói*, Rua Presidente Pedreira, 62, Niterói. (Part.)
- 2) *Escola de Direito Clóvis Beviláqua*, Praça Barão do Rio Branco, Campos. (Part.)
- 3) *Faculdade Fluminense de Medicina*, Rua Visconde de Morais, 101, Niterói. (Part.)
- 4) *Escola de Farmácia e Odontologia*, anexa à Faculdade Fluminense de Medicina/ Rua Visconde de Morais, 101, Niterói. (Part.)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

- 5) *Escola de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro*, Avenida Almirante Tefê, 637, Niterói. (Part.)
- 6) *Escola Fluminense de Medicina Veterinária*, Niterói, (Part.)
- 7) *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Niterói*, Rua Visconde Uruguai, 208, Niterói. (Part.)
- 8) *Faculdade de Ciências Administrativas e Financeiras de Petrópolis*, Avenida Keller, Petrópolis. (Part.)

DISTRITO FEDERAL

- 1) *Escola Nacional de Veterinária*, Avenida Pasteur, 404, Rio de Janeiro. (Fed.) (2)
- 2) *Escola Nacional de Veterinária*, Avenida Pasteur, 404, Rio de Janeiro. (Fed.) (3)
- 3) *Faculdade Católica de Filosofia*, Rua São Clemente, 226, Rio de Janeiro. (Part.)
- 4) *Faculdade de Filosofia do Instituto Lafaiete*, Rua Hadok Lobo, 296, Rio de Janeiro. (Part.)
- 5) *Faculdade de Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula*, Praia de Botafogo, 246, Rio de Janeiro. (Part.)
- 6) *Faculdade de Direito do Rio de Janeiro*, Rua do Catete, 243, Rio de Janeiro. (Part.)
- 7) *Faculdade Católica de Direito*, Rua São Clemente, 266, Rio de Janeiro. (Part.)
- 8) *Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano*, Rua Frei Caneca, 94, Rio de Janeiro. (Part.)
- 9) *Faculdade de Ciências Médicas*, Rua Cadete Ulisses Veiga, 25, Rio de Janeiro. (Part.)
- 10) *Faculdade de Ciências Econômicas da Academia de Comercio do Rio de Janeiro*, Praça 15 de Novembro, Rio de Janeiro. (Part.)
- 11) *Faculdade de Administração e Finanças da Escola de Comercio do Rio de Janeiro*, Praça da República, 60, Rio de Janeiro. (Part.)

(2 e 3) De acordo com o Decreto-lei n.º 6.155 de 30-12-1943, foram estas escolas reunidas em uma só organização, sob o título de UNIVERSIDADE RURAL, a qual compreenderá também vários institutos de pesquisa agrônoma.

- 12) *Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro*, Rua da Constituição, 71, 2.º andar, Rio de Janeiro. (Part.)
- 13) *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro*, Avenida Rio Branco, 114, 10.º andar, Rio de Janeiro. (Part.)
- 14) *Escola de Enfermeiras "Luiza de Marillac"*, Rua Dr. Satamini, 237, Rio de Janeiro. (Part.)
- 15) *Conservatório Brasileiro de Música*, Rua Araújo Porto Alegre, Rio de Janeiro. (Part.)

SÃO PAULO

- 1) *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento*, Avenida Higienópolis, 890, São Paulo. (Part.)
- 2) *Faculdade de Filosofia do Instituto "Sedes Sapientiae"*, Rua Marquês de Paranaguá, 111, São Paulo. (Part.)
- 3) *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas*, Rua Marechal Deodoro, 1.099, Campinas. (Part.)
- 4) *Escola Paulista de Medicina*, Rua Botucatu, 720, São Paulo. (Part.)
- 5) *Escola de Engenharia Mackenzie*, Rua Maria Antônia, 463, São Paulo. (Part.)
- 6) *Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara*, Rua Aurora, 95, São Paulo. (Part.)
- 7) *Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto*, Rua Américo Brasiliense, 51, Ribeirão Preto. (Part.)
- 8) *Escola Superior de Educação Física*, Alameda Visconde do Rio Branco, 393, São Paulo. (Est.)
- 9) *Faculdade de Ciências Econômicas da Escola de Comércio Álvares Penteado*, Largo São Francisco, São Paulo. (Part.)
- 10) *Faculdade de Estudos Econômicos da Escola de Comércio do Liceu Coração de Jesus*, Largo Coração de Jesus, São Paulo. (Part.)

- 11) *Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo*, anexa à *Escola de Comércio "30 de Outubro"*, Rua Oiapoc, 62 a 74, São Paulo. (Part.)
- 12) *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Campinas*, Rua Marechal Deodoro, 1.099, Campinas. (Part.)
- 13) *Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais da Escola de Comércio José Bonifácio*, Avenida Conselheiro Nébias, 20, Santos. (Part.)
- 14) *Faculdade de Ciências Econômicas do Ribeirão Preto*, Rua Duque de Caxias, Ribeirão Preto. (Part.)
- 15) *Curso Superior de Administração e Finanças da Academia de Comércio*, anexa ao Ginásio Americano de Lins, Lins. (Part.)
- 16) *Escola de Belas Artes de São Paulo*, Rua 11 de Agosto, 169, São Paulo. (Part.)
- 17) *Instituto Musical Santa Marcelino*, Rua Cardoso de Almeida, 85, São Paulo. (Part.)
- 18) *Conservatório Dramático e Musical de São Paulo*, Avenida São João, 269, São Paulo. (Part.)
- 19) *Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo*, Rua Botucatu, 720, São Paulo. (Part.)

PARANÁ

- 1) *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Rua 15 de Novembro, 1.004, Curitiba. (Part.)
- 2) *Faculdade de Direito do Paraná*, Praça Santos Andrade, Curitiba. (Part.)
- 3) *Faculdade de Medicina do Paraná*, Praça Santos Andrade, Curitiba. (Part.)
- 4) *Faculdade de Engenharia do Paraná*, Praça Santos Andrade, Curitiba. (Part.)
- 5) *Faculdade de Administração e Finanças do Paraná*, Curitiba. (Part.)
- 6) *Instituto de Agronomia, Veterinária e Química Industrial do Paraná*, Curitiba. (Est.)
- 7) *Escola de Educação Física e Desportos do Paraná*, Curitiba. (Part.)

- 8) *Faculdade de Ciências Econômicas da Academia Paranaense de Comércio*, Rua Cândido Lopes, 265, Curitiba. (Part.)

SANTA CATARINA

- 1) *Faculdade de Direito de Santa Catarina*, Florianópolis. (Part.)
2) *Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina*, Rua João Pinto, 42, Florianópolis. (Est.)
3) *Curso Superior de Administração e Finanças da Academia de Comércio de Santa Catarina*, Avenida Her-cílio Luz, 47, Florianópolis. (Part.)

RIO GRANDE DO SUL

- 1) *Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande do Sul*, Praça D. Sebastião, 58, Porto Alegre. (Part.)
2) *Faculdade de Direito de Pelotas*, Rua Conselheiro Maciel, Pelotas. (Part.)
3) *Faculdade de Farmácia de Santa Maria do Rio Grande do Sul*, Rua Floriano Peixoto, 1.184, Santa Maria. (Part.)
4) *Faculdade de Farmácia e Odontologia de Pelotas*, Rua Félix da Cunha, 762, Pelotas. (Part.)
5) *Escola de Agronomia Eliseu Maciel*, Pelotas. (Mun.)
6) *Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul*, Rua Senhor dos Passos, 248, Porto Alegre. (Est.)
7) *Escola de Educação Física*, Porto Alegre. (Est.)
8) *Faculdade de Ciências Econômicas*, Pelotas. (Part.)
9) *Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre*, Praça D. Sebastião. 12, Porto Alegre. (Part.)
10) *Faculdade de Economia do Instituto Porto Alegre*, Porto Alegre. (Part.)

MINAS GERAIS

- 1) *Faculdade de Filosofia de Minas Gerais*, Edifício da Escola Normal Modelo. Belo Horizonte. (Part.)

- 2) *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Afaria*, Rua Jacuí, Belo Horizonte. (Part.)
- 3) *Faculdade de Direito de Juiz de Fora*, Rua Batista de Oliveira, 1.117, Juiz de Fora. (Part.)
- 4) *Escola de Engenharia de Juiz de Fora*, Avenida Rio Branco, 2.040, Juiz de Fora. (Part.)
- 5) *Instituto Eletrotécnico de Itajubá*, Rua Coronel René, 1, Itajubá. (Part.)
- 6) *Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora*, Rua Espírito Santo, 379, Juiz de Fora. (Part.)
- 7) *Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas*, Rua Rafael Magalhães. Alfenas. (Part.)
- 8) *Escola de Farmácia de Ouro Preto*, Rua Costa Sena, 2, Ouro Preto. (Est.)
- 9) *Escola de Arquitetura de Belo Horizonte*, Belo Horizonte. (Part.)
- 10) *Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais*, Viçosa. (Est.)
- 11) *Escola Superior de Agricultura de Lavras* (Instituto Gamon), Lavras. (Part.)
- 12) *Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte. (Est.)
- 13) *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais*, Avenida Augusto Lima, 104, Belo Horizonte. (Part.)
- 14) *Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Finanças de Minas Gerais*, Avenida Amazonas, 302, Belo Horizonte. (Part.)
- 15) *Faculdade de Administração e Finanças da Academia de Comércio de Juiz de Fora*, Juiz de Fora. (Part.)
- 16) *Escola de Enfermagem "Carlos Chagas"*, Rua Santa Rita Durão. Belo Horizonte. (Part.)

GOIAZ

- 1) *Faculdade de Direito de Goiás*, Rua Vinte, Goiânia. (Part.)
- 2) *Escola de Enfermeiras de Assistência Social "São Vicente de Paulo"*, Goiânia. (Part.)

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS

Já se acham muito adiantadas, no quilômetro 47 da estrada Rio-São Paulo, os trabalhos de instalação da Universidade Rural de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

O professor Rye, da Universidade do Texas, ao visitar as obras no quilômetro 47, disse que nem nos Estados Unidos se levou a efeito, em época alguma, de uma só vez, como estamos fazendo, uma iniciativa assim, em proporções tão amplas.

Quando então o Sr. Ministro Fernando Costa, em 1938, dirigiu ao Sr. Presidente Getúlio Vargas a primeira exposição de motivos sobre o plano de construções do quilômetro 47, salientando a necessidade da criação de um centro de ensino agrônomico para a formação de técnicos e como base para a renovação dos métodos de cultivar a terra, o Chefe do Governo, em despacho, ponderou a conveniência da nomeação de uma comissão para estudar as condições de salubridade do terreno.

As terras escolhidas para o local de sede apresentavam um índice muito elevado de malária, que atingia a 70%.

O professor Heitor Grillo, diretor-geral do C.N.E.P.A., informou que, graças aos trabalhos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, levando avante a tarefa de saneamento da Baixada de Sepetiba e da área circunvizinha do C.N.E.P.A., obra de grande envergadura e já quase concluída, o índice de malária decresceu para 0,2% na região. Este trabalho importaria também na recuperação econômica de uma extensa área de terras, valorizando-as e preparando-as para o cultivo.

O Centro se subdivide em dois grandes órgãos: a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. A nova organização permite o melhor agrupamento e utilização dos diversos órgãos do Centro, construídos e em construção no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo e os demais órgãos espalhados pelo país e que formam a rede nacional de experimentação agrícola.

A Universidade Rural promove e estimula o progresso do ensino da agronomia e veterinária em todos os seus graus, ministrando o ensino superior da agronomia e da veterinária e mantendo curso de aperfeiçoamento e especialização para formação de especialistas e pesquisadores para as carreiras do Ministério da Agricultura e demais órgãos da Administração Pública, paraestatal e privada. Promoverá Cursos de Extensão e congêneres para agricultores, criadores e interessados na melhoria de seus conhecimentos de agricultura, pecuária e indústrias rurais. Para levar avante estes objetivos, conta a Universidade Rural com as seguintes instituições: Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Curso de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos. A Universidade Rural tem um Conselho Universitário composto dos diretores das Escolas e Cursos e de representantes dos Corpos docente e discente. O Serviço Escolar da Universidade Rural compreende todas as atividades curriculares e extracurriculares e tem, ainda, um Laboratório de Psicotécnica, inovação introduzida com a finalidade de pesquisar as aptidões individuais para aplicação prática no campo educacional profissional, especialmente quanto à seleção, formação e orientação dos estudantes. O Serviço de Desportos se incumbem de todas as atividades esportivas dos estudantes, imprimindo-lhes orientação à prática, cuidando do preparo físico dos alunos e organizando competições.

O Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas é o órgão do Centro que dirige e coordena as pesquisas agronômicas do país; promove por meio de pesquisas o progresso da agricultura; organiza programas anuais de trabalho, que correspondem às necessidades nacionais; delimita as regiões naturais típicas do País, tendo em consideração as condições agro-geológicas e climáticas; superintende os órgãos de experimentação agrícola e coopera com a Universidade Rural nos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização relacionados com as atividades de seus diferentes Institutos. Para realizar programa tão vasto, tem este Serviço os seguintes Institutos: Ecologia e Experimentação Agrícola de Química Agrícola, de Óleos, de Fermentação, e Institutos Agronômicos Regionais: do Norte, do Nordeste, do Oeste e do Sul.

Esses Institutos Agronômicos se constituirão em rede nacional de experimentação agrícola e terão cada um, como órgãos subordinados, as Estações e Sub-Estações Experimentais sediadas nas respectivas regiões.

A coordenação de todos os trabalhos experimentais far-se-á no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do C.N.E.P.A., que conta, para isso, como uma Seção de Estatística Experimental, incumbida de organizar os planos experimentais e de analisar e interpretar seus resultados.

As dependências da Sericicultura já estão em atividade, observando-se uma grande criação do bicho da seda. Há uma plantação de 300 mil pés de amoreiras e a produção de casulos é excelente. O projeto inicial, compreendia cinco pavilhões destinados à Sericicultura: o de amoreira, o de criação, o de indústria, o principal e o de casulos. Ali, agora, trabalham moças, muitas filhas de operários e trabalhadores das adjacências. O setor da Sericicultura está funcionando sob a direção do Departamento Nacional de Produção Nacional, notando-se a criação do bicho da seda de diferentes raças, aclimatadas e produzindo o melhor resultado. Existe uma pequena fábrica de fiação, trabalhando o casulo ali criado. Também está funcionando o setor de Avicultura, em instalações adequadas e construídas diretamente sob a orientação do Ministro Apolônio Sales, que é um grande entendido no assunto. Procedem-se à seleção de aves, Leghorn, Rhodes, etc, havendo, ainda, um aviário industrial com capacidade futura para 30.000 aves e que, no momento, já conta com cerca de 8.000 aves.

Por outro lado, as instalações da apicultura, já ultimadas na administração do Sr. Apolônio Sales, também se acham funcionando, com numerosas colmeias. O plano da apicultura consta de pavilhões para a sede, um laboratório para o estudo do mel e derivados e de um pavilhão especial para a criação de rainhas. O Sr. Ministro Apolônio Sales fez instalar numerosos outros apiários na área do C.N.E.P.A.

As obras, de um modo geral, estão bastante adiantadas, dependendo os prédios principais apenas do revestimento interno. Dentro do programa traçado pelo Sr. Ministro da Agricultura sobressai o projeto do parque da exposição nacional de animais, que será localizado na zona de Zootecnia, compreendendo numerosos pavilhões e um parque, formando um dos mais belos conjuntos no gênero. É projeto do Arquiteto Ângelo Murgel e está sendo orçado pelo Engenheiro José Villaça, da Comissão de Construção do Centro.

Dentro em breve, terão início as construções de uma granja leiteira e de instalações para ovinos e caprinos, obedecendo ao projeto dos zoo-technistas do D.N.P.A. A parte animal contará, ainda, com a instalação de um pequeno matadouro-modêlo, que atenderá às necessidades locais

e servirá aos trabalhos práticos dos alunos da Escola Nacional de Veterinária. No momento, ultimam-se as instalações para o aviário industrial de 20.000 aves, o maior do país, organizado segundo a moderna técnica avícola, e sob a imediata direção do Ministro Apolônio Sales. O projeto do edifício da nova Escola Nacional de Veterinária, de autoria do Arquiteto Otto Kuhn, acha-se em sua fase final. Destina-se às cadeiras de Clínica Cirúrgica e Médica, Anatomia Normal e Patológica. Microbiologia e Histologia. O projeto obedece ao mesmo estilo das demais construções do C.N.E.P.A. porém, dentro de linhas mais simples. O seu planejamento obedeceu à moderna técnica de construção de laboratório, tendo sido muito aproveitada a experiência dos norte-americanos na construção de suas universidades.

O professor Heitor Grillo informou que é desejo do Sr. Ministro Apolônio Sales transferir para o C.N.E.P.A, já em 1945, o 4.º ano da Escola Nacional de Agronomia, cujos alunos, assim, terão oportunidade de receber os últimos ensinamentos do curso no campo da prática. Para isso, estão sendo ativadas a construção do restaurante, com capacidade para 3.000 refeições diárias, bem como as instalações dos primeiros alojamentos de alunos. Nesse ponto, o Governo estudará a possibilidade da gratuidade, pelo menos, da casa para os alunos.

O projeto das instalações de Desportos está sendo elaborado pelo arquiteto Eugênio Sigaud, da Comissão de Construção do C.N.E.P.A., com a assistência do professor de Educação Física, engenheiro-agrônomo Tacarijú Tomé de Paula. As instalações serão situadas na área compreendida entre os Alojamentos de Alunos e o edifício de Engenharia Rural, e constituirão o estádio da Universidade Rural, que conterà pistas de atletismo, campo de football, de basket-ball, de volley-ball, áreas de lançamento de discos e martelo e pista para lançamento do dardo, bem como a pista rústica e outra para corridas rasas, e uma piscina. Completará este conjunto um teatro ao ar livre.

Numerosos órgãos já estão em funcionamento, e outros, que constituirão a Universidade Rural, deverão ficar concluídos nos primeiros meses deste ano. O plano geral da obra prevê, ainda, novos edifícios para os Institutos de Química Agrícola e de Fermentação, um hotel para fazendeiros, uma biblioteca central e construções complementares.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1944

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — É publicado o Aviso n.º 84, de 26-10-944, do Ministro da Aeronáutica, que declara que as inscrições para a matrícula na Escola de Aeronáutica em 1945, no 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores e no 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais Intendentes de Aeronáutica, serão reguladas pelas instruções para o Concurso de Admissão à Escola de Aeronáutica, aprovadas pelo Aviso 98, de 18-7-942.

4 — É publicada a Portaria n.º 490, de 3-11-944, do Ministro da Educação, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção preliminar, ao Ginásio Sagrado Coração de Jesus, com sede em S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

6 — É publicada a Portaria n.º 369, de 26-10-944, do Ministro da Aeronáutica, que altera as instruções para o funcionamento do C.P.O.R.A., baixadas em Portaria n.º 47, de 7-2-944.

10 — É publicada a Ata de 23-10-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 1.ª sessão da 3.ª reunião ordinária do ano.

14 — É publicada a Ata de 3-11-944, do Conselho Nacional de Educação, re-

lativa à 2.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

16 — É publicada a Circular n.º 3, de 8-11-944, do diretor da Divisão de Ensino Comercial, que dispõe sobre o serviço de inspeção nos estabelecimentos de ensino comercial.

17 — É publicado o Decreto-lei número 7.049, de 14-11-944, que reorganiza a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, criada pelo Decreto n.º 24.156, de 23-4-934.

17 — É publicado o Decreto n.º 17.142, de 14-11-944, que aprova o regulamento da Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, a que se refere o Decreto-lei n.º 7.049, de 14-11-944.

17 — É publicado o Decreto n.º 17.143, que proíbe o funcionamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Alagoas, com sede em Maceió, no Estado de Alagoas.

17 — É publicada a Portaria n.º 832, de 13-11-944, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do curso avulso de amadores e tratoristas, baixadas pelo dire-

tor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

17 — É publicada a Portaria n.º 833, de 13-11-944, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do curso avulso de Técnica de Laboratório em Fitopatologia, Microbiologia agrícola e Microbiologia sistemática, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

17 — É publicada a Ata de 6-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 3.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

18 — É publicado o Decreto n. 11.383, de 19-1-943, que concede equiparação à Escola Profissional Masculina, com sede em Recife, no Estado de Pernambuco, e muda-lhe a denominação para Escola Industrial de Pernambuco.

18 — É publicada a Ata de 10-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 5.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

20 — É publicado o Decreto n.º 17.145, de 14-11-944, que autoriza o funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia do Recife, com sede em Recife, no Estado de Pernambuco.

21 — É publicada a Portaria n.º 508, de 17-11-944, do Ministro da Educação, que expede instruções sobre o regime de estudo dos estudantes convocados e incorporados às forças armadas.

21 — É publicada a Ata de 17-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 7.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

21 — É publicado o Aviso n.º 3.534, de 18-11-944, do Ministro da Guerra,

que extingue o Curso de Motoristas anexo ao Serviço Central de Transportes do Exército.

23 — É publicado o Decreto n.º 17.203, de 21-11-944, que proíbe o funcionamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, com sede em Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

23 — É publicado o Decreto n.º 17.204, de 21-11-944, que proíbe o funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus, com sede em Manaus, no Estado do Amazonas.

23 — É publicado o Decreto n.º 17.205, de 21-11-944, que proíbe o funcionamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Campos, com sede em Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

24 — É publicado o regimento da Reunião de Educação Física promovida pela Divisão de Educação Física.

27 — É publicada a Ata de 13-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 6.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

27 — É publicada a Ata de 20-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 8.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

28 — É publicada a Portaria n.º 501, de 8-11-944, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida ao curso de auxiliar do comércio da Escola N. S. do Amparo, com sede em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

29 — É publicado o Decreto-lei número 7.082, de 27-11-944, que dispõe sobre o regime escolar no ensino superior.

29 — É publicado o Decreto n.º 17.206, de 21-11-944, que concede reconhecimento aos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia da Bahia, com sede em Salvador, no Estado da Bahia.

29 — É publicada a Ata de 22-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 9.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

29 — É publicada a Ata de 24-11-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 10.ª sessão da 3.ª reunião extraordinária do ano.

30 — É publicado o Decreto n.º 16.622, de 19-9-944, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio da Imaculada Conceição, com sede em Fortaleza, no Estado do Ceará.

30 — É publicado o Decreto n.º 17.256, de 28-11-944, que cassa a autorização concedida ao Colégio Municipal de Pindamonhangaba para funcionar, sob regime de inspeção preliminar, como colégio.

30 — É publicada a Portaria n.º S08, de 17-11-944, do Ministro da Educação, que expede instruções sobre o regime de estudos dos estudantes convocados e incorporados às forças armadas.

30 — É publicado o Decreto n.º 17.257, de 28-11-944, que proíbe o funcionamento da Academia Livre de Farmácia e Odontologia de Belo Horizonte, com sede em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

30 — É publicada a Portaria n.º 463, de 13-11-944, do diretor geral do De-

partamento Nacional de Educação, que dispõe sobre os pedidos de verificação prévia, para efeito de concessão de reconhecimento a estabelecimento de ensino comercial.

30 — É publicada a Portaria n.º 535, de 29-11-944, do Ministro da Educação, que dispõe sobre os concursos de habilitação para matrícula nos cursos do ensino superior, no ano escolar de 1945.

30 — É publicada a Portaria n.º 386, de 16-8-944, do Ministro da Educação, que dispõe sobre os concursos de habilitação para matrícula nos cursos do ensino superior, no ano escolar de 1945.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4 — É publicado o Decreto-lei número 1.061, de 3-11-944, do Estado de Pernambuco, que abre crédito de trinta mil cruzeiros para auxiliar a Sociedade Beneficente de Artistas e Operários de Olinda na construção de pavilhões para ensino industrial.

4 — É publicado o Decreto n.º 1.269, de 3-11-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 15.000,00 à Federação Acadêmica de Pelotas.

5 — É publicado o Decreto-lei n.º 511, de 3-11-944, do Estado de Sergipe, que abre crédito especial de Cr\$ 130.000,00 para pagamento de material para o Serviço de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência e dá outras providências.

5 — É publicada a Portaria do Secretário da Educação e Saúde do Estado de Minas Gerais, que baixa instruções para os trabalhos de promoções e exames nas Escolas Normais do Estado.

6 — O Diretor de Educação do Estado do Paraná concede licença para funcionamento da escola particular " São João", município de Palmeira.

8 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 51, de 7-11-944, do diretor do Departamento de Educação Primária do Distrito Federal, que dispõe sobre um curso de inglês a cargo da professora Amália Caminha Machado da Costa, através da PRD-5.

8 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 52, de 7-11-944, do diretor do Departamento de Educação Primária do Distrito Federal, que dispõe sobre os exames de promoção e conclusão de curso.

10 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 5, de 9-11-944, do diretor do Departamento de Difusão Cultural do Distrito Federal, que expede instruções para os exames de promoção e conclusão de curso dos alunos dos Cursos Técnicos para Adultos.

10 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 27, de 9-11-944, do diretor do Departamento de Educação Técnico-profissional do Distrito Federal, que dispõe sobre a matrícula, em 1945, nas escolas técnicas masculinas do D.E.T.

10 — É publicado o Decreto-lei número 868, de 9-11-944, do Estado do Piauí, que concede o auxílio de quinze mil cruzeiros ao Instituto Monsenhor Hípólito, de Picos.

10 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em circular dirigida aos técnicos de educação do Estado, expede as instruções para a organização das colônias de férias em 1945.

10 — É assinado decreto do governo do Estado de São Paulo que cria uma escola industrial em Piracicaba.

11 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 6, de 9-11-944, do diretor do Departamento de Difusão Cultural do Distrito Federal, que expede instruções para os exames de promoção e conclusão de curso dos alunos dos Cursos Elementares para Adultos.

11 — É publicado o Decreto n.º 1.286, de 11-11-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 4.500,00 à União Estadual de Estudantes.

12 — É publicado o Decreto-lei número 621, de 11-11-944, do Estado da Paraíba, que concede a subvenção de seis mil cruzeiros anuais à Escola Normal Livre " Santa Rita", da cidade de Areia.

12 — É publicado o Ato n.º 1.772, de 11-11-944, do Estado de Pernambuco, que dá a denominação de " Professor Manuel Queirós" às Escolas Reunidas em construção em Menissobal.

12 — É publicada a Portaria n.º 53, de 23-10-944, do Departamento de Educação do Território de Guaporé, que determina a distribuição de prêmios aos vencedores da " Maratona Intelectual de 1944".

12 — É publicada a Portaria n.º 56, de 30-10-944, do Departamento de Educação do Território de Guaporé, que autoriza a organização de um Posto de Ensino para adultos em lata, no quilômetro n.º 340 da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

14 — São publicadas as Instruções n.º 1, de 11-11-944, do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Fe-

deral, que determinam as condições exigidas para o exame de admissão e matrícula no Instituto de Educação.

14 — É publicado o Decreto-lei número 1.168, de 13-11-944, do Estado de Santa Catarina, que concede auxílio de Cr\$ 20.000.00 ao Clube Náutico " Mar-cílio Dias", de Itajaí, para prosseguimento das obras de seu estádio.

14 — É publicado o Decreto n.º 3.060, de 13-11-944, do Estado de Santa Catarina, que muda o nome do Curso Provisório de Educação Física de Santa Catarina para Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

14 — É publicado o Decreto n.º 3.061, de 13-11-944, do Estado de Santa Catarina, que equipara aos congêneres oficiais o Curso Complementar anexo ao grupo escolar " Alberto Torres" da cidade de Brusque.

17 — É publicado o Decreto-lei número 14.290, de 16-11-944, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a reorganização do ensino primário na Prefeitura Sanitária de São José dos Campos.

17 — É publicado o Decreto n.º 1.332, de 16-11-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede um auxílio de ... Cr\$ 12.000,00 à Escola Dramática do Rio Grande do Sul.

18 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 28, de 17-11-944, do diretor do Departamento de Educação Técnico-profissional do Distrito Federal, que dispõe sobre exames finais de 1.ª época de cultura geral e cultura técnica, para promoção de uma a outra série escolar e para efeito de conclusão de curso.

18 — É publicado o Decreto-lei número 1.342, de 18-11-944, do Estado do

Amazonas, que abre o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para assistência a colégios, escolas e diversas associações.

18 — É publicado o Decreto n.º 2.020, de 17-11-944, do Estado do Rio de Janeiro, que determina a organização de uma comissão para elaborar a legislação específica do Magistério Estadual.

20 — O governo do Estado de São Paulo autoriza a construção dos prédios dos grupos escolares das Vilas Falcão e Bela Vista, em Baurú.

20 — É publicado o Decreto n.º 1.342, de 20-11-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Reitoria da Universidade de Porto Alegre para atender a despesas com cursos de extensão universitária.

21 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 29, de 20-11-944, do diretor do Departamento de Educação Técnico-profissional do Distrito Federal, que dispõe sobre inscrições para os exames vestibulares dos candidatos à matrícula nos Cursos Industriais Básicos.

21 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 30, de 20-11-944, do diretor do Departamento de Educação Técnico-profissional do Distrito Federal, que dispõe sobre os exames de admissão para matrícula na E.E.T.P. "Amaro Cavalcanti".

21 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 57, de 20-11-944, do diretor do Departamento de Educação Primária do Distrito Federal, que expede instruções gerais para os exames de promoção e conclusão de curso primário.

21 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola noturna mas-

culina da Usina Sto. Antônio, no município de Campos.

21 — É publicado o Decreto n.º 1.334, de 20-11-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Associação Riograndense de Música.

21 — É assinado o Decreto n.º 1.344, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Sociedade Esportiva e Literária da Escola Preparatória de Porto Alegre.

21 — É publicado o Decreto-lei número 1.211, de 20-11-944, do Estado de Minas Gerais, que abre crédito especial para pagamento das despesas com a reforma do grupo escolar " Bernardo Monteiro", de Belo Horizonte.

21 — É publicado o Decreto n.º 2.134, de 20-11-944, do Estado de Minas Gerais, que reconhece como de 1.º grau a Escola Normal " Darci Vargas", de Itabirito.

21 — É publicado o Decreto n.º 2.13S, de 20-11-944, do Estado de Minas Gerais, que reconhece como de 1.º grau a Escola Normal anexa ao Colégio Municipal de Alfenas.

22 — É publicada a Portaria n.º 361, de 21-11-944, da Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, que cria um curso intensivo de Pré-Orientação Profissional.

22 — É assinado o Decreto n.º 1.348, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio ao Departamento Estadual de Educação Física para atender a despesas com a Semana da Pátria.

22 — É publicado o Decreto n.º 2.136, de 21-11-944, do Estado de Minas Gerais, que determina a instalação do grupo escolar criado na cidade de Cordis-burgo.

23 — É publicado o Decreto-lei número 1.073, de 22-11-944, do Estado de Pernambuco¹, que abre créditos suplementares de sete mil e cinco cruzeiros destinados ao Colégio Estadual de Pernambuco.

24 — É publicado o Decreto número 14.308, de 23-11-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de " Florestano Libutti" ao grupo escolar da Carmo, em Araraquara.

24 — É publicado o Decreto número 14.309, de 23-11-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de " Adalberto Nascimento" ao grupo escolar de Taquaral, em Campinas.

24 — É publicado o Decreto número 14.310, de 23-11-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de " Cônego Barros" ao 5.º grupo escolar de Ribeirão Preto.

25 — É publicada a ordem de serviço n.º 31, de 24-11-944, do diretor do Departamento de Educação Técnico-profissional do Distrito Federal, que expede instruções para os exames vestibulares nas Escolas Técnicas da Prefeitura do Distrito Federal, em 1945.

26 — É publicado o Ato n.º 1.829, de 25-11-944, do Estado de Pernambuco, que dá o nome de " Padre Ibiapina" às Escolas Reunidas do município de Jurema .

28 — É publicado o Decreto-lei de 21-11-944, do Estado do Piauí, que abre crédito suplementar de quinze mil cruzeiros ao Departamento do Ensino.

30 — É publicado o Decreto-lei número 1.349, de 28-11-944, do Estado do Amazonas, que abre crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00 para melhoramen-

tos do Instituto Benjamin Constant e outras obras de assistência social.

30 — É publicada a Resolução n.º 12, de 28-11-944, do Prefeito do Distrito Federal, que dispõe sobre espetáculos de bailados, concertos, instrumentais e vocais, concertos de discos e exibições cinematográficas ao ar livre.

30 — O Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná concede licença para o funcionamento da escola Israelita Brasileira, de Curitiba.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 — A Prefeitura Municipal de Palmas (Paraná) cria uma escola na localidade de Agudo com a denominação de "Escola Presidente Getúlio Vargas".

3 — A Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) faz doação de parte do material para construção da sede do Orfeão Rio Grandense.

IV — NOTICIÁRIO

1 — Encerra-se o Congresso Pedagógico de Ibitinga (São Paulo).

1 — Funda-se em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) a Associação Cristã de Acadêmicos.

1 — Visita Belo Horizonte (Minas Gerais) uma caravana da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

2 — Inaugura-se em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) a III Assembléia Democrática Estudantil.

3 — É instituído o "prato de sopa" no Grupo Escolar "Visconde de Taunay" em São Paulo.

5 — Encerra-se a III Assembléia Democrática Estudantil em Ponto Alegre (Rio Grande do Sul).

6 — O Colégio "Dom Bosco" de Cachoeira (Minas Gerais) comemora o seu jubileu escolar.

8 — Realiza-se o lançamento da pedra fundamental da nova escola de aprendizes de marinheiros na Ilha Almirante Guilhem, em Recife (Pernambuco).

8 — É inaugurada a Biblioteca Científica do Centro de Saúde Modêlo de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

9 — Inaugura-se em Natal (Rio Grande do Norte) o novo prédio do Instituto João Maria, do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, construído pela L.B.A.

10 — É inaugurado o novo edifício da Escola Canadá, no Distrito Federal.

10 — É inaugurado o novo prédio do Jardim de Infância Campos Sales, no Distrito Federal.

10 — É inaugurada a primeira Escola-Hospital do Distrito Federal.

10 — É inaugurado em Recife (Pernambuco) o grupo escolar modêlo "D. Vital".

10 — É inaugurada a Escola Industrial de Recife (Pernambuco).

10 — É lançada a pedra fundamental do edifício em que funcionará o Colégio Estadual de Sergipe, em Aracajú.

10 — Em Reserva (Paraná), é lançada a pedra fundamental do novo prédio do grupo escolar.

10 — É inaugurado o prédio do grupo escolar de Tereza Cristina (Paraná).

10 — Inaugura-se o 1.º Salão Paranaense de Belas Artes em Curitiba (Paraná).

10 — Em Paranaguá (Paraná), é lançada a pedra fundamental da escola "29 de Julho".

10 — São lançadas, no Rio Grande do Sul, as pedras fundamentais dos seguintes grupos escolares: "Venezuela" e "Rio Branco", em Porto Alegre; do distrito de Cacequi, em S. Gabriel; e da sede do município de Caí.

10 — É inaugurado o novo edifício do Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá.

13 — Uma turma de alunos do Instituto Eletrotécnico de Itajubá (Minas Gerais) visita várias obras e serviços públicos de engenharia no Estado do Rio de Janeiro.

14 — O Seminário de São Paulo comemora o seu 88.º aniversário.

15 — É inaugurada em Niterói (Estado do Rio de Janeiro) a Escola Operária "Lydia de Oliveira".

15 — Notícia-se que foi inaugurada a Escola Técnico Profissional "Betim Paes Leme" na vila Arroio dos Ratos em São Jerônimo (Rio Grande do Sul).

17 — É oficialmente instalado o grupo escolar "Onofre Pires", em Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

19 — Realiza-se no Rio de Janeiro a solenidade de encerramento do Congresso de Brasilidade.

22 — É comemorado o 64.º aniversário do antigo Liceu de Humanidades de Campos (Estado do Rio de Janeiro).

23 — É lançada a pedra fundamental do novo prédio do Ginásio Maranhense, em São Luiz (Maranhão).

23 — Realiza-se um torneio educativo entre os grupos escolares de Natal (Rio Grande do Norte).

25 — Notícia-se a instalação da primeira cooperativa agrícola escolar no Território do Amapá.

26 — É inaugurada em Belo Horizonte (Minas Gerais) uma Exposição de Livros Infantis e Desenhos de Crianças.

29 — Instala-se o Congresso de Educação Rural em Joazeiro (Ceará).

29 — É inaugurada em Ivaí (Paraná) uma escola para trabalhadores rurais.

29 — O Professor Alcindo Vieira é empossado no cargo de Reitor da Universidade de Minas Gerais.

30 — O Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul comparece ao lançamento da pedra fundamental de um grupo escolar em Rosário.

INFORMAÇÃO DO PAÍS

DISTRITO FEDERAL

A Associação Brasileira de Educação está fazendo realizar o seu 6.º curso de

férias para o professorado primário do país.

Como nos três últimos anos, o curso de 1945 está sendo transmitido pelo

serviço de Rádio Difusão Educativo do Ministério da Educação.

O curso abrange seis séries de palestras, a saber:

Série A — Fundamentos da educação, compreendendo Biologia Educacional (cinco palestras, a cargo do Professor Alair Acioli Antunes) ; Psicologia Educacional (cinco palestras a cargo do Professor Lourenço Filho) ; Sociologia Educacional (cinco palestras pelo Professor Celso Kelly).

Série B — Figuras da América — Trinta palestras focalizando os vultos proeminentes das nações da União Pan-Americana, a cargo do Professor Roberto Assumpção.

Série C — Controvérsias pedagógicas — Dez palestras em que serão estudadas questões controvertidas no campo pedagógico, com a colaboração dos técnicos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Série D — Música Brasileira — Dez palestras sobre a música no nosso país, a cargo do Professor Luiz Heitor.

Série E — Recreação infantil — Dez palestras do Professor Dante Costa.

Série F — Fontes de Vida no Brasil — Quinze palestras estudando os gêneros de vida e recursos econômicos do Brasil, colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESPÍRITO SANTO

O Interventor Federal no Estado do Espírito Santo assinou um decreto-lei criando mais duzentas escolas de ensino primário, e abriu os créditos necessários para as respectivas instalações.

MARANHÃO

A apuração da estatística do ensino primário, no ano de 1943, ofereceu os seguintes dados acerca da instrução a

cargo dos municípios maranhenses: 493 estabelecimentos de educação municipal, com 495 unidades escolares. Destas, 2 eram de curso pré-primário infantil, 478 de curso fundamental comum, 2 de ensino complementar e 13 de ensino fundamental supletivo. O corpo docente era constituído de 588 professores, dos quais 95 normalistas. A matrícula efetiva foi de 10.734 do sexo masculino e 11.084 do feminino. Quanto à frequência média, foi, em 1943, de 7.036 alunos do sexo masculino e 7.516 do feminino. As promoções subiram a 5 543; concluíram o curso 1.739 alunos.

O ensino fundamental comum foi ministrado por 478 estabelecimentos municipais, sendo 14 na Capital e 464 no interior do Estado. O município com maior número de escolas municipais dessa categoria é o de Pedreiras, com 26 estabelecimentos, seguindo-se Codó, com 20 e Coroatá, com 19.

RIO GRANDE DO SUL

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou mais 24 grupos escolares, sendo 20 de 1.º estágio, um de 3.º, e três de 4.º; dois desses estabelecimentos serão localizados no município de Porto Alegre.

SÃO PAULO

Realizou-se nos dias 13 e 14 de janeiro do corrente ano, em São Carlos, no Estado de São Paulo, o I Congresso de Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado, reunião em que se discutiram, entre outros, os seguintes problemas: fundação da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo; reivindicação dos professores-chefes de Educação das normais livres, em face do crescente aumento de atribuições; restabelecimento das congregações e

conselhos técnicos; melhoria de laboratórios, bibliotecas e salas ambientes, aulas práticas para biologia; abono familiar; aproveitamento de professores habilitados em recentes concursos; aproveitamento dos professores do antigo curso complementar; solução para o caso dos preparadores, quanto à estabilidade

e remuneração; provimento dos cargos de diretores de ginásio, quanto à exigência do candidato ser normalista; direito de matrícula nas faculdades de filosofia aos normalistas; elevação do nível de ensino; melhoria da situação econômica dos funcionários administrativos do ensino secundário.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

ARGENTINA

Foi recentemente criada, por indicação do Conselho Nacional de Educação, a "Escola Superior del Magistério", que se destina a formar diretores e inspetores para as escolas argentinas. Os programas para essa formação incluem uma parte de integração cultural e uma parte técnica.

A Escola Superior del Magistério, que tem sede em Buenos Aires, abriu matrícula para 250 alunos, sendo 200 dessa capital e arredores, e 50, do interior do país. A direção do novo estabelecimento é acumulada pelo reitor do Instituto Nacional del Profesorado Secundário, que vem, há longos anos, preparando os professores desse grau de ensino, com notável eficiência.

COLÔMBIA

A Universidade de Antioquia, Colômbia, está fazendo funcionar, com pleno êxito, uma "seção circulante" em sua biblioteca, que figura entre as melhores do país.

HONDURAS

O governo de Honduras aderiu ao Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância, com sede em Montevideo, instituição que vem realizando trabalhos dos mais profícuos, em bene-

fício do estudo dos problemas da criança, e que funciona como um grande centro de informação e de documentação relativas ao assunto.

PARAGUAI

Regressaram ao país, depois de uma estada de dez meses, no Brasil, onde realizaram cursos de aperfeiçoamento em educação, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, doze professores do magistério oficial.

PORTUGAL

O Secretário Nacional de Informação e Cultura aprovou o plano de atividades da seção brasileira no corrente ano, a qual na parte editorial, inclui quatro cadernos da coleção Atlântica. Um dos cadernos é sobre Geografia Brasileira, pelo Professor Orlando Ribeiro; outro, uma breve história da Música Brasileira, por Gastão Bettencourt; o terceiro, uma Antologia sobre as melhores páginas de autores brasileiros sobre Portugal; o último, um álbum ilustrado sobre os melhores quadros da moderna pintura brasileira.

SALVADOR

A "campanha do selo", em benefício de obras da Associação Nacional Pro-Infância, tem produzido excelentes resul-

tados, desde dezembro de 1942, quando foi organizada. Já foram instalados vários centros de assistência pré-natal e estão em construção diversas creches, com os resultados do fundo mantida pela referida campanha.

URUGUAI

O governo do Uruguai estabeleceu, com caráter obrigatório, o exame radio-gráfico torácico para os alunos de todas as suas escolas. Este cuidado, aliás, já era hábito introduzido nas escolas do país, mas não surtia o efeito desejado porque o mesmo era facultativo, deixando assim de ser um controle eficiente e, como tal, incapaz de solucionar o problema.

O exame referido será feito pelo Departamento Escolar da Divisão de Higiene do Ministério da Educação e Saúde Pública, com a colaboração do Serviço de Radiografia de Coletividades e da Comissão Nacional de Educação Física. Cada ano, os alunos que iniciem seus cursos deverão apresentar, juntamente com o pedido de matrícula respectiva, o certificado da Clínica de Educação Física, no qual constará se os mesmos estão em condições de realizar exercícios ginásticos e de que natureza. Os alunos dos demais anos serão examinados pelo Departamento Escolar, em conexão com o Serviço de Radiografia. Todos os exames radiológicos deverão ser repetidos anualmente.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDO DE AZEVEDO, *A Cultura brasileira*, 2.^a edição, São Paulo, 1944, Cia. Editora Nacional, 529 pgs.

Para que os resultados do recenseamento geral de 1940 ganhem maior expressão, pelo confronto com os de ante-ecedentes históricos relativos à formação do povo brasileiro, resolveu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela Comissão Censitária Nacional, fazer preceder a publicação daqueles resultados da de vários estudos sob a forma de bem elaboradas monografias. O presente trabalho é o primeiro desses estudos, e apareceu como tomo inicial do I volume da coleção, primeiramente em edição do I.B. G.E., e agora, em nova tiragem, pela Cia. Editora Nacional.

Nele se estuda, em vigorosa síntese, a cultura nacional. Muito acertadamente, deu-se o encargo de compô-lo ao Professor Fernando de Azevedo, da Universidade de São Paulo. Difícilmente se poderia encontrar escritor que reunisse, como esse, as condições necessárias para o empreendimento. Fernando de Azevedo possui, a um tempo, as luzes do cientista, especialmente habilitado para obra do gênero, o cuidado e o gosto da pesquisa, e as excelências do expositor claro e elegante.

O cientista se revela, desde logo, no valioso plano da obra. Seria preciso delimitar a conceituação de "cultura",

variável de umas para outras escolas de sociologia, e, ainda nestas, segundo cada autor, suscetível de nuances. Em bem lançada Introdução, de menos de vinte páginas, é proposto o problema, e examinado por todas as faces, para fixação do ponto de vista em que haveria de colocar-se o autor. Esse ponto de vista é o da concepção clássica, francesa e alemã, já enunciado por HUMBOLDT, quando estabeleceu a distinção entre cultura e civilização: " esse estado em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes ".

Fixado esse modo de ver, passa o livro a estudar, em três partes distintas, os fatores da *cultura* (país, raça, trabalho humano, formações urbanas, evolução social e política, psicologia do povo brasileiro) ; *a cultura*, em suas grandes manifestações (instituições e crenças religiosas, vida literária, cultura científica, cultura artística) ; e, enfim, *a transmissão da cultura*, parte esta em que examina o sentido da educação colonial, as origens das instituições escolares, a descentralização e dualidade de sistemas, a renovação e unificação do sistema educativo, o ensino geral e os ensinos especiais. Em qualquer destas seções da obra, é de notar a riqueza do material examinado e a atitude serena e isenta do pesquisador. Se, como observa, com profunda verdade, " uma

hora de síntese supõe anos de análise", o trabalho para a feitura deste livro, escrito em prazo relativamente curto, não teria começado quando recebido o encargo de escrevê-la, mas, já teria começado muitos e muitos anos antes, desde o momento em que, por suas tendências naturais de espírito e o exercício do ensino e da pesquisa em sociologia, o autor se dispunha a estudar o complexo da civilização e da cultura nacional.

Sobre essa base de documentação necessária e, assim, clara visão dos fatos e de sua classificação, não se deixou o autor levar, em todo o conjunto, pelas preferências de seu espírito, os de grupos ou escolas. Proceder, sim, a uma análise — que poderá ser discutida, é certo, em vários pontos — mas, sem-pre liberta de tais prejuízos. A proposição geral da matéria, quer no conjunto e quer em cada uma das partes e, ainda, nos seus distintos capítulos, há de levar, assim, críticos e comentadores a exame também impensoal no plano dos princípios.

Para obra deste gênero, não poderia haver posição mais acertada. E, como tal, este grande estudo, modestamente apresentado com o subtítulo "Introdução ao estudo da Cultura no Brasil", há de permanecer como das obras mais significativas que, em qualquer tempo, já se tenham escrito sobre o grande tema que propõe, ou ainda quando tais obras hajam versado aspectos particulares ou trechos limitados da evolução nacional.

O autor não esconde as dificuldades, que teve de enfrentar, à falta de estudos monográficos, sobre tal ou qual aspecto particular do tema. E sabe que, em obra de síntese, em que há o duplo objetivo de verificar conhecimentos dispersos e de abandonar tudo que é secundário, inexpressivo ou acessório, para só fixar o essencial, há o perigo da exposição quase esquemática, e, por isso mesmo, o pe-

rigo também da interpretação apressada. A impressão geral dominante, que fica ao leitor, depois de exame cuidadoso da matéria, é a de foram evitados um e outro desses escolhos.

Por outro lado, em trabalho tão vasto, haveria de cuidar-se da linguagem, não e só na sua pureza, mas no seu movimento, ou na variedade de seus efeitos, a fim de que leitura não se tornasse fatigante. Neste ponto, como nas demais, a obra se recomenda; o estilo é sempre digno e sóbrio, perfeitamente adequado a cada aspecto, variado em seu ritmo e nas suas tintas.

Toda a matéria contida no volume interessa aos educadores. A terceira parte, no entanto, em que se apresenta o estudo da "transmissão da cultura", e que compreende cinco grandes capítulos, despertar-lhes-á, pela própria natureza dos temas, maior curiosidade, pois representa magnífica síntese da evolução da educação nacional.

A publicação deste I tomo faz prever o que será de futuro, a opulenta coleção que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela Comissão Censitária Nacional, está fazendo editar. Mantida esta elevada orientação, como sem dúvida o será, as duas séries de publicações do Recenseamento de 1940 passarão a constituir o mais completo estudo, de ordem geral, que já se tenha levantado sobre as coisas e a vida da cultura no Brasil.

O trabalho das oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., tanto na composição e impressão, como na documentação fotográfica, é primorosa e sempre adequada ao texto. A este respeito, cabem ainda os melhores encômios aos responsáveis pela publicação, sem que se deixe de mencionar o Conselho Brasileiro de Geografia, cujos arquivos permitiram, em grande parte, as ilustrações do trabalho.

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

EDUCAÇÃO E MAGIA NAS CERIMONIAS DE INICIAÇÃO

Em todos os povos, nos civilizados como nos primitivos, existe a constante preocupação de se transmitir às novas gerações o patrimônio cultural elaborado durante longo período de vida comunitária. É a isso que chamamos socialização ou simplesmente educação. Para garantia da unidade e continuidade do grupo, que é o fim primordial da educação, cumpre que a juventude seja homogeneizada e integrada na vida social. Sômente assim é possível a perpetuação das instituições, das crenças religiosas, dos valores morais aceitos pela comunidade.

Nas sociedades civilizadas, como a nossa, a educação visa a desenvolver de preferência as forças físicas, a capacidade mental e a vontade moral do adolescente, e a transmitir-lhe os conhecimentos e habilidades profissionais de que precisa para se tornar um elemento útil à sociedade. Por sua vez, o homem primitivo, antes de mais nada procura munir o jovem de faculdades mágicas destinadas a proporcionar-lhes maior facilidade e segurança, na satisfação das necessidades e a protegê-lo com maior eficácia contra as influências malélicas dos inimigos e dos maus espíritos, que o ameaçam constantemente de todos os lados. Ao mesmo tempo, transmite-lhe os padrões de comportamento peculiares à cultura tribal.

Entre os povos primitivos, os conhecimentos e as habilidades ligadas à cultura material, como a técnica da fabricação e o manejo dos utensílios e das armas de caça e de guerra, se adquirem sobretudo pela imitação "instinto social" que faz com que a criança, antes de chegar à puberdade, "aprenda brincando" todas essas habilidades. A criança índia, participando desde cedo de todos os trabalhos dos adultos, manejando o seu pe-queno arco com flechas, ou carregando a sua pequena canastra, constitui, neste sentido, "um homem adulto em ponto pequeno". Êste abismo divisório entre crianças e adultos, que é a maior prova da incapacidade pedagógica dos chamados povos civilizados, não existe nos chamados povos primitivos" (Herbert Baldus, " Ligeiras notas sôbre os índios Tapirapé", Rev. do Arch. Mun. XVI p. 111).

Não se dá o mesmo quanto a outros aspectos da educação. Na educação moral e religiosa, p. ex., é comum a aplicação de recursos mágicos. Em algumas sociedades, a educação pela magia começa logo nos primeiros dias após o nascimento de uma criança, chegando, todavia, ao ponto culminante quando o jovem é admitido à comunidade dos adultos. A iniciação tribal do rapaz nos mistérios religiosos do grupo, para que garanta a perpetuação da tradição tribal e constitua um elo na corrente que liga os antepassados à posteridade, constitui um

movimento de extraordinária importância na vida do indivíduo. Nessa ocasião morre o imaturo e nasce o homem maduro. Tão incisiva é a iniciação tribal que por muitas tribos é chamada de "segundo nascimento" e às vezes acompanhada por práticas que simbolizam a morte e a ressurreição. Cria-se uma nova personalidade com qualidades novas muitas vezes até com nome novo.

Os vários ritos que integram as cerimônias de iniciação — como reclusão, jejum, torturas etc. visam todos a essa transformação do imaturo em indivíduo adulto. Trata-se de recursos mágicos, destinados, por sua vez, a intensificar as faculdades mágicas do indivíduo, pre-parando-o para a vida sexual, como pa-ra os misteres da caça, da guerra, etc. Além disso, as diferentes práticas rituais visam igualmente a educar o candidato para uma atitude impassível diante dos sofrimentos que lhe trará a vida de adulto.

O papel da magia nos ritos de iniciação aparece com muita clareza no exemplo dos Taulipang, tribo indígena das regiões limítrofes do Brasil senten-trional, admiravelmente estudada por Theodor Koch-Gruenberg. Na obra principal deste etnólogo, " Von Roraima zum Orinoco" (vol. 3.º, p. 121 ss. 128 ss.), vem descrita a iniciação dos meninos e das jovens daquela tribo. Eis um resumo de suas observações:

" O menino, entrando na puberdade, é açoitado, geralmente pelo avô, com uma corda trançada de fibras de Mauritia. Pelo espaço de um ano, lhe são proibidos todos os alimentos, afóra pequenos peixes, pequenas aves, mingau e a bebida caxiri. Depois de flagelá-lo, o velho lhe aplica ainda uma série de incisões em várias partes do corpo, friccio-nando as feridas com drogas mágicas; estas lhe darão sorte na caça e na pesca.

Cada animal e cada peixe tem o seu "epig", i. é. "meio de pegar". Os cortes nos braços e no peito tornarão o jovem caçador destro no manejo do arco e flecha; ss incisões no queixo dar-lhe-ão habilidade no uso da zarabatana. Um cordel de fibras de Mauritia, impregnado de drogas mágicas, é enfiado pelo nariz e retirado pela boca do menino, tudo para dar sorte na caça. E ao mesmo tempo uma espécie de cerimônia de purificação, semelhante àquelas que se realizam após uma expedição guerreira ou para tranquilizar pessoas briguentas, tira do jovem a fraqueza pueril, enchen-do-o de vigor novo, que o transforma em homem". (Durante a vida de adulto, o caçador consciencioso repete freqüentemente essa magia). Segue-se a tortura das tocandiras, igualmente magia de caça e pesca, mas ao mesmo tempo um recurso de educação mor?,l, que visa à austeridade e à atitude estoica em face dos sofrimentos. Os meninos que gritam durante esses processos são obrigados a renovar a iniciação no ano seguinte. A tatuagem, aplicada na região da boca, é sempre um sinal de madurez, servindo para tornar o jovem hábil e destro no manejo da zarabatana.

Também as meninas devem submeter-se à prova das tocandiras em várias partes do corpo: nas palmas das mãos, nos braços, nas nádegas e nas plantas dos pés, " para que não fiquem preguiçosas e lerdas". Ao entrar na fase pubertária, a jovem é tatuada nos cantos da boca, empregando-se como tinta a cinza de abelhas queimadas, " para que todo caxiri que ela, preparar (mastigando o material) se torne doce como mel". Cortam-se-lhe também os cabelos na nuca. Com o aparecimento da menstruação, a rapariga, então considerada impura, retira-se para a sua rede, onde é pintada e açoitada. Fazem-lhe incisões em várias par-

tes do corpo, friccionando-as com pimenta vermelha. Deve ficar escondida durante esses dias num compartimento especial da habitação; caso fôr vista por alguma pessoa estranha, perderá o sentimento do pudor. Só podem vê-la os membros da família. E' submetida, ainda, a uma série de proibições alimentares, não podendo, p. ex., comer animais de caça; deve evitar especialmente " os animais que têm muito sangue". Todas essas proibições prolongam-se mais ou menos durante meio ano.

E' significativo também o exemplo dos Palikur do Brasil setentrional, estudados por Curt Nimuendaju, e que hoje em dia, não realizam mais festas de iniciação. Ao entrarem na, puberdade, as meninas eram queimadas em torno da boca com um caco de pote, previamente aquecido ao fogo, "a fim de não se tornarem tagarelas, mas silenciosas como a terra" (Curt Nimuendaju, "Die Palikur un ihre Nachbarn". p. 84).

Muitas vezes porém, essas práticas vêm acompanhadas de um curso de instrução moral e religiosa, administrado freqüentemente, durante vários dias e até meses, em lugar afastado da aldeia. Entretanto também nesses casos há uma estreita ligação entre instrução e magia. A transmissão oral dos conselhos e dos juízos morais, geralmente a cargo das pessoas velhas ou do médico-feiticeiro, nem sempre constitui mero ensino, mas é feito, às vezes, por meio de fórmulas e textos tradicionais de poder mágico.

Entre os Uanana, tribo do Uaupés em que a iniciação dos rapazes é feita em duas épocas, estão intimamente ligados as práticas de açoitamento e os ensinamentos morais e religiosos. "No dia marcado para a festa, logo de manhã cedo, todos os pajés e velhos do conselho começam a assoprá-los (aos meninos), aplicando-lhes de tempo em tem-

po algumas cipoadas precedidas de conselhos". Ao anoitecer desse dia o pajé " coloca-se em frente dos meninos e assim lhes fala: — Vocês vão principiar a entrar no conhecimento dos costumes de jurupari. Êle há de um dia aparecer para vocês. Êle sabe de tudo quanto se passa em cima da terra e por nossa mão matará quem tiver coração fraco para as mulheres... Ditas estas palavras, êle os vai açoitando a todos, cada um por sua vez, conser-vando-se êle de pé com os braços levantados. A êle se seguem os outros velhos do conselho, repetindo as mesmas palavras e findando também por açoitá-los. A' meia noite entram os instrumentos de jurupari. Cada menino é levado então perante os instrumentos pelo padrinho, que o havia trazido nos braços para o meio da roda. Aí açoitando-o como o adabi..., lhe vai mostrando todos os instrumentos. Vem logo depois disso a dança da flagelação final, que termina as cerimônias" (Antônio Brandão do Amorim, " Lendas em Nheengaru e em Português" Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brás., vol. 154 p. 52 - 53).

A feição peculiar assumida pela educação moral, religiosa e sexual — e que culmina nos ritos de iniciação — corresponde perfeitamente à mentalidade mística que caracteriza o homem primitivo. Lembra Preuss ("Die geistige Kultur der Naturvolker", p. 31, 32) que o domínio do homem sôbre as sensações de dor, quer sejam de ferimentos recebidos na guerra, quer de torturas ou outros sofrimentos quaisquer, dão ao homem um sentimento de superioridade contra forças adversas, e de aumento de suas próprias faculdades. Essas faculdades são, para o homem primitivo, poderes mágicos que lhe servirão para conseguir melhores resultados na caça e na, guerra. E' pelo mesmo motivo que

os guerreiros, antes de empreenderem uma expedição contra o inimigo, se submetem a torturas de toda espécie com o fim de revigorarem os poderes mágicos de que são possuidores desde a iniciação. Os Karajá (conta Ehrenreich, *Beitrag zur Volkerkunde Brasiliens*", p. 33) arranham, de tempos em tempos, os braços e as pernas, " para revigorarem a força muscular". Práticas semelhantes são encontradas em muitos povos primitivos.

Os exemplos acima são suficientes para mostrar a estreita relação existente entre a educação e a magia nas cerimônias de iniciação tribal. As práticas mágicas são expedientes empregado para munir os novos membros da tribo de faculdades e poderes mágicos com que possam enfrentar as dificuldades e os obstáculos que os esperam na situação de adultos. — *Egon SHADER (O Estado de S. Paulo, São Paulo)*.

CIDADES UNIVERSITÁRIAS

O governo do Estado de São Paulo já tem em estudos, segundo informações, o importante capítulo do projeto para empreender a edificação da Cidade Universitária. As autoridades docentes, encabeçadas pelo reitor Jorge Americano e com o concurso entusiasta de diretores das Faculdades e professores apresentam à atualidade da vida paulista um grande projeto, que as honra e prestigia. As Cidades Universitárias não são produtos somente de tendências urbanísticas e do desenvolvimento dos estudos superiores; são também produto de interessantíssimo progresso na ordem do intercâmbio cultural internacional. Não são unicamente exigências materiais as que ditam o agrupamento nas cidades, dos centros fa-

cultativos de ensino que integram as Universidades, como, por exemplo, o projeto apresentado em certas capitais, de se reunirem as dependências dos Ministérios. Exigências de natureza mais espiritual, a par das materiais, são as que vêm fazendo fundar as Cidades Universitárias. Legiões de estudantes podem já deslocar-se e seguir cursos no estrangeiro, em busca da ampliação de seus conhecimentos e do contato com outros centros docentes: é a articulação da cultura, que deve ser patrimônio de todos, sem fronteiras políticas. A Cidade Universitária deve ser a cidade do Estudante nacional e estrangeiro, aonde não apenas acorra para aumentar conhecimentos mas também para constituir o elo duma cadeia que una o mundo pelo milagre da inteligência. Cumpre ainda oferecer ao aluno ambiente propício para o convívio com professores e condiscípulos, talvez de outros países. E, pois, uma exigência no largo plano da cultura internacional.

Em Paris se adotou logo de início o sistema. Em Roma, começada a Cidade Universitária, em 1931, em cinco anos se construiu o conjunto de edifícios que custaram uma soma total de setenta milhões de liras. Foi localizada num dos bairros mais modernos, entre Viale della Regina e Viale Policlinico. Com suas instituições peculiares, campos de experimentações e jardins, é uma das melhores do mundo.

Desejo nesta oportunidade, dedicar algumas palavras de sincero carinho ao que ia ser a Cidade Universitária de Madrid, que já estava muito adiantada ao iniciar-se a sangrenta jornada de... 1936 — 1939. Ao calor do ambiente universitário paulista, amável e atraente, faz uns dias me falava, a propósito, o dinâmico professor Dr. André Dreyfus, do projeto da futura Cidade Uni-

versitária de S. Paulo. Com doloridas saudades pensei no que já se fizera na capital espanhola e que iria constituir um dos mais legítimos motivos de orgulho da moderna Espanha.

Pretendia-se nada menos do que criar a mais completa Universidade do mundo. Essa é a verdade. Adaptação ar-quintetônica, lugar estratégico, suntuosidade e critério científico para uma melhor coordenação das disciplinas e a-proveitamento máximo e econômico dos serviços, foram as diretrizes do grande empreendimento madrileno. A Cidade Universitária de Madrid abarcaria todo o âmbito universitário numa exemplar harmonia. Todas as Faculdades estariam compreendidas. A de Filosofia, de Direito e estudos superiores de Medicina, com seu hospital clínico para mil e quinhentos leitos; a Escola de Enfermeiras e de Odontologia, com numerosos dispensários, consultórios e institutos de especialidades. As Faculdades de Ciências exatas, físicas, químicas e naturais, com museus e jardim botânico. As Faculdades de Veterinária, de Comércio e de Engenheiros Agrônomos. Compreedia, também as escolas superiores de Belas Artes, de Pintura, Escultura e Arquitetura; e ainda o Conservatório de Música e Declamação, com salas de concerto e um teatro grego. Disporia duma biblioteca universitária, contendo mais de dois milhões de volumes e dum magnífico anfiteatro com capacidade para três mil e quinhentas pessoas. Nos planos figuravam campos de jogos e de treinamento, piscinas, ginásios e um estádio para cinqüenta mil espectadores, clubes, salões de reuniões e conferências. Como anexos, a todas estas instalações, sanatórios especiais para os estudantes, edifícios de comunicações, alojamentos para toda a população estudantina da Cidade Universitária-

ria, residências para professores, para o governo administrativo e o serviço, e, enfim, um grande templo. E tudo isto numa das paragens mais belas e salubres das vizinhanças de Madrid. Não era uma zona isolada em relação à metrópole, mas sim um prolongamento da capital, próximo dos lugares que foram da realeza, para descanso e divertimento, como El Pardo e a Casa de Campo, com a soberba perspectiva da serra de Guadarrama, cujas tonalidades azuladas e gris inspiraram a palheta de Velasques para os fundos dos seus quadros imortais. Neste cenário, e ocupando uma extensão de trezentos hectares, se levantaria a Cidade Universitária, para cuja construção se votaram duzentos e cinqüenta milhões de pesetas. Competiria em área e agrupação de instalações docentes, com as mais conhecidas cidades do gênero nos Estados Unidos, as de Yale e Harvard, superaria as de Rochester e Ann Arbor, isoladas dos centros urbanos, e aos dois tradicionais centros culturais ingleses e até alemães como os de Oxford, Cambrige e Heidelberg.

Dois princípios se haviam seguido na formação científica da grande Universidade madrilena. Objetivamente, devo confessar, na organização dos métodos de ensino nas clínicas, hospitais, laboratórios e seções de investigação, o critério moderno, de higiene e eficácia, se regia pelo modelo idêntico ao dos alemães. Nada tem que ver o nazismo com o reconhecimento dos méritos da Alemanha neste sentido. Mas, junto a esta orientação pedagógica, o espírito latino era a essência profissional, doutrinária, que animaria a Universidade espanhola. Tão pouco estava submetida à ameaça da aparição de centros urbanos parasitários, que acabam por conspirar contra o crescimento da Universi-

dade, como ocorreu com os grandes centros universitários de Colúmbia, Harvard e Yale, nos Estados Unidos. A de Madrid, excepcionalmente, dispunha, por cessão do Estado, duma área tão considerável, que não se admitia a possibilidade, em sua evolução, de ser prejudicada pelo desenvolvimento de sua população. Mais de doze mil estudantes poderiam viver sua vida cultural, de exercício físico e de divertimento na Cidade Universitária de Madrid, e além disso dispo de facilíssima comunicação com a capital. A única coisa que nela não figuraria seriam organizações tutelares da velha e áspera disciplina à semelhança dos colégios britânicos. A relação que acabo de fazer já denuncia o sistema de liberdade e companheirismo que ali gozaria o estudante, o que é diferente do que acontece em Cam-bridg ou em Oxford. Enfim, Lopes Otero, arquiteto da Cidade Universitária paulista, no começo dos trabalhos de construção, assim se expressava: " Nada poderá aumentar, e logo conservar, o prestígio da Espanha ante os povos da América Espanhola, como a oferta desta grande Universidade ... Medite-se sobre os resultados de todo gênero que podem advir, desta formação comum de espanhóis e americanos, num meio adequado e com um professorado prestigioso. A Espanha quer oferecer ao mundo uma Universidade digna de sua tradição e de seu futuro".

E tudo isto não ficou em sonho nem projeto. Oito anos depois de traçados os planos, a Cidade Universitária de Madrid estava adiantadíssima, muitos dos seus edifícios completamente terminados e alguns já funcionando. Era um fato. A revolução, porém, se apressou a entrincheirar-se nas instalações recém — construídas. O fogo cruzado dos fuzis e metralhadoras quis negar a sig-

nificação de tudo aquilo. E o conseguiu em grande parte. A Cidade Universitária foi destruída. Uma vez mais a cultura tropeçou com a guerra... A selvagem guerra que quebra a prática do sábio, segundo dizia Tennyson.

Se algum dia, o mundo aprender a respeitar as Cidades Universitárias que se construirão no futuro, nesse dia estará garantida a tão suspirada, paz. — Luiz AMADOR SANCHEZ (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo).

PROF. LÚCIO JOSÉ DOS SANTOS

Notícias retardadas de Belo Horizonte informam-nos do passamento, ocorrido naquela capital, do professor Lúcio José dos Santos, historiador, jornalista, engenheiro, educador, líder católico, em suma uma das mais expressivas figuras da intelectualidade mineira. Tivemos o privilégio de conhecê-lo pessoalmente quando, há cerca de doze anos, na Escola Normal de Juiz de Fora se nos deparou a oportunidade de acompanhar algumas preleções pedagógicas que então realizava especialmente e convidado, naquele grande educandário. Para nós, que terminávamos os estudos secundários e já começávamos a nos prender ao magistério, tiveram elas o mesmo significado que tem, para os estudantes em geral, a oportunidade de conhecer, inesperadamente, os grandes mestres já de há muito conhecidos de nome. O Lúcio dos Santos que conhecíamos na Normal de Juiz de Fora era, acima de tudo, o mestre que aprendêramos a admirar e a respeitar pelos seus inúmeros livros.

Nascido em Cachoeira do Campo em 1875, realizou Lúcio José dos Santos os primeiros estudos e depois os de Retórica e Filosofia, no Seminário de Ma-

ri?,na. Engenheiro de minas pela Escola de Ouro Preto e mais tarde bacharel em direito pela Faculdade paulista, não se restringiu a nenhuma daquelas especialidades que acima assinalamos. Pelo contrário, a todas emprestou o brilho de sua inteligência e o máximo da sua capacidade de trabalho. Como engenheiro, foi desde 1922 professor catedrático de Portos, Rios e Canais da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, publicando, dentro da sua especialidade, que era a engenharia hidráulica, numerosos trabalhos reputados como clássicos, e ainda hoje considerados entre nós. Como historiador, devem-lhes as letras pátrias o melhor trabalho até hoje elaborado sobre a inconfidência mineira, publicado primeiramente no volume 3º dos Anais do Congresso In-ternamericano de História da América, e mais tarde reeditado em Belo Horizonte ; deixou ainda ?, pequena " História de Minas Gerais", resumo didático das Edições Melhoramentos, desta capital, e duas excelentes, monografias, " O domínio espanhol", e " Os emboas-bas, como afirmação nacionalista", in-sertas respectivamente nos Anais do 1º. e do 3º. Congresso de História Nacional. Educador, foi de 1924 a 1927 diretor da Instrução Pública de Minas Gerais, cabendo-lhe em 1929 a direção da Escola de Aperfeiçoamento, recém-criada na capital mineira para formação e orientação pedagógica; de 1931 a 1933 exerceu o cargo de reitor da Universidade de Minas Gerais, foi fundador e primeiro diretor da primeira Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, membro do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, tendo ainda representado o Brasil em dois congressos internacionais de Educação; produziu, neste setor, além de preleções e conferências, o trabalho de fôlego " Filoso-

fia, Pedagogia, Religião". Escritor católico e estudioso dos problemas religiosos em geral, deixou " Historicidade da existência humana de Jesus", "Sobre o divórcio", " A religião em Minas", "O espiritismo" e "Coração eucarístico de Jesus". Jornalista, colaborou ativamente na imprensa mineira, revelando-se polemista vigoroso, mas sereno e elevado, quer ventilasse assuntos religiosos, quer pedagógicos, históricos ou científicos .

Êste, o homem que as letras mineiras e brasileiras perderam há uma semana. Dificilmente se preencherá, na cultura nacional, o vazio que a sua morte ocasionou. Entretanto, seus livros aí ficarão a testemunhar uma das maiores capacidades de trabalho a par de luminosa cultura, inteligência e integridade moral, que temos conhecido — NOGUEIRA DE MATOS (*Correio Paulistano*, São Paulo).

AGRURAS E DESPRESTÍGIOS DOS CANHOTOS

Canhoto ou canho exprime a idéia de todo homem que usa da mão esquerda, naquilo que ordinariamente a generalidade dos homens usa da direita.

A origem da palavra é matéria controvertida. Meyer — Lubke entende que ela veio do latim (*Cannius*) ; Diez entende que ela veio do celta (*kamm*) ; Korting propõe-lhe o étimo latino "ca-ne " (cão. Cf- Nascentes: " Dic. E imo-gico". vb. Canhoto).

Morais em seu " Dicionário" atribui-lhe três sentidos: a) o de pau nodoso e irregular, b) o de quem usa da mão esquerda naquilo que regularmente usam da direita; c) o de inábil, sem destreza.

Na língua rural, o povo não contente com o sufixo de vocábulo (canhoto), acrescenta-lhe outro (eiro.) Assim, fala: canhotoeiro.

Cumpra distinguir duas categorias de canhotos; a) os que tais se fizeram, com ignorância de qualquer causa na vida pregressa; b) os que usam da mão esquerda por haverem sofrido de uma doença que lhes determinou essa nova preferência.

CONTRA o CANHOTO

Existe, no povo, uma como que prevenção pelo canhoto. Manifestando-se ora sob forma velada, ora com caráter ostensivo, esse sentimento, por vezes irrefreável, estabelece um pressuposto: a identificação do mancinismo a um fenômeno teratológico. Assim, pretende a oge-riza popular traçar analogia entre a monstruosidade e o canhoto.

O estudo das raízes desse sentimento não somente nega precedência àquela pressuposição, mas também estabelece as premissas de que se conclui que o canhoto é apenas um cidadão normal.

As clínicas pediátricas destinadas a clientela pobre registram doridas queixas de mães a respeito deste ou daquele filho porque, alegam elas, são "canhoteiros". Muitas consulentes, assim aflitas, costumam associar esse fato aos descuidos seus antes do parto.

Por outro lado, conhece-se a interjeição "Cruz! Canhoto!". É um exorcismo que demonstra perfeitamente o horror nutrido pelos canhotos pois na interjeição a palavra "Canhoto" figura em lugar de "Diabo" Dir-se-á que a expressão em exame correspondente a "Capeta" e a "Capenga" também aplicadas para designar o Diabo. Mesmo assim, não fica afastada a observação pois o emprego do "canhoto" em lugar do "capenga" demonstra, mais uma vez, a tendência popular em semelhar o mancinismo a uma monstruosidade ou defeito físico.

Admitido, como quer Korting, que a palavra "canhoto" vem de "cane" (cão,) convém não esquecer que Propér-cio empregou este último vocábulo (Cane) para exprimir o "azar", o ponto em que se perde o jogo. Ter-se-ia assim mais uma prova da antiguidade da repulsa popular pelo canhoto, confirmada, desde logo, pela locução "às canhas", a qual significa: "às avessas".

FUNDAMENTO DO USO DA MÃO DIREITA

O uso da mão direita, com a preponderância que lhe é reconhecida secularmente, ainda não teve, até hoje, qualquer explicação satisfatória. Por conseguinte, a simpatia pela mão direita expressa na antipatia pela mão esquerda também não tem fundamento perante a ciência.

Assimetria orgânica tem sido alegada em defesa do uso da mão direita. Mas isso é responder a coisa pela coisa mesma. A mão direita se desenvolve mais do que a esquerda, em razão do seu uso. A assimetria não é fato espontâneo, pois decorre do princípio de que a função faz o órgão. O que é preciso é determinar a razão da preferência, e esta é que é causa, da assimetria orgânica.

A demonstração cabal de que o mancinismo não é anomalia está no movimento que alguns pedagogos fizeram, na Suíça e nos Estados Unidos, a fim de restituir à mão esquerda a posição que lhe foi usurpada, pela direita.

Não se suponha — ainda para argumentar — que o canhoto incorre na sanção do desprezo popular porque o mancinismo é contraditório entre os delinquentes. O povo não se preocupa com exageros de Ferri e Lombroso. Ainda que se preocupasse, as estatísticas não confirmam que os chamados "criminosos-natos" sejam todos canhotos. O próprio Lombroso, que acreditou na existên-

cia desses "delinquentes de vocação", indicou proporções em números, mas não afirmou que todos os que ele observou fossem canhotos (Cf. Lombroso: "L' uomo delinquente", cap. IV).

O mancinismo ou canhotismo não constitui anormalidade. A preeminência da mão direita é, apenas, o que se poderia chamar, por mera concessão, "o normal convencional". Não se sabe uma causa exata, de ordem anatômica, que a justifique, sendo certo que a explicação de Broca — como a mais aceitável de todas — é tida como incompleta.

Afirmou Broca: " Nous sommes au chers du curveau parce que nous sommes droitiers de la main". Com isso ele quiz dizer que a intensa atividade da mão direita determina a nutrição dos centros nervosos opostos desenvolvendo-os.

Resulta do que se disse que a interdição do uso equitativo das mãos ocasiona uma mutilação simbólica da mão esquerda, ou, como prefere Hertz: uma "mutilação fisiológica". Existe o órgão, mas suas funções, na hierarquia das mãos do homem, ficam sacrificadas. (Hertz: "E'tude sur la prééminence de la, main droit", in "Mélanges de Sociologie Re-ligieuse" pg. 103). A conclusão, portanto, somente pode ser esta: o ideal seria o ambidextrismo, isto é, o uso das duas mãos; o canhoto não é um defeituoso nem um anormal.

SUPERIÇÕES RELATIVAS AO CANHOTO

O primeiro escárneo dirigido ao canhoto está implícito no vocábulo que exprime idéias opostas: "direito, direita". A conciliação ideológica do vocábulo "direito" como o órgão que se elegeu como normal vem a ser a suprema ironia ir-rogada ao canhoto no nosso idioma. Aliás, o filósofo Meilylet, entrando por outras línguas e especialmente românticas

escreveu sobre isso algumas considerações na obra " Quelques hypothèses sur des interdiction de vocabulaire dans les langues indo-européennes".

No italiano, enquanto a mão direita tem nome digno (dextra) a esquerda recebe a designação afrontosa de "sinistra". Por seu turno, a mão direita, entre os romanos, era símbolo de boa fé; para os árabes, a esquerda, quando dada a alguém, significava "traição". Certos povos africanos da região do Níger interditam às mulheres tocarem seus maridos com a mão esquerda, (Hertz, ob. citada 121-123). A própria expressão, referente a casamento (pedir a mão), ligada como se acha ao direito romano (uxor in manu) diz respeito à mão direita (dextrae junetae). Por tudo isso se vê como o canhoto anda mal no conceito dos homens.

O emprego da palavra "esquerdo" em sentido pejorativo é comum nos escritores e na língua falada. Isso, pois, aumenta consideravelmente a esfera em que podem cair as observações a respeito do desprezo que é dirigido, cons-ciente ou inconscientemente, aos canhotos.

A primeira referência literária é colhida de um escritor que muito se proveita dos elementos populares e da língua falada. É o português Dom Francisco Manuel de Melo que, nos "Relógios Falantes" escreve: "... de contínuo os baixos pagam os encontros dos altos (por) que é justiça de canhotos ou esquerda justiça" (Dom Francisco Manuel de Melo: "Apólogos dialogais", pág. 4, da ed. Fernando Nery).

Dando-se a mão esquerda a uma pessoa, não é raro que esta, por palavras ou mímica, proteste. Então, responde-se invariavelmente com esta delicada

desculpa: "A esquerda é a mão do coração".

Assim como "manco" (primitivamente referente às mãos) passou a designar defeitos dos pés, também dizemos, por extensão: Levantar com pé direito; entrar com o pé direito.

Mesmo considerando que o olho esquerdo tem mais facilidade para piscar, também vem referência indireta neste dito popular registrado por Cláudio Basto ("A linguagem dos gestos em Por-tugal", pág. 60):

Pisca-se o direito,
que o esquerdo não tem jeito".

"Esquerda" (do basco) não se usava no português arcaico. Empregava-se então: "siestra" (do latim: sinistra). Está, assim, mais uma vez, repisada a matéria. No mais, sabe-se que tanto os gregos quanto os romanos somente saudavam seus deuses voltados para o lado direito: "Si deos salutas dextro-versum censeo" (Plauto). Gorrésio, ao traduzir o "Ramayana" (poema asiático antiquíssimo) diz que Sítá, antes de passar pela prova do fogo, deu uma volta pelo lado direito em torno de seu marido Rama ("girato da man dextro"). Finalmente, é de não esquecer que, numa das mais cotidianas orações católicas, Cristo está sentado "à mão direita de Deus Padre Todo Poderoso".

DIFERENÇA CONCEITUAL, ENTRE MÃO DIREITA E MÃO ESQUERDA

Os caracteres diversos das duas mãos estabelecem a diferença entre elas. Mas, essa diferença não nasce da assimetria: é a própria assimetria. Logo, não é possível, no caso, confundir causa e efeito.

A diferença conceitual entre mão direita e mão esquerda tem suas raízes no pensamento primitivo. Assim não é porque elas são desiguais que uma prefere à outra. E porque um antecedente que não se determinou ocasionou a preferência em exame. Qual, porém esse antecedente?

A primeira explicação religiosa é a de que o homem, orientado profundamente pelo culto solar, em suas preces, sempre se dirigiu para o sentido do Levante. Mas essa explicação é inaceitável, porquanto as determinações do espaço existindo em função do homem são obras d'êste e não podem anteceder-lo.

A segunda explicação está em Hertz, e é a mais razoável de todas. A preponderância da mão direita resulta de uma extensão da teoria da "popularidade religiosa". A oposição entre o sacro e o profano, como antítese rudimentar na vida primitiva, levou o homem a preferir a mão direita e desprezar o mais possível a esquerda, pois, como já advertira Ha-milin, num estudo sobre a representação das idéias e o seus elementos constitutivos, a distinção entre "a direita e a esquerda é uma das peças essenciais da nossa armadura intelectual". — F. M. A. (*Diário da Noite*, São Paulo).

TÉCNICA PARA LEITURA RÁPIDA

(+)

Ler é prazer universal e quando alguém diz que lendo não o desfruta, tem que existir para tanto uma boa razão.

O doutor Guy T. Buswell, professor da Universidade de Chicago, omnívoro leitor, se especializou na mecânica da leitura. Crê o doutor Buswell, depois de

(*) Traduzido, com a devida vênia, do "Mundo Argentino" outubro de 1944, por Maria da Graça Martins Cavalcanti.

muitas experiências científicas, que as pessoas que não saboreiam a leitura não lêem bem.

Se alguém se movimenta com dificuldade ou cai, enquanto patina, sente desagrado pela patinação. O mesmo se aplica à leitura. O bom patinador tem que aprender a equilibrar-se, a dar impulsos, e várias outras técnicas. Ler, também, é uma técnica.

O doutor Buswell inventou um dispositivo para determinar a velocidade do olho na leitura de uma linha, impressa. Ninguém lê movendo a cabeça, todos o fazemos com os olhos. Ninguém lê um parágrafo ou uma página de uma só vez. Por mais que o treinado leitor afirme fazê-lo, o olho se desloca ao largo da linha impressa em uma série de saltos e pausas. O adulto médio, de educação normal, lê uma linha em seis ou sete saltos, algo menos de 300 palavras por minuto. Um menino, aprendendo a ler, pode fazer até 20 saltos em uma linha. Um leitor rápido pode fazer somente três saltos numa linha e ler até 800 palavras por minuto. Um adulto, que nunca se preocupou em ler bem e que apenas passou do jornal, pode chegar a dar até trinta ou quarenta saltos por linha. Ler torna-se-lhe, pois, fatigante.

Amiúde os indivíduos encontram grandes desvantagens em seus negócios pela falta de facilidade para ler, diz o doutor Buswell, que mantém uma clínica para estudar os problemas do leitor atrasado e procurar ajudá-lo. Esta clínica tem dois anos de existência e o progresso feito na habilidade de ler dos que a ela recorrem tem atingido até 60%.

Ao examinar seus alunos, o doutor Buswell descobriu que muitos deles lêem letra, por letra, como o faziam em criança, resultado de haver aprendido o alfabeto antes de aprender a ler. Muitas outras lêem palavra por palavra, resul-

tado de terem aprendido a ler em voz alta e não em silêncio. Movem os lábios ou a garganta quando lêem e, por conseguinte, fazem-no tão lentamente como se o estivessem fazendo em voz alta. Isto se chama "vocalização incipiente" e constitui uma séria desvantagem. Alguns são leitores repetidores, que decifram liberalmente as palavras porque não as entendem e tornam a elas desconcertados. Isto se deve a um defeito de vocabulário. Para ser bom leitor é mister possuir bom vocabulário. Os distraídos também são maus leitores. Os bons devem possuir algum poder de concentração. De outro modo, os olhos retrocedem ao largo das linhas para assegurar ao leitor que assimilou o significado da sentença. A maneira correta de ler consiste em seguir a linha o mais rapidamente, com as menores interrupções. O grupo de palavras que se abarca de um lance é conhecido como "espaço de percepção". Se seu espaço é amplo, seus olhos cruzam a página numa série de largos saltos. Muitas pessoas afirmam ler uma linha, duas, um parágrafo ou uma página de uma, só vez. Depois de 25 anos de investigações, o doutor Buswell se vê obrigado a contradizê-las... Nunca examinou a ninguém que pelo menos não se detivesse três vezes em uma linha de 10 centímetros e umas 10 palavras. Três pausas por linha corresponderam aos leitores mais velozes que conheceu, um professor e uma colegial, ambos assíduos leitores que liam 1.000 palavras por minuto. O superhomem que é capaz de ler uma página de uma só vez, não existe... Pode lançar um olhar a uma página mas não lê-la. "Ao ler, diz o doutor Buswell, o pensamento é consecutivo e se desvanece enquanto prossegue. Exige a leitura, linha por linha". No entanto os leitores, normalmente rápidos, têm uma compreensão do

que lêem, superior à dos normalmente lentos.

O doutor Buswell corrige os defeitos da leitura mediante os dispositivos mecânicos, que ele próprio desenhou e construiu : um medidor de rapidez da leitura, o que obriga o leitor a apressar da sua velocidade, apagando as linhas precedentes enquanto o médico percorre a linha ; e um projetor de leitura que projeta grupos de palavras numa tela. O projetor começa a funcionar com pouca velocidade e é acelerado conforme a atitude do leitor. Agrupa palavras para estender o espaço de percepção, para eliminar os movimentos de retrocesso e para conseguir movimentos mais velozes dos olhos, acelerando assim a percepção. A velocidade máxima do projetor é de 750 palavras por minuto.

Se tem interesse em melhorar sua atitude ao ler, faça o seguinte:

1) *Não trate de dizer a Palavra mas sim de pensar em seu significado.*

As palavras de uma frase tem sentido somente em relação umas com as outras, na mesma frase. Dizer uma palavra de cada vez retarda, não somente o movimento muscular do olho, como a velocidade do cérebro.

2) *Mantenha em descanso seu aparelho vocal.*

Quem lê com os lábios, não só o faz muito lentamente, tem que trabalhar para perceber o significado, como é provável que incomode outras pessoas com este movimento. Ler as pequenas colunas de seus jornais pode constituir-lhe verdadeiro esforço, de modo que, raras vezes, lê livros.

3) *Coloque o material de leitura de tal modo que a linha de seus olhos forme na página um ângulo reto.*

Ofereça a seus olhos uma oportunidade. Sente-se de modo tal que os olhos se encontrem em situação de viajar com a velocidade máxima. Se você necessita de óculos para ler, ponha-os. É impossível obter velocidade de leitura se tiver que inclinar-se para ver as palavras. Disponha de luz correta. Ninguém pode ler com rapidez com luz deficiente.

4) *Durante 20 minutos por dia, trate de observar com que rapidez pode percorrer a linha com as menores interrupções possíveis.*

A prática é o melhor método de melhorar a sua velocidade de leitura, assim como todas as técnicas se aperfeiçoam com a prática. Casualmente você descobrirá que seu olhos se detêm menos ao largo da linha, simplesmente porque você os exercitou mediante o esforço mantido.

5) *Leia coisas que o interessem.*

Provavelmente você lê mais rapidamente a carta de uma pessoa que lhe diz muito respeito do que qualquer outra coisa. Isso ocorre porque se interessa pelo que ela lhe diz, deseja concentrar-se, e está ansioso por saber o que lhe quer narrar. Quando você fôr praticar a aceleração de sua leitura, não o faça com textos difíceis ou enjoados. Adquira a velocidade antes e depois comece a leitura difícil. O doutor Buswell, prático em leitura, é um bom leitor, mas não muito veloz. Lê somente umas 500 palavras. Leva 3 horas e 20 minutos para lêr um livro de 100.000 palavras. Ele levaria uns dois minutos e meio para ler este artigo. Se você é um leitor rápido não demore mais de 4 minutos e meio nesta mesma tarefa —
MÁRCIA WYNN (*Formação*, Rio).

DEPENDE DA EDUCAÇÃO O
FUTURO DA DEMOCRACIA

Todos os problemas atinentes à educação revestem alcance intrínseco por si mesmo. Quando considerados, porém, em função do tempo e do espaço, de certo redobra a sua substancial significação. O conceito se aplica, muito especialmente, não só ao Brasil mas a todos os povos do continente americano, onde, excetuado talvez o Canadá, ainda não puderam aqueles problemas encontrar soluções cristalizadas na tradição, sem prejuízo dos retoques determinados pelas próprias alterações por que passam a formação do indivíduo e a evolução da sociedade.

A semelhante propósito nenhum exemplo é mais típico do que o exemplo da Grã-Bretanha. Fez-lhe referência específica, visto como o conceito se encontra nas palavras escritas à guisa de introdução ao pequeno volume "Education in Britain"; fez-lhe referência Sir Fred Clark, diretor do Instituto de Educação da Universidade de Londres, ao aludir à paixão britânica pela continuidade histórica. Assinala Sir Fred Clark que, embora fértil o temperamento inglês na criação de novas instituições, esse temperamento odeia destruir as cousas antigas. Sabe adaptá-las e readaptá-las de tal maneira à pressão das necessidades e à variabilidade dos objetos visados, até ao ponto em que pouco ou quase nada subsiste da situação original. Todavia, o processo de mudar se mostra sempre lento e contínuo. As instituições ali conservam os seus nomes antigos, muitos dos seus costumes vetustos, de forma que o zelo pela continuidade fica assim atendido.

A educação, segundo Thomas Arnold, visa preparar o nosso entendimento para conhecer a verdade, em toda a plenitude, ensinando-nos moralmente a prezar os

bens mais altos da vida. De modo que a sua grande tarefa consiste em fazer-nos estimar o que é bom, não somente conhecendo o bem mas praticando-o.

Sir Richard Livington, cujas idéias sobre o assunto já foram aqui referidas, a propósito do seu esplêndido opúsculo "Plato and Modern Education", pensa que o primeiro passo suscetível de assegurar uma boa educação consiste em proporcionar uma visão clara do que a criatura humana deve ser. Cumpre-nos estar preparados no sentido de atribuir atenção equivalente aos valores e aos fatos. De fato, o progresso da criatura depende tanto da expansão de seus conhecimentos quanto de sua aptidão para aperceber-se da existência de gradações mais altas na escala dos valores. Isso leva à conclusão de que o sentido da grandeza de uma nação pode ser melhor avaliado pelos valores que incorpora ao patrimônio da civilização do que pelas suas conquistas no domínio da vida material.

Partindo do ponto de vista de que a criança representa a verdadeira riqueza do homem, conforme conceitua Platão, o sistema educativo inglês colima substancialmente aproveitar essa genuína reserva, procurando libertá-la da maior ignorância que assalta o ser humano, sintetizada numa atitude de ódio, em vez de numa conduta de adesão em face de tudo que a razão nos diz ser direito.

Estamos vivendo, segundo já foi dito, uma espécie de democracia apenas educada pela metade. É essencial, no entanto à inteireza da democracia, que a cada indivíduo se proporcione ampla assistência educativa, de maneira a assegurar-lhe o pleno desenvolvimento de suas faculdades naturais. Sem isso, o indivíduo não conseguirá expandir a personalidade, elevar ao mais alto grau, se possível, a sua compreensão dos fins da vida; não poderá cumprir os seus de-

veres para com a comunidade. Daí aplicar-se o conceito de que a democracia vale segundo a aptidão dos homens para praticá-la e aperfeiçoá-la, o que, em última análise, conduz à seguinte afirmativa: revelando-se apto o Estado no preparo de bons cidadãos, poderá a democracia, considerada como essência do regime ideal, preencher plenamente os seus grandes, os seus nobres fins. Assim, cabe ao governo converter em realidade o princípio ideal, consubstanciado na igualdade de oportunidade educativa para todos.

Nesse sentido o Professor Ernest Barker indica ao Estado o desempenho da tarefa de preparar o homem e a mulher a fim de que se possam tornar melhores cidadãos ao serviço de uma comunidade democrática; prepará-lo nesse caso quer dizer torná-los melhor educados. A escola representa, portanto, o grande reservatório das forças humanas capazes de reconstruir o mundo na base de uma verdadeira civilização, fortalecida e cristalizada na pureza das energias espirituais, em vez de apoiada em bases materiais.

O movimento de opinião que se opera a respeito na Grã-Bretanha suscita o interesse dos outros países, concentrando cada um deles sua atenção em torno dos problemas atinentes à educação. Igual oportunidade educativa deve ser garantida a toda criança, sem restrições que digam respeito às diferenças de nascimento, de condições econômicas ou de nível social, condicionada semelhante oportunidade, exclusivamente, ao grau de aptidão individual inata. Também o exemplo inglês é incisivo nesse sentido. A proporção das crianças, que realizam eficientemente o tirocínio escolar, revela que os melhores sucedidos pertencem às classes cuja educação corre total ou parcialmente por conta do Estado, em confronto com o número dos que freqüentam os cursos particularmente estipendiados. A democratização da educação depende, portanto, da plenitude da igualdade de oportunidade. Dessa igualdade depende a afirmação, o roteiro, o êxito da democracia, a expansão das virtudes do regime (*Jornal do Comércio*, Rio).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

PORTARIA N.º 919, 27 DE
DEZEMBRO DE 1944,
DO MINISTRO DA
AGRICULTURA

O Ministro de Estado, tendo em vista o que consta do processo S.C. n.º 44.957-44, resolve:

I — Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, nas Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, bem como nas demais instituições de ensino superior de Agronomia e Veterinária, subordinadas a este Ministério, serão regidos pelas normas estabelecidas no art. 3.º, letras d) e c) e art. 5.º da Portaria Ministerial n.º 386, de 16 de agosto de 1944, do Ministério da Educação e Saúde, baixada em virtude do disposto no Decreto-lei número 6.679, de 13 de julho de 1944, e publicada no *Diário Oficial* de 19-8-944

II — As instruções para processamento dos exames de habilitação nas

aludidas instituições, e no ano de 1945, são as constantes dos arts. 1.º a 6.º da I — Os concursos de habilitação, no novembro de 1944, do Ministério da Educação e Saúde, em virtude do disposto no Decreto-lei n.º 6.679, de 13 de julho de 1944 e publicada no *Diário Oficial* de 30-11-944.

III — Os programas para os concursos de habilitação são os indicados nos itens VI, VII e VIII dos anexos à última Portaria Ministerial citada.

IV — As instruções para processamento da inscrição nos citados concursos de habilitação e das respectivas provas, no que lhes fôr aplicável, são as constantes dos arts. 1.º, 2.º, 6.º, 10, 14, 15, 17, e 19 da Portaria n.º 429, de 9-12-944, do Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, publicada no *Diário Oficial* de 12-12-44. — *A polônio Sales*. (Publ no *D.O.* de 29-12-944).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

PORTARIA N.º 269, DE 13 DE DEZEMBRO
DE 1944, DO SECRETARIO DA JUSTIÇA,
EDUCAÇÃO E SAÚDE DE SANTA
CATARINA

*Aprova as instruções para o Curso de
Professor de Educação Física*

O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde do Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição

que lhe confere o art. 8.º, do Decreto-lei n.º 1.198, de 27 de novembro de 1944,

Aprova as Instruções, elaboradas pela Inspeção de Educação Física, para o Curso de Habilitação de Professor de Educação Física.

Secretária de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde, em Florianópolis, 13 de dezembro de 1944.

Ivo d'Aquino

CURSO DE HABILITAÇÃO DE
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA

INSTRUÇÕES

I — O Curso de Habilitação de Professor de Educação Física constará de um único período escolar, com a duração de três meses.

A inscrição estará aberta até o dia 28 de novembro.

II — Além do exame médico, serão as alunas submetidas, antes do início das aulas, às seguintes provas físicas;

Correr 30 metros em 6 segundos;

Saltar, em altura, 80 centímetros;

Saltar 2 metros e 75 centímetros, em extensão;

Concluídos os exames médico e físico, a Inspeção efetuará a matrícula dos candidatos julgados capazes, dando, disso, imediato conhecimento ao Departamento de Educação

Excedendo o número de candidatos, do máximo de matrícula estabelecido para o ano, serão incluídos no Curso os candidatos que, a critério da Inspeção de Educação Física, possam, em melhores condições, frequentá-lo.

III — Serão lecionadas, no Curso, as seguintes matérias:

a) Educação Física Geral;

b) Metodologia de Educação Física;

c) Organização de Educação Física e dos Desportos;

d) Esportes Terrestres, individuais (saltos, corridas e lançamentos);

e) Esportes Terrestres, coletivos (vo-(saltos, corridas e lançamentos);

f) Esportes Aquáticos (natação e noções de polo aquático, saltos e salvamento);

g) Esportes de Ataques e Defesa (noções);

h) História da Educação Física;

i) Anatomia e Fisiologia Humanas;

j) Cinesiologia (noções);

k) Higiene Aplicada;

l) Socorros de Urgência;

m) Biometria;

n) Fitoterapia (noções);

O Curso terá cunho essencialmente prático.

As aulas serão teóricas e práticas e terão a duração máxima de 40 minutos, havendo entre elas o intervalo de 10 minutos.

Haverá dois períodos de aulas; o 1.º pela manhã, destinado às matérias de campo; o 2.º à tarde, para as matérias a serem estudadas em classe.

Para maior eficiência na aprendizagem, serão as alunas divididas em turmas de efetivos não superiores a 40.

IV — O aproveitamento dos alunos será verificado por provas escritas e orais das matérias das alíneas *b, c, h, i, j, k, l, m* e *n*, e prático-orais nas demais matérias realizadas na última quinzena do período escolar.

O resultado dessa verificação será expresso em algarismos, de 0 a 10.

Serão aprovadas as alunas que obtiverem nota não inferior a 4 em cada matéria.

As que não alcançarem essa nota mínima, em três matérias, no máximo, poderão fazer exame das respectivas disciplinas, em 2.ª época, 15 dias após o encerramento do Curso.

V — Além do Diretor, terá o Curso de Habilitação de Professor de Educação Física 5 professores, que serão indicados pela direção do Curso.

VI — O programa de cada matéria será elaborado pelo professor da Cadeira, que o submeterá, com a necessária antecedência, à aprovação do Diretor do Curso.

VII — A disciplina e administração do Curso serão regidas pelo Regimento da Escola de Educação Física do Estado, no que lhe fôr aplicável.

VIII — Para os exercícios físicos, usarão as alunas, obrigatoriamente, o uniforme adotado na Escola de Educação Física do Estado

PROGRAMAS

EDUCAÇÃO FÍSICA GERAL

1 — Execução das sessões de estudo e lições de educação física;

2 — Dos ciclos elementares, secundário e superior;

3 — Ginástica historiada e dramatizada.

DESPORTOS COLETIVOS, TERRESTRE

1 — Voleibol: a) Sessões de estudo, sessões de treinamento e sessões com pletas ;

b) Regras: estudos e comentários; c)

Direção de partidas e arbitragem.

2 — Basquetebol: Idem, idem (no ções).

DESPORTOS TERRESTRES, INDIVIDUAIS

1 — Saltos em altura:

a) Estudo e execução dos saltos "tesoura simples" e "rolos" ;

b) Direção de sessões de saltos;

c) Salto em extensão;

a) Estudo e execução de saltos "grupados" ;

b) Direção de sessões de saltos;

c) Tríplica-salto (noções) ; d) Salto com vara (noções) ;

2 — Corridas:

a) Corridas rasas: Estudo e execução;

b) Corrida de barreira (noções) ;

c) Revezamento (noções).

3 — Lançamentos:

a) Dardo, Disco, Pêso e Martelo (no-ções).

4 — Estudo e comentário das regras de atletismo.

ESPORTES AQUÁTICOS

1 — Natação: Estudo e prática dos estilos "crawl", "labrace" "costa crawlado".

2 — Saltos: noções.

3 — Salvamento: noções.

4 — Estudo das piscinas e tratamento da água das piscinas.

5 — Polo Aquático: noções.

6 — Ligeiro estudo das regras referentes aos esportes náuticos.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

1 — Evolução da educação física. A educação física entre os Egípcios, Hindus e Chineses.

2 — A educação física na Grécia.

3 — A educação física entre os Romanos.

4 — Idade média e Renascimento.

5 — Métodos modernos de educação física.

6 — Educação física em diferentes países

METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1 — A educação física: conceito e importância.

2 — A educação física e a educação geral.

3 — Método Oficial: origem e divisão.

4 — Formas de trabalho físico.

5 — Grupamento homogêneo.

6 — Adaptação do trabalho ao valor físico.

7 — Planos de trabalho.

- 9 — Educação física infantil. 8
— Prescrições higiênicas.
10 — Educação física feminina.
11 — Ginástica de conservação.

AULAS PRÁTICAS

Organização de planos de trabalho e direção de aulas, cora elementos diferentes e em meios diversos.

Direção de exames práticos de educação física, competições esportivas e arbitragem.

ORGANIZAÇÃO PA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS

- 1 — Aspecto da educação física e dos desportos no Brasil.
2 — Legislação sôbre a educação física e os desportos.
3 — Escola Nacional de Educação Física e estabelecimentos oficiais para formação de professores especializados em educação física.
4 — Organização de competições esportivas.
5 — Demonstrações de educação física.
6 — Locais de exercícios: estádios, ginásios, piscinas, galpões etc.; construção e conservação.
7 — Aparelhagem dos estádios.
8 — Parques infantis.

ESPORTES DE ATAQUE E DEFESA

- 1 — Esgrima: preparação para saltos de florete — Direção de saltos.
2 — Lutas: ligeiras noções sôbre as diferentes lutas.

ANATOMIA E FISILOGIA HUMANAS

Noções: Célula Tecido. Órgãos, Aparelhos e sistemas. Esqueleto. Aparelho digestivo. Aparelho respiratório. Aparelho circulatório. Sangue. Sistema lin-fático. Linfa. Aparelho urinário. Urina.

Aparelho genital. Sistema nervoso. Órgãos dos sentidos. Glândulas de secreção interna.

SOCORROS DE URGÊNCIA

Esterilização e desinfecção: Traumatologia. Ferimentos Luxações. Fraturas. Curativos. Aparelhos. Hemorragias. Shock. Insolação e internação. Lipotimia. Síncope. Asfixia por afogamento. Hipodermoterapia Noções gerais sôbre os demais diagnósticos de urgência. Dispnéia, convulsões, estados espasmódicos.

Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde, em Florianópolis, 13 de dezembro de 1944. *Ivo d' Aquino*. (Publ. no *D.O.* de 13-12-944, de Santa Catarina).

DECRETO N.º 14.409, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1944, DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º, n.º I, do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art 1.º Fica aprovado o Regimento do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus, que com êste baixa, assinado pelo Secretário de Estado da Justiça e Negócios do Interior.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 27 de dezembro de 1944.
FERNANDO COSTA, J. A. *Marrey Júnior*.
Publicado na Diretoria Geral da Se-

cretaria da Interventoria, aos 27 de dezembro de 1944. *Vitor Caruso*. Diretor Geral.

REGIMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE BIBLIOTECAS E MUSEUS A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 14.409, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1944

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E FINS

Art. 1.º O Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus, criado pelo decreto-lei n.º 13.411, de 10 de junho de 1943, modificado pelo Decreto-lei n.º 13.845, de 16 de fevereiro de 1944, é diretamente subordinado ao Chefe do Governo do Estado.

Art. 2.º O Conselho terá jurisdição em todo o território do Estado e sede em sua Capital.

Art. 3.º O Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus é composto de sete Membros, um dos quais seu Presidente, todos brasileiros, maiores de 21 anos, e constituído:

a) de um Membro da Congregação de um dos institutos universitários do Estado, escolhido de lista tríplice, organizada pelo Reitor da Universidade;

b) de um representante da Secretaria da Educação e Saúde Pública, escolhida de lista tríplice, organizada pelo respectivo Municipal de São Paulo;

c) de um representante do Departamento Municipal de Cultura, escolhido de lista tríplice, organizada pelo Prefeito Municipal de São Paulo;

d) de quatro pessoas de notória competência, de livre escolha do Interventor.

§ 1.º Os Membros do Conselho terão mandato de seis anos.

§ 2.º O membro nomeado pela vaga de outro completará o tempo que a este faltar para findar seu mandato.

Art. 4.º Os Membros do Conselho serão nomeados pelo Interventor que designará dentre eles o seu Presidente.

§ 1.º A função de Membro do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus será gratuita e constituirá serviço público relevante.

§ 2.º Os Membros do Conselho serão empossados pelo Secretário do Governo e perante essa autoridade prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar suas funções.

Art. 5.º Compete ao Conselho:

a) • servir de órgão consultivo do Governo em matéria de bibliotecas e museus;

b) incentivar o desenvolvimento das bibliotecas do Estado e colaborar, para sua organização e aperfeiçoamento, com os órgãos competentes;

c) prestar assistência técnica e cultural à organização e ao funcionamento das instituições particulares que o solicitarem, orientando-as e incentivando-lhes o desenvolvimento;

d) estabelecer as bases para a unificação, e padronização dos serviços técnicos nas bibliotecas do Estado e dos Municípios, solicitando às autoridades competentes as medidas necessárias para regularizar o respectivo trabalho quando em desacordo com a orientação geral estabelecida;

e) promover, nos Municípios, a criação de bibliotecas, discotecas e museus locais, onde se conservem documentos de qualquer natureza, relacionados com a história local e suas personalidades eminentes;

f) manter intercâmbio e articulação com instituições congêneres do país e do estrangeiro, especialmente com o Instituto Nacional do Livro;

g) adquirir livros e distribuí-los às bibliotecas;

h) concorrer para o aperfeiçoamento técnico dos bibliotecários, seja mediante vulgarização de obras sobre biblioteconomia, seja mediante cursos e estágios especiais;

i) fazer propaganda do livro através dos diversos meios de publicidade e promover reuniões e congressos bibliotécnicos;

j) orientar, de acordo com as Prefeituras, as atividades das comissões municipais de bibliotecas.

§ 1.º Em sua primeira sessão do ano, o Conselho elegerá seu Vice-Presidente, que terá mandato por um ano.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES

Art. 6.º Reunir-se-á o Conselho uma vez por mês, em dia e hora que designar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente

§ 1.º As sessões serão públicas, salvo decisão em contrário do Presidente.

§ 2.º A falta não justificada de comparecimento a quatro sessões seguidas importa, para o Membro do Conselho, abandono de sua função.

Art. 7.º O Conselho só funcionará estando presentes, pelo menos, quatro de seus Membros, além do Presidente.

Art. 8.º A hora marcada para as sessões, o Presidente tomará assento à cabeceira da mesa, tendo à direita o Secretário e, de um outro lado, os Membros.

§ 1.º Será observada a seguinte ordem de serviço:

a) leitura e deliberação sobre a ata da sessão anterior;

b) leitura da correspondência e do expediente;

c) ordem do dia;

d) deliberação sobre o que de novo se propuser.

§ 2.º Os Membros e o Secretário não usarão da palavra sem que esta lhes seja concedida pelo Presidente.

§ 3.º Após a discussão, o Presidente, sintetizando a matéria em termos claros, submetê-la-á a votação, cabendo-lhe, em caso de empate, voto de qualidade.

§ 4.º Os que discordarem da maioria poderão apresentar, até a sessão que se seguir, voto em separado, o qual será transcrito, resumidamente, na respectiva ata.

§ 5.º As atas, escritas e lançadas em livro próprio pelo Oficial Administrativo, ou em sua falta, por um dos Bibliotecários, serão assinadas por todos os presentes, e, quando convier, publicadas em resumo no "Diário Oficial" do Estado, após a competente aprovação.

Art. 9.º As deliberações uniformes do Conselho só poderão ser reformadas por maioria de votos igual ou superior a quatro.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES MUNICIPAIS

Art. 10. As] Comissões Municipais, a que se refere o art. 10 do Decreto-lei 13411, de 10 de junho de 1943, modificado pelo art. 5.º do Decreto-lei número 13.845, de 16 de fevereiro de 1944, deverão, para cumprimento das funções orientadora, organizadora e de coordenação, de unificação e assistência, atribuídas ao Conselho Estadual pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 13.411, de 10 de junho de 1943, modificado pelo art. 2.º do último dos referidos diplomas, articular-se com o Conselho por intermédio da Secretaria dêste.

Art. 11. Com a finalidade mencionada no artigo anterior, e de acordo com

suas possibilidades, poderão os Museus Municipais, em sua organização, adotar o seguinte esquema:

- a) história natural;
- b) história nacional e local;
- c) artes;
- d) agricultura, comércio e indústria; e) numismática e filatella; f) hemeroteca; g) discoteca

CAPÍTULO IV

DOS CONGRESSOS

Art. 12. O Conselho poderá reunir as Comissões Municipais em congressos regionais ou gerais, expedindo para esse fim as instruções necessárias.

CAPÍTULO V

DO CATÁLOGO GERAL, DAS BIBLIOTECAS, MUSEUS E DISCOTECAS

Art. 13. O Conselho de Bibliotecas e Museus organizará um Catálogo Geral das obras e peças das bibliotecas, museus e discotecas paulistas que forem registradas em sua Secretaria

Art. 14. O Conselho expedirá instruções para a organização das bibliotecas, museus e discotecas municipais, bem como as demais que pleiteiem seu registro na Secretaria.

CAPÍTULO VI

DAS PINACOTECAS CIRCULARES

Art. 15. O Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus, em conjunto e em plena harmonia com o Conselho de Orientação Artística, organizará ou orientará os trabalhos das pinacotecas circulantes, pelo interior do Estado.

CAPÍTULO VII

DAS PUBLICAÇÕES DO CONSELHO

Art. 16. O Conselho manterá uma publicação periódica que contenha a matéria referente à execução de seus trabalhos, artigos de doutrina, legislação e decisões sobre bibliotecas, museus, pinacotecas e discotecas, e incentivará a edição de comunicados locais.

CAPÍTULO VIU

DO HORÁRIO

Art. 17. A Secretaria do Conselho obedecerá ao horário normal das repartições públicas do Estado, obrigados todos os seus servidores ao mínimo de 33 horas semanais.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 18. Incumbe ao Presidente: n) dar exercício aos Membros do Conselho e posse aos funcionários da Secretaria, do que se lavrarão termos próprios em livro para esse fim destinado;

- b) presidir às sessões, convocá-las extraordinariamente, e dirigir os respectivos trabalhos;
- c) distribuir entre os Membros do Conselho a matéria do expediente que dependa de parecer;
- d) superintender as atribuições da Secretaria, promovendo a apuração de responsabilidade nos casos legais;
- e) justificar e abonar as faltas dos funcionários, conforme a legislação em vigor;
- f) visar a folha de frequência do pessoal;
- g) assinar a correspondência oficial e as decisões emanadas do Conselho, e despachar os pedidos de certidões;

h) assinar as notas de empenho e fiscalizar o processamento das contas na Secretaria do Conselho;

i) rubricar os livros de atas das sessões e os da Secretaria;

j) impor aos servidores da Secretaria as penas previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Decreto-lei 12.273, de 28-10-41), até a de suspensão por quinze dias.

Art. 19. Incumbe ao Vice-Presidente, além de sua função de Membro do Conselho, substituir o Presidente em suas faltas e seus impedimentos.

Art. 20. Incumbe aos Membros do Conselho:

o) comparecer às sessões dêste, emitir parecer e proferir voto em todos os assuntos sujeitos a discussão;

b) propor, verbalmente ou por escrito, o que fôr conveniente sôbre matéria de competência do Conselho;

c) desempenhar as comissões honoríficas que receberem do Conselho.

Art. 21. Incumbe ao Secretário:

a) assistir as sessões do Conselho, ler a ata e a correspondência, bem como a matéria do expediente e da ordem do dia;

b) dirigir os trabalhos da Secretaria e resolver todos os assuntos que lhe sejam pertinentes, tendo em vista o interesse do serviço ;

c) auxiliar o Presidente no exercício de suas atribuições, desempenhando os encargos que lhe forem cometidos;

d) apresentar ao Presidente um relatório mensal das atividades da Secretaria, sugerindo, ao mesmo tempo, as medidas necessárias ao bom andamento dos seus serviços;

e) manter os serviços da Secretaria dentro das determinações comuns aos serviços gerais de administração;

f) encerrar o livro de ponto;

g) impor aos funcionários e servidores da Secretaria as penas de advertência e repreensão, propondo à autoridade competente a aplicação daquelas que escaparem à sua alçada.

Art. 22. Incumbe ao Oficial Administrativo redigir e lançar no livro apropriado as atas das sessões do Conselho, ajudar o Secretário no exercício de seu cargo, substituí-lo em suas faltas e impedimentos e servir de Escrivão nos recursos e processos de competência do Conselho.

Art. 23. Incumbe aos Bibliotecários:

o) conservar e ter em dia o inventário completo da biblioteca e organizar catálogos, índices e fichas que, de acordo com a classificação estabelecida, facilitem a busca de livros, apontamentos e papéis;

b) zelar pela ordem e conservação dos livros, documentos e papéis, os quais, após a consulta, deverão voltar aos respectivos lugares;

c) organizar planos de trabalho e orientar o serviço de classificação, catalogação e fichamento para qualquer biblioteca, a juízo do Conselho ou do Secretário ;

d) apresentar ao Secretário relatório mensal dos serviços a seu cargo, com as sugestões que julgar convenientes.

Art. 24. Ao arquivista incumbe escrever os livros, classificar os documentos e papéis e mantê-los na devida ordem.

Art. 25. Aos demais servidores que não tenham atribuições especificadas neste Regimento incumbe executar os trabalhos peculiares à natureza de seus cargos, que lhe forem confiados pelos superiores a que estiverem diretamente subordinados.

CAPÍTULO X DOS

RECURSOS

Art. 26. De todos os atos do Conselho e de seu Presidente, em casos de incompetência ou infração à lei, cabe recurso para o Interventor Federal.

Art. 27. Estes recursos podem ser interpostos pelas partes interessadas, pelos Prefeitos e Comissões Municipais, ou por seus advogados, dentro de 10 dias após a publicação do despacho no "Diário Oficial" do Estado, ou da data da nota "ciente" devidamente assinada.

Parágrafo único. O Presidente mandará tomar por termo o recurso, autuado pelo Escrivão (artigo 22) a petição com as peças que a acompanharem, e dada vista às partes, tendo cada uma o prazo de 10 (dez) dias para razões, serão os autos remetidos ao Interventor Federal, que, dentro de 30 (trinta) dias, proferirá sua decisão.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 28. O mandato dos Membros do Conselho, em exercício na presente data, considera-se iniciado no dia 9 de julho de 1943, data da instalação do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus.

São Paulo, 27 de dezembro de 1944. J. A. Marrey Júnior. (Publ. no *D.O.*, de 29-12-1944, do Estado de São Paulo).

DECRETO-LEI N.º 736, DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1944 DO GO-
VÉRNO DO RIO GRANDE DO SUL

Confere autonomia administrativa e didática à Universidade de Porto Alegre.

O Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribui-

ções que lhe são conferidas pelo art. 6.º, inciso V, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, alterado e retificado pelo de n.º 5.511, de 21 de maio de 1943, e de conformidade com a Resolução n.º 5.858 do Conselho Administrativo do Estado,

DECRETA:

Art. 1.º — A Universidade de Porto Alegre, com os estabelecimentos que atualmente a integram ou que venham dela fazer parte, terá autonomia administrativa e didática nos limites de seus estatutos e do disposto na legislação federal.

Art. 2.º — Os atos do Interventor referentes à Universidade serão referendados pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura.

Art. 3.º — A Universidade, no que respeita ao regime econômico-financeiro, observado o que dispõem os Estatutos aprovados pelo Decreto Federal n.º 6.627, de 19 de dezembro de 1940, ficará sob a fiscalização da Secretaria da Fazenda.

Art. 4.º — Passam à alçada do Reitor os seguintes atos administrativos que, pela situação anterior, competiam ao Secretário de Educação e Cultura:

I — colaborar com o Chefe do Governo do Estado nos assuntos condicentes com o ensino superior em todos os seus graus e modalidades;

II — orientar e dirigir todos os cometimentos que se relacionem com o ensino superior, sugerindo ao Chefe do Governo as medidas que julgar necessárias ao seu fiel desempenho;

III — propor reformas e alterações na respectiva legislação, de acordo com as suas necessidades;

IV — modificar, suspender ou revogar os atos de qualquer autoridade administrativa que lhe fôr subordinada;

V — conceder licenças até o máximo de seis meses;

VI — expedir instruções sobre a boa execução dos serviços;

VII — organizar o quadro dos funcionários administrativos que deverão servir à Universidade propondo ao Chefe do Governo todas as medidas que julgar necessárias e em conformidade com os Estatutos dos Funcionários Públicos do Estado — Decreto-lei n.º 311, de 31 de dezembro de 1942;

VIII — determinar a abertura de inquéritos administrativos, na forma da lei;

IX — aplicar penas disciplinares, de acordo com a legislação vigente, e decidir, em grau de recurso, sobre as impostas por outras autoridades administrativas que lhe forem subordinadas;

X — autorizar as despesas e aprovar as concorrências públicas e administrativas para fornecimentos às Repartições subordinadas à Universidade;

XI — mandar celebrar contratos e resolver sobre interpretações e rescisão dos mesmos;

XII — designar professores em caráter interino;

XIII — transferir professores;

XIV — prover, interinamente, as direções dos vários cursos que integram a Universidade;

XV — contratar e transferir extranumerários, nos termos dos Estatutos dos Funcionários Públicos do Estado;

XVI — contratar fora do estado, mediante autorização do Chefe do Governo, professores e técnicos de competência reconhecida, estipulando-lhes as obrigações;

XVII — designar, com prévia autorização do Chefe do Governo, professores e outros profissionais para fazerem cursos especializados e de aperfeiçoamento, no País ou no estrangeiro, fixando-lhes as vantagens e dispondo sobre a duração dos mesmos;

XVIII — praticar todos os atos impostos pela necessidade dos serviços dentro das atribuições que lhe forem conferidas por leis e regulamentos.

Art. 5.º — A partir desta data, a execução do orçamento da Universidade será processada na Reitoria.

Art. 6.º — Os cargos existentes na Universidade passarão a constituir o quadro administrativo da mesma, aplicando-se para todos os efeitos o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 30 de dezembro de 1944 — ERNESTO DORNELLES, Interventor Federal; J. P. Coelho de Souza, Secretário de Educação e Cultura; Oscar Fontoura, Secretário da Fazenda.